

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA

KATHIANE SANTANA BRITO

“NÃO EXISTE BABAÇU LIVRE EM TERRA PRESA”: estratégias, autonomia e resistência nos babaçuais.

São Luís/MA

2019

KATHIANE SANTANA BRITO

“NÃO EXISTE BABAÇU LIVRE EM TERRA PRESA”: estratégias, autonomia e resistência nos babaçuais.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Área de Concentração: Estado, Comunidade Tradicional e Territorialidade da Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Helciane de Fátima Abreu Araujo.

São Luís/MA

2019

Brito, Kathiane Santana.

Não existe babaçu livre em terra presa: estratégia, autonomia e resistência dos babaçuais / Kathiane Santana Brito. – São Luís, 2019.

159 f.

Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador(a): Profa. Dra. Helciane de Fátima A. Araujo.

1. Babaçu. 2. Resistência. 3. Estratégias. 4. Autonomia. I.Título.

CDU: 911.3:316.48

KATHIANE SANTANA BRITO

“NÃO EXISTE BABAÇU LIVRE EM TERRA PRESA”:estratégias, autonomia e resistência nos babaçuais.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.
Área de Concentração: Estado, Comunidade Tradicional e Territorialidade da Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Helciane de Fátima Abreu Araujo.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Helciane de Fátima Abreu Araujo (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Cynthia Carvalho Martins
Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Rejane Cleide Medeiros de Almeida
Universidade Federal do Tocantins

São Luís/MA

2019

In memoriam

Maria de Jesus Ferreira Bringelo

(Dona Dijé)

AGRADECIMENTOS

Esta é minha conclusão de mestrado. É mais uma etapa que tenho de superar até atingir o meu foco: ser uma profissional. O céu é o limite. E quem pode me proporcionar isso é o estudo. A educação é a meta que todos devem ter. O mérito é nosso. Através da educação podemos ter uma vida com mais dignidade. As dificuldades existem, mas podemos superá-las com dedicação para no horizonte colhermos o fruto do nosso empenho.

Agradeço a todos durante o período do curso, à minha família, aos colegas e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, que me ensinaram o conceito de mestre. À minha orientadora Helciane de Fátima Abreu Araújo por ter acreditado em mim, à assessoria técnica da sede do MIQCB em São Luís, que foi mediadora com as quebradeiras de coco, quando fiz a viagem para a Regional da Baixada Maranhense, sede em Viana onde entrevistei a assessora Nataliene Borges; o quebrador de coco José Ribamar Trindade Mendes, conhecido como Seu Zé Ribeiro, atencioso e simpático, da comunidade São Caetano, em Matinha/MA, que me concedeu entrevista.

E não poderia deixar de agradecer às Marias, quebradeiras de coco babaçu, que honram esse ofício com dignidade e perseverança, e merecem todos os aplausos e as homenagens, de quem batalha contra as injustiças, como a Maria da Glória Trindade Belfort, coordenadora executiva da Baixada Maranhense, que me hospedou em sua residência, à Maria Antônia dos Santos, coordenadora executiva da Baixada Maranhense, que me concedeu entrevista preciosa, e resume o título do meu trabalho, à Maria Querobina Silva Neta, da Vila Conceição, de Imperatriz da Regional Tocantina, mulher guerreira e uma das fundadoras do MIQCB, à Maria Alaídes Alves de Sousa, coordenadora geral do MIQCB, eleita no VIII ‘Encontro’ de 2019, que me concedeu entrevista. As informações adquiridas por todas fortaleceram o meu trabalho. À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), que me deu a base financeira para a realização da pesquisa no primeiro ano de curso e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que prosseguiu com a finalização deste trabalho. À todos, obrigada por tudo.

“O êxito é uma conquista de quem se esforça para tê-lo”.

Kathiane Santana Brito

RESUMO

O presente trabalho analisa a trajetória do MIQCB, em especial no Maranhão, as suas formas organizativas, suas lutas para assegurar direitos às quebradeiras de coco e sua resistência à devastação da Região Ecológica do Babaçu. A denominada Região Ecológica do Babaçu, área de 27 milhões de hectares que se estende do Vale do Parnaíba ao Tocantins-Araguaia, abrangendo os estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, lugar de extensos babaçuais onde grupos de mulheres que se autodefinem quebradeiras de coco babaçu exercem sua atividade de coletar o coco babaçu e auferir renda para suas famílias, enfrentam dificuldades, causadas pelo agronegócio, que destrói as palmeiras de babaçu, sua principal fonte de renda colocando em risco a sua própria identidade de “quebradeira”. Diante desses conflitos, as quebradeiras organizaram o MIQCB, como forma organizativa de representar seus interesses sociais, políticos, econômicos e culturais, encaminhar suas lutas pelo acesso livre ao território e aos recursos, valorização da cadeia do coco babaçu, capacitação por meio de uma educação contextualizada, acesso a políticas públicas, preservação das palmeiras de babaçu e pela autonomia do processo produtivo. Para a metodologia desta pesquisa foram utilizadas leituras, participações em reuniões, audiência pública, transcrições de falas, entrevistas, estudos de cartografia social, visitas à sede do MIQCB em São Luís, o uso da internet com acesso a sites de Formas Organizativas, informações que colaboraram na construção do meu objeto de estudo. Portanto, debater e visibilizar as ações das quebradeiras de coco perante as violações de direitos que elas vêm sofrendo é essencial para fortalecê-las.

Palavras-chave: Quebradeira de Coco, MIQCB, Formas Organizativas, Resistência.

ABSTRACT

This paper analyzes the trajectory of MIQCB, especially in Maranhão, its organizational forms, its struggles to secure rights to coconut breakers and its resistance to the devastation of the Babaçu Ecological Region. The named Babassu Ecological Region, an area of 27 million hectares that extends from the Parnaíba Valley to Tocantins-Araguaia, covering the states of Maranhão, Piauí, Pará and Tocantins, place of extensive babassu Coconut Babassu, where women groups that named themselves babassu coconut breakers, exercise their activity of collecting Coconut Babassu and earning income for their families, facing difficulties caused by agribusiness, which destroys the Babassu palm, endangering your own identity of "Coconut babaçu breaker". In the face of these conflicts, the breakers organized the MIQCB, as the form organizative of representing your social, political, economic and cultural interests, forward their struggles for free access to territory and resources, valorization of the coconut chain. babassu, training through contextualized education, access to public policies, preservation of babassu palms and the autonomy of the production process. For the methodology of this research were used readings, participation in meetings, public hearing, speech transcripts, interviews, studies of social cartography, visits to the headquarters of MIQCB in São Luís, the use of internet with access to websites of Organizational Forms, information that collaborated in the construction of my object of study. Therefore, debating and making visible the actions of coconut breakers in the face of the rights violations they have been suffering is essential to strengthen them.

Keywords: Coco Broken, MIQCB, Organizational Forms, Resistance.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1- Palmeiras de babaçu..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 2- Parte interna do coco babaçu..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 3- Quebradeiras de coco em ação..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 4- Produtos derivados do babaçu: azeite,carvão,sabonete,sabão, farinha e artesanato..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 5- Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais.Ao centro, área verde em destaque, representa a Região Ecológica do Babaçu..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 6- Mapa Guerra Ecológica nos Babaçuais: Conflitos Socioambientais,produzido com a participação das comunidades tradicionais..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 7-Penalva/MA, maio de 2015..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 8- Imperatriz/MA, dezembro de 2016..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 9- Mapa das Regionais do MIQCB..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 10 - Sede provisória do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense,Viana/MA.. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 11- Associação " Produção de Azeite das Mulheres de São Caetano", Comunidade Quilombola São Caetano, Matinha/MA..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 12- Quebradeira de coco coloca amêndoa na forrageira para ser moída**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 13- Quebradeira de coco fervendo a massa da amêndoa para transformá-la em azeite de babaçu..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 14- Azeite de babaçu pronto..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 15- Área cercada por fazendeiro, impedindo o acesso das quebradeiras às palmeiras de babaçu, na Comunidade Quilombola de São Caetano, Matinha/MA**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 16- Quebradeiras de coco reunidas no VIII Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, 2019..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 17- Quebradeiras organizam Feira de Produtos durante o VIII "Encontrão"..... **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 18- Quebradeiras de Coco Babaçu seguram o Mapa da Região Ecológica do Babaçu na V Marcha das Margaridas, na Esplanada dos Ministérios, Brasília 12/08/2015**Erro! Indicador não definido.**

Figura 19- Quebradeiras apresentam o Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais, na Câmara dos Deputados, em Brasília, 10 de agosto de 2015 **Erro! Indicador não definido.**

Figura 20- Quebradeiras de coco participam da VI Marcha das Margaridas, em Brasília, 2019 **Erro! Indicador não definido.**

Figura 21- Quebradeiras participam de Audiência Pública em defesa dos seus direitos, em São Luís/MA, 23 de setembro de 2019..... **Erro! Indicador não definido.**

Figura 22- Quebradeiras de coco babaçu entregam pauta de reivindicações ao governo do Maranhão **Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Leis Municipais do “Babaçu Livre” aprovadas	46
Quadro 2- Lei Estadual do “Babaçu Livre” aprovada	47
Quadro 3- Projeto de Lei Federal do “Babaçu Livre”	47
Quadro 4 - Formas Organizativas atuantes na Região Ecológica do Babaçu	89
Quadro 5- Atuação do MIQCB	99
Quadro 6- Regionais do MIQCB	100
Quadro 7 - Os “Encontrões”	117
Quadro 8- Resumo das Cartas dos Encontrões de 2009 a 2019.....	124
Quadro 9- Marcha das Margaridas.....	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR	Animação dos Cristãos no Meio Rural
ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
AMIQCB	Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
AMTR	Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais
APA	Área de Proteção Ambiental
APATO	Alternativas para Pequena Agricultura em Tocantins
ARENT	Reserva Extrativista do Extremo Norte
ARGEP	Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão
ASMUBIP	Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CEPES	Centro de Educação Popular de Esperantina
CIDH	Comissão Interamericana dos Direitos Humanos
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIMQCB	Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONCLAT	Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPPALJ	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco
COPPAESP	Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores

DCR	Programa de Desenvolvimento Regional
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão
FETAG	Federações de Trabalhadores na Agricultura
GPS	Sistema de Posicionamento Global
GTDN	Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
ISPNI	Instituto Sociedade População e Natureza
ITERMA	Instituto de Terras do Maranhão
MAMA	Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MIC	Ministério da Indústria e do Comércio
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOQUIBOM	Movimento das Comunidades Quilombolas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PGPM-Bio	Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos Sociobiodiversidade

PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PNPC	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPGCSPA	Programa de Pós-Graduação Cartografia Social e Política da Amazônia
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RESEX	Reserva Extrativista
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SIG	Sistemas de Informação Gerencial
SMDDH	Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
STI	Secretaria de Tecnologia Industrial
STTRs	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TI	Terras Indígenas
UC	Unidades de Conservação
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFT	Universidade Federal de Tocantins
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 17

**CAPÍTULO1 REVISITA À LITERATURA SOBRE A ECONOMIA DO BABAÇU
..... 26**

1.2- “A palmeira-mãe como uma mulher grávida que dá luz ao seu filho” 31

1.3 “O território é livre como o babaçu livre e vice-versa”..... 41

**CAPÍTULO 2 -REGIÃO E IDENTIDADE POLÍTICA: a luta das quebradeiras
peloreconhecimento 50**

2.1 A Região Ecológica do Babaçu: um território em disputa..... 56

2.2 - A Identidade Coletiva “ Quebradeira de Coco Babaçu” 60

CAPÍTULO 3 – “SÃO OS MORADORES QUE FAZEM O MAPA” 68

3.1- Por que uma nova cartografia social? 70

3.2-A participação das comunidades tradicionais na construção de mapas..... 76

**CAPÍTULO 4 - AS FORMAS ORGANIZATIVAS DAS QUEBRADEIRAS DECOCO:
entre a pluralidade e a mobilização política 85**

4.1. O movimento que gerou o MIQCB 93

4.1.2 A Regional da Baixada Maranhense 103

4.1.3 O “Encontrão” como expressão de resistência nos babaçuais..... 119

4.1.4 A Marcha pela terra e babaçu livre 130

5. CONCLUSÃO 147

REFERÊNCIAS..... 149

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a atuação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), especialmente no Maranhão, o processo do Movimento pela conquista do território, a luta pela preservação dos babaçuais, pelo direito do acesso às áreas do babaçu como garantia de renda às quebradeiras de coco, pela afirmação da identidade coletiva, da mobilização social ante o agronegócio, que destrói a Região Ecológica do Babaçu.

As trabalhadoras agroextrativistas autodefinidas quebradeiras de cocobabaçu vivem em uma área de 27 milhões de hectares que se estende do Vale do Parnaíba ao Tocantins-Araguaia, engloba os estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, denominada Região Ecológica do Babaçu onde as quebradeiras enfrentam dificuldades, transtornos provocados pelo agronegócio, que causam impactos ambientais provocando o desmatamento das áreas babaçuais, prejudicando a coleta do coco babaçu.

A partir dos anos de 1980, as quebradeiras organizaram o MIQCB, para representar seus interesses sociais, políticos, econômicos e culturais, e encaminhar suas lutas pela conquista da terra, pela libertação dos babaçuais e pela autonomia do processo produtivo. Essas mulheres acionam uma identidade plural ora se autodefinem como trabalhadoras rurais, ora quebradeiras de coco babaçu, extrativistas, quilombolas, mas para efeito da exposição neste trabalho utilizo a categoria¹ quebradeira de coco babaçu.

O objeto da pesquisa é a atuação do MIQCB, especialmente no Maranhão, quais as suas ações, estratégias, suas formas organizativas de resistência ao desmatamento dos babaçuais causados pelo agronegócio.

O motivo quanto à escolha temática deste trabalho refere-se à minha inserção ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Maranhão² (UEMA), entre os

¹ Segundo Minayo (2000 apud Oliveira, 2013, p.73) as categorias são utilizadas com a finalidade de classificação por intermédio da reunião de grupos de elementos sob título genérico em razão de caracteres comuns.

² Como pesquisadora de Iniciação Científica, minha participação sucedeu-se como bolsista em dois projetos acadêmicos, o primeiro: **Projeto Memória em Movimento: trajetórias e percursos nas lutas sociais da Amazônia Maranhense**. O título do Plano de Trabalho: **Projetos agroindustriais e de infraestrutura e a reinvenção das ações coletivas de grupos camponeses e povos e comunidades tradicionais na Amazônia Maranhense**, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), de 2014/2015; o segundo Projeto: **Memória, Cartografia e Identidades Coletivas: práticas e resistências das quebradeiras de coco face aos processos de devastação na região ecológica do babaçu**. O título do Plano de Trabalho: **As formas organizativas das quebradeiras de coco babaçu e suas articulações com os movimentos sociais atuantes na região ecológica dos babaçuais**, financiado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) de 2015/2016. Ambos projetos idealizados pela Profa. Dra. Helciane de Fátima Abreu Araujo.

períodos de 2014 a 2016, durante minha graduação de Ciências Sociais, cujo foco eram as comunidades tradicionais, em particular as quebradeiras de coco babaçu, a qual influenciou na produção do meu trabalho de pesquisa para compreender como elas se organizam, como acontece sua construção de identidade coletiva, a sua luta contra o desmatamento que afeta o seu modo de viver.

Durante minha graduação em Ciências Sociais, enquanto pesquisadora do Programa de Iniciação Científica, o processo de desenvolvimento do trabalho ocorreu inclusive participações em eventos. Estive presente no VII Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, popularmente conhecido como “Encontrão”, organizado pelo MIQCB, nos dias 23 a 25 de setembro de 2014, em São José de Ribamar/MA com o tema: “Cultura viva nos territórios tradicionais”. Posso assegurar que o meu conhecimento sobre as quebradeiras de coco iniciou-se neste evento.

No VII “Encontrão”, as quebradeiras animadas, batiam palmas, entoavam cantos de luta. Estavam presentes a sociedade civil, os organismos internacionais³ e as autoridades do poder público. As quebradeiras debateram sobre a questão da afirmação de identidade; a valorização do trabalho exercido; o respeito ao gênero feminino; as políticas sociais do poder público para a sustentabilidade do seu ofício; a violência de gênero; denunciaram a devastação das áreas onde as comunidades tradicionais vivem; reivindicaram titulação de terras; punição aos que cometem crime ambiental.

Particpei do II Encontro de Pesquisadores e Movimentos Sociais do Projeto Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu⁴, nos dias 01 e 02 de julho de 2015, em Teresina/PI. O encontro teve como objetivo, discutir estratégias dos resultados da pesquisa pelos movimentos sociais, ampliar as redes de relações da Região Ecológica do Babaçu, contribuindo para fortalecer os grupos que vivem nessa região, enfatizando que há uma economia política do babaçu, que se desenvolve nos estados onde se registra sua incidência.

O evento refletiu sobre as situações de conflitos entre agentes privados, Estados e comunidades tradicionais em torno do uso dos babaçuais e sobre a existência de áreas que, embora sofram ação do desmatamento e degradação, ainda resistem como potencialidades de preservação. Participaram pesquisadores e movimentos sociais envolvidos na pesquisa dos estados Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, que representam ou atuam junto às quebradeiras de

³Fundação Ford e ActionAid.

⁴Desenvolvido no âmbito de uma das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) e apoiado pela Fundação Ford.

coco babaçu, objetivando promover discussões reflexivas sobre o Mapa e as estratégias de apropriação e difusão do Mapa Cartografia Social dos Babaçuais pelos movimentos.

No segundo semestre de 2014, fiz meu estágio de bacharelado no Laboratório de Cartografia Social da Amazônia, do PPGCSPA/UEMA, como pesquisadora bolsista do Programa de Iniciação Científica. Neste período, coletei informações sobre os agentes sociais no *Survey*⁵ realizado pelo Projeto Cartografia Social dos Babaçuais, incluindo transcrição de entrevistas de quebradeiras de coco babaçu, membros de associações da região maranhense de Codó, Timbiras e Coroatá. Tais narrativas foram coletadas, durante a execução dos projetos de pesquisa Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento da Região Ecológica do Babaçu.

Participei do curso de Cartografia Social dos Babaçuais ocorrido nos dias 30 a 01 de abril de 2016 no PPGCSPA/UEMA, com o MIQCB, organizado pelo projeto Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento da Região Ecológica do Babaçu, e com a presença do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida. Aprofundei informações sobre os processos históricos, econômicos e sociais relacionados à organização dos movimentos e economia do babaçu propiciando a formação sobre o mercado de *commodities* e a dinâmica organizativa. Este encontro estabeleceu a interação entre os saberes práticos e os saberes acadêmicos.

Maria de Jesus Ferreira Bringelo⁶, conhecida como Dona Dijé, quebradeira de coco, do quilombo de Monte Alegre, em São Luiz Gonzaga/MA, da Regional do Médio Mearim, liderando MIQCB, assevera sobre a interação dos diferentes saberes:

Uma das principais conquistas, foi a gente ter melhorado o nosso conhecimento, ter ampliado o nosso conhecimento, que antes do movimento a gente era a mulher que ficava de casa pra roça, quebrando coco e olhando menino, mas depois que a gente foi pro movimento, a gente teve várias conquistas, a conquista de conhecer novos espaços, novas pessoas, uma conquista de lutar por direitos, porque antigamente a gente nem sabia por que porta a gente ia passar e hoje a gente aprendeu [...] porque antigamente a academia era a academia, não se juntava, [...] achava que era superior a tudo, os estudiosos e tudo, mas hoje não, as universidades começam a se abrir pra gente, e começou juntar o saber acadêmico com o saber tradicional, eu acho que isso ao longo desses anos foi uma conquista, uma conquista até de nós como quebradeira, saber nos posicionar para os doutores, qual a nossa opinião, o que que a gente acha disso, então isso pra mim, essas mulheres, tiveram uma grande conquista (BRINGELO, 2014 apud SILVA, Leididaina, 2014, p.64).

⁵Survey é uma pesquisa do tipo investigação quantitativa, pode ser definida como uma forma de coletar dados e informações a partir de características e opiniões de grupos de indivíduos.

Disponível em: <https://www.opuspesquisa.com/blog/tecnicas/pesquisa-survey/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

⁶Falecida em 14 de setembro de 2018 aos 67 anos.

Sobre a interação dos diferentes saberes, Martins (2011, p.271) ressalta que a produção de estudos minuciosos, com a incorporação de diferentes saberes, para além do saber meramente acadêmico, contribui para uma revisão das universalidades teóricas e consequentemente, renova a produção de conhecimentos.

No dia 05 de maio de 2016, coletei informações sobre as quebradeiras de coco babaçu de Santa Inês/MA, visitando o Projeto de Assentamento⁷ (PA), denominado Vila Diamante, localizado no município de Igarapé do Meio/MA adjacente à Santa Inês. Entrevistei as quebradeiras da “Associação das Mulheres Camponesas Quebradeiras de Coco da Vila Diamante”, criada em 2007, para conhecer o seu modo de vida e sua organização.

Para o mestrado de Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão, o percurso do meu objeto de pesquisa, inclui participação em reunião ocorrida no dia 13 de abril de 2018, na sede do MIQCB, localizada à época no bairro do Bequimão em São Luís/MA, em que as lideranças de quebradeiras de coco babaçu estavam presentes para debaterem as questões de colaboradores do MIQCB, como as agências de financiamento: Fundação Ford, ActionAid e a União Europeia, parceiras do MIQCB na colaboração e execução de projetos sociais para as quebradeiras de coco e os jovens, permitindo a capacitação e treinamento na promoção de técnicas de agricultura sustentável.

Nesta reunião, as quebradeiras relataram que sofrem ameaças de morte de grileiros, de fazendeiros, de políticos, que querem tirá-las de suas próprias terras para fazerem pasto, plantação de soja, eucalipto, e as terras são um bem precioso que as quebradeiras têm para exercerem a sua atividade extrativa na coleta de coco, na produção e comercialização de suas mercadorias. Em suas pautas, estão prioridades como a questão do território, acesso aos babaçuais, pois as quebradeiras costumam explicar que **“não existe babaçu livre em terra presa”**.

Para compreender as realizações que o MIQCB executa em benefício das quebradeiras de coco babaçu, especialmente no Maranhão, visitei nos dias 30 a 31 de outubro de 2018 a sede da Regional da Baixada Maranhense, situada em Viana/MA, que ocorreu por intermédio de Ana Carolina Magalhães e Hélia Costa, integrantes da assessoria técnica do MIQCB em São Luís, que entraram em contato com a assessora Nataliene Borges da Regional

⁷ Projeto de Assentamento consiste num conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas de natureza interdisciplinar e multisetorial integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares.

Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/9609>. Acesso em: 8 jun. 2019.

da Baixada Maranhense, informando-a do meu interesse em pesquisar esta Regional para saber quais são as dificuldades, estratégias e ações contra o desmatamento das palmeiras de babaçu provocado pelo agronegócio.

Nataliene Borges, assessor do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense desde 2014, nesta viagem, me concedeu entrevista e em seguida fui para a comunidade quilombola São Caetano, localizada em Matinha, município do Maranhão, adjacente à Viana, cuja coordenadora da Regional da Baixada, Glória Trindade, me aguardava em sua residência, e me levou para conhecer a Associação de “Produção de Azeite das Mulheres de São Caetano” que tem o apoio do MIQCB.

No dia 28 de agosto de 2019, estive na Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão⁸ (FETAEMA), localizada no bairro do Araçagy, no município de São José de Ribamar/MA, para participar do lançamento do livro, “Sou uma mulher praticamente livre”, da quebradeira de coco babaçu e diretora da Secretaria de Formação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz, Maria Querobina Silva Neta, da Vila Conceição, da Regional Tocantina, de Imperatriz/MA, uma das fundadoras do MIQCB, que me concedeu entrevista sobre a fundação do Movimento.

Para prestigiá-la, estavam presentes trabalhadores de sindicatos da CUT⁹, da CTB¹⁰, da CONTAG¹¹ e neste evento também entrevistei a quebradeira de coco, Maria

⁸ A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA), compõe o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) está estruturado em entidades no âmbito nacional (CONTAG), estadual (FETAGs - no Maranhão a FETAEMA) e municipal (Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais). Constituída no ano de 1972, no dia 2 de abril, a FETAEMA surge no período do regime da ditadura militar, época em que os movimentos sociais e de trabalhadores (as) do campo e da cidade eram violentamente reprimidos pelo estado brasileiro. Desde então, a Federação tem um papel destacado nos grandes debates em nível estadual e nacional sobre agricultura familiar, previdência social, assalariados(as) rurais, conflitos agrários, dentre muitos outros. A FETAEMA é composta por 215 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e conta com mais de 4.000 delegacias sindicais. Disponível em: <http://fetaema.org/sobrenos>. Acesso em: 2 set. 2019.

⁹ A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Naquele momento, mais de cinco mil homens e mulheres, vindos de todas as regiões do país, lotavam o galpão da extinta companhia cinematográfica Vera Cruz e imprimiam um capítulo importante da história. A Central Única dos Trabalhadores é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>. Acesso em: 2 set. 2019.

¹⁰ A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) é uma central sindical brasileira, fundada em 14 de dezembro de 2007 na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, durante o primeiro Congresso Nacional da Central dos Trabalhadores do Brasil. A CTB é uma organização de caráter sindical, classista, autônoma e democrática. Reconhece o papel determinante da luta de classes e defende o socialismo. A CTB é a quarta maior central sindical do Brasil, sendo composta de cerca de 700 entidades filiadas em todas as regiões do Brasil. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Central_dos_Trabalhadores_e_Trabalhadoras_do_Brasil. Acesso em: 2 set. 2019.

¹¹ A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), foi fundada em 22 de dezembro de 1963. Atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores

Antônia dos Santos, do quilombo Camaputiua, de Cajari/MA, atua desde 2013, como uma das coordenadoras do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense de Viana/MA, que explanou sobre os objetivos do Movimento.

No dia 18 de setembro de 2019, estive na sede do MIQCB, localizada em São Luís/MA, para entrevistar a quebradeira de coco Maria Aláides Alves de Sousa, do povoado Ludovico, de Lago do Junco, município do Maranhão, da Regional do Médio Mearim, eleita coordenadora geral do MIQCB, no VIII “Encontro”, que ocorreu nos dias 07 e 09 de fevereiro de 2019 para coletar informações sobre as ações do Movimento.

No dia 23 de setembro de 2019, estive presente na 1ª Audiência Pública da Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Maranhão, que ocorreu na Assembleia Legislativa do Maranhão, no auditório Neiva Moreira, na capital São Luís, promovida pelo deputado estadual Adelmo Soares (PCdoB), presidente da Frente Parlamentar, em parceria com o MIQCB, que reuniu centenas de quebradeiras e lideranças políticas, para reforçar que o coco babaçu é a grande riqueza do Maranhão e mostrar a coragem e a batalha constante vivenciada por elas no estado.

A referência do MIQCB, se faz na valorização dos conhecimentos tradicionais, preservação dos babaçuais, mobilização e participação das quebradeiras nos espaços e processos de tomadas de decisão e na melhoria das condições socioeconômica de suas famílias, comunidades e territórios. O Movimento tem uma equipe técnica multidisciplinar que atua no desenvolvimento de um portfólio de projetos e ações coordenadas por uma direção executiva constituída por quebradeiras de coco, que juntos constroem e consolidam cotidianamente o MIQCB.

A constituição do MIQCB se dá em seis Regionais, nos quatro estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. Sua sede está em São Luís/MA. O estado do Maranhão é composto por três Regionais a saber: Regional da Baixada Maranhense, sede na cidade Viana; a Regional do Médio Mearim/Cocais, sede na cidade Pedreiras e a Regional Tocantina, sede na cidade Imperatriz. No estado do Piauí é composto pela Regional dos Cocais, sede na cidade Esperantina. No estado do Pará é composto pela Regional do Araguaia, sede na cidade São Domingos do Araguaia e no estado do Tocantins é composto pela Regional do Bico do

eTrabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores (as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=1&nw=1>. Acesso em: 4 set. 2019.

Papagaio, sede em São Miguel do Tocantins. Em cada Regional do Movimento, sete mulheres quebradeiras de coco, formam a coordenação executiva, sendo seis coordenadoras executivas regionais e uma coordenadora geral que representa todas as Regionais dos quatro estados de atuação do MIQCB.

A identidade coletiva das quebradeiras de coco babaçu objetivada em movimento social, define os contornos das novas mobilizações políticas, sobretudo, face aos atos de Estado (BOURDIEU, 2012, p.26) em não garantir seus direitos como comunidade tradicional. Elas lutam contra a invisibilidade imposta pelos planejadores públicos, contra arbitrariedades, se articulam com outras Formas Organizativas, utilizando mapas situacionais em seus eventos como estratégia de afirmação de existência. Os mapas situacionais construídos desde os anos 1990, seguem a dinâmica dessas mulheres, trazendo os povos para a luta contra as injustiças.

As quebradeiras de coco criaram o MIQCB em 1991, para representar seus interesses, um dos implementos é o Centro de Formação, iniciado em 2019, destinado às mulheres extrativistas, realizando oficinas com o objetivo de construir coletivamente os conceitos, conteúdos, metodologias e grades programáticas dos cursos modulares, servindo de subsídios para a elaboração de Plano Político Pedagógico, entretanto, o Centro de Formação, não será tratado nesta dissertação.

As pesquisas deste trabalho foram construídas a partir de leituras, participação em reuniões, transcrições de falas, entrevistas, estudos de cartografia social, visitas à sede do MIQCB em São Luís, que colaboraram na construção metodológica do meu objeto de estudo. Esses estudos permitiram adquirir um pensamento crítico, construído teoricamente por meio de leituras desenvolvidas, por autores especialistas em discussões que envolvem temáticas ligadas à cultura, política, religião, comunidade tradicional, sociedade e economia, no sentido de discutir e compreender as realidades vivenciadas pelos mais diversos grupos sociais.

Entre os autores citados: Pierre Bourdieu, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Gaston Bachelard, Joël Candau, Maurice Halbwachs, Jacques Rancière, Nancy Fraser, Fredrick Barth, Helciane de Fátima Abreu Araujo, Joaquim Shiraishi Neto, Cynthia Carvalho Martins, Benjamim Alvino de Mesquita, Henri Acselrad. Utilizo inclusive a internet, como ferramenta de informação para acesso a sites de Formas Organizativas, como o site do MIQCB, objeto do meu estudo, por exemplo.

Com esse embasamento, refleti respeitando as relações sociais estabelecidas entre pesquisadora e pesquisado, tomando cuidado para não cometer violência simbólica (BOURDIEU, 1989). Os posicionamentos, enquanto pesquisador fizeram-se necessários para

que não acontecesse nenhum imprevisto que viesse a comprometer as análises, ponderações e conclusões da pesquisa, pois, segundo o raciocínio de Bourdieu:

A pesquisa é uma relação social que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos. Sem dúvida a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica capaz de afetar as respostas: acontece, entretanto, que nesses assuntos não se pode somente confiar na boa vontade, porque todo tipo de distorções estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa. Estas distorções devem ser reconhecidas e dominadas; e isso na própria realização de uma prática que pode ser refletida e metódica, sem a aplicação de um método ou a colocação em prática de uma reflexão teórica (BOURDIEU, 2012, p. 694).

Assim, o processo de construção da pesquisa é descrito, a partir das relações que consegui tecer no universo das quebradeiras de coco babaçu. Debater e visibilizar as ações das quebradeiras perante as violações de direitos que elas vêm sofrendo é essencial para fortalecê-las. Por esse prisma, Bourdieu argumenta:

O que conta, na realidade, é a construção do objeto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de construir objetos socialmente insignificantes em objetos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto (BOURDIEU, 1989, p. 20).

Deste modo, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos, introdução e conclusão. O primeiro capítulo intitulado **Revisita à literatura sobre a economia do babaçu** aborda a questão da devastação das palmeiras de babaçu provocado pelo agronegócio que prejudica as quebradeiras de coco, na coleta do babaçu, recurso este, utilizado para o seu sustento.

O segundo capítulo **Região e Identidade Política: a luta das quebradeiras pelo reconhecimento**, trata da discussão sobre quem tem o controle de uma determinada região e a construção da identidade coletiva das quebradeiras de coco pela garantia de direitos políticos, sociais, culturais enquanto comunidade tradicional.

O terceiro capítulo intitulado **“São os moradores que fazem o mapa”** explana a produção do mapa utilizado como instrumento político para o fortalecimento das quebradeiras, construído por comunidades tradicionais com a colaboração de pesquisadores acadêmicos.

O quarto capítulo **As Formas Organizativas das Quebradeiras de Coco: entre a pluralidade e a mobilização política** trata das estratégias de resistência das quebradeiras na criação do MIQCB que se articula com outras Formas Organizativas na luta pelo acesso à terra e preservação da Região Ecológica do Babaçu.

CAPÍTULO 1-REVISITA À LITERATURA SOBRE A ECONOMIA DO BABAÇU

O objetivo deste capítulo é abordar a questão da devastação das palmeiras de babaçu provocado pelo agronegócio que prejudica as quebradeiras de coco e suas estratégias de reivindicações políticas como a criação da Lei do Babaçu Livre na preservação deste recurso utilizado para o seu sustento.

O Maranhão é o estado que concentra a maior parte de palmeiras de babaçu do Brasil, porém essas áreas estão localizadas em propriedades privadas, cuja extração de coco não é a principal fonte de renda dos donos, que, mesmo assim, impedem a entrada das quebradeiras (ARAÚJO JUNIOR, 2014). São exatamente estas zonas ecológicas¹², salienta Almeida (2005), que têm sido definidas como de expansão da soja, da pecuária e das plantações de eucalipto ou como mais propícias à instalação das “baterias de fornos¹³” para produção de carvão vegetal.

No Maranhão, nos anos 2000, a “valorização” do coco, através da disseminação das “baterias de fornos” para produzir carvão, estimulou ações de arrendamento de terras com incidência de babaçuais com áreas superiores a 400 hectares. Empresas arrendaram áreas tradicionalmente de uso comum para fins de exploração predatória, interditando as quebradeiras o acesso às áreas de babaçu (ALMEIDA, 2005, p.91).

Os investimentos na região amazônica, na qual se encontra parte do estado do Maranhão, foi responsável por enormes transformações econômicas e sociais, mediante objetivos de atingir racionalmente a exploração dos recursos disponíveis de acordo com o princípio moderno industrial capitalista. (SANTOS, A., 2015, p.15)

As matas nativas de babaçu, segundo Ayres Junior (2007) tornaram-se mais restritas a partir da Lei n.º 2.979, de 17 de julho de 1969, conhecida como “Lei Sarney de Terras¹⁴” que procurou “regularizar” a situação fundiária das terras maranhenses (em sua grande maioria “devoluta” na época), dentro do projeto nacional de ampliação da fronteira agrícola brasileira. Situação essa, que formalizou um mercado de terras no estado, sem levar em consideração o trabalhador da agricultura familiar, quebradeiras de coco, ou seja, posseiros

¹²Ecozona, zona ecológica ou região biogeográfica é uma área geográfica cujas "fronteiras naturais" são definidas pela natureza não pelo ser humano e que se distingue de outras áreas por sua flora, fauna, clima, rochas, solos, morfologia do terreno e outros fatores (RICKETTS, 1999).

¹³ Espécies de fornos dispostos em série, colocados em um mesmo local, com a finalidade de transformar o coco babaçu em carvão (LUCENA, 2008, p.102).

¹⁴O “Grupo Sarney”, também denominado de “oligarquia Sarney” (COSTA W, 1998; 2002) ou “dinastia Sarney” (GONÇALVES, 2000), chega ao poder político do Estado em 1966, ano em que José Sarney é eleito Governador do Maranhão. Esse governo assumiu consigo o projeto de um “Maranhão Novo”, do “Maranhão Carajás” preocupado com a infraestrutura e captação dos capitais sulistas e estrangeiros dentro do estado. Na prática, esse processo teve muitas implicações. Dentre elas, a expulsão dos menos favorecidos de suas terras (Barbosa, 2013, p.140).

que haviam se estabelecidos nas terras devolutas pertencentes ao estado(SANTOS,A., 2015,p.42).Os choques e conflitos pela disputa da terra, ganhou força a partir dessa Lei como afirma Martins (2012), onde a terra se tornou uma mercadoria valorizada e cobiçada inicialmente por grandes e médios proprietários.

Mendes (2017) ressalta, que o Maranhão na década de 1970 foi palco de conflitos na luta pela posse da terra. A disponibilidade de terras devolutas e adequadas para o plantio despertou a vinda de imigrantes para o estado. As políticas de incentivos à pecuária e a grande produção agrícola, incentivadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste¹⁵ (SUDENE)abalou fortemente ascomunidades tradicionais, que já viviam com seus modos de organização social e econômica estabelecidos.

No Maranhão, passa a ocorrer uma crescente instalação de grandes investimentos integrantes do Programa Grande Carajás¹⁶ nos anos 1980, que objetivava a implantação de projetos de infraestrutura,de transporte e energia, agropecuária, exploração de madeira e minérios. Dessa forma, desencadearam-se conflitos sobre a utilização dos recursos naturais anteriormente usufruídos apenas pelas comunidades tradicionais da região que trabalhavam inclusive em prol da preservação destes recursos.

No decênio seguinte, os conflitos pelos recursos naturais continuariam, Mesquita (2001) argumenta que nos anos 1990, houve um declínio na produção de babaçu e um aumento considerável no volume da soja, fomentadopelos incentivos de crédito e estatais.

Na década de 2000, do século XXI, os investimentos, estão ligados principalmente à obtenção de terras¹⁷paraa monocultura de eucaliptos, pecuária, sojicultura, plantio de dendê, exploração de madeira. Isto vem causando um aumento dos preços das *commodities*¹⁸e da

¹⁵A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada originalmente pela Lei 3.692, de 1959, no governo do presidente Juscelino Kubitschek, com a finalidade de promover o desenvolvimento includente e sustentável da região nordeste.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Superintend%C3%A2ncia_do_Developmento_do_Nordeste. Acesso em: 10 abr. 2019

¹⁶ O Programa Grande Carajás, iniciado em 1986, arregimentou um grande volume de investimentos na Amazônia Oriental para projetos agrícolas, agroindustriais (eucalipto e soja) e implantação de infraestrutura (transporte e energia) para o processamento de minérios, agropecuária e exploração madeireira (ARAUJO, 2018, p.1446).

¹⁷Segundo Almeida (2008a, p.21) quando se comenta sobre terra, é baseado no sentido de recursos naturais como recursos hídricos, solo, floresta e subsolo. Quando se aborda sobre território o sentido apreendido ultrapassa o geográfico e físico, pois se aciona a identidade coletiva.

¹⁸Commodities é o termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária que são transacionados nas bolsas de mercadorias. São normalmente produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, com qualidade quase uniforme e são produzidos e comercializados em grandes quantidades do ponto de vista global. Podem ser produtos agropecuários, minerais ou até mesmo financeiros. As principais *commodities* negociadas atualmente no mundo são: café, trigo, soja, milho, algodão, açúcar, álcool, boi, ouro, prata, cobre, aço, petróleo, dólar, euro, ações de grandes empresas, títulos de governos nacionais, etc. (BRANCO, 2008, p.12).

devastação¹⁹ de florestas e recursos naturais na Amazônia Legal²⁰, verifica-se que a economia extrativista do babaçu, em regime de trabalho familiar, enfrenta uma série de pressões que tanto afetam a produção, quanto ameaçam a reprodução física e social das trabalhadoras agroextrativistas, que se autodenominam e são reconhecidas pública e formalmente como quebraadeiras de coco babaçu (ALMEIDA, 2005, p.27).

Segundo Almeida (2005), a lógica dos fazendeiros é destruir florestas e palmeiras para ceder lugar às pastagens e ao plantio de soja, essa intensificação da extração ilegal de madeiras, com a disseminação de plantações de eucalipto e a produção ilegal de carvão vegetal, evidencia a amplitude da devastação da Região Ecológica do Babaçu, principalmente nos vales úmidos do Tocantins, do Mearim, do Itapecuru-Mirim e também no Vale do Parnaíba. O autor alerta que a pecuária tem sido apontada como a principal atividade devastadora, responsável por cerca de 80% de toda a área desmatada da Amazônia Legal.

Todos esses investimentos implicam devastação de grandes áreas, na derrubada de babaçuais, nos desmatamentos das florestas ombrófilas²¹ e na contaminação das bacias dos principais rios do estado, com o uso de agrotóxicos (pesticidas e inseticidas) e de adubos químicos, e a consequente desertificação dos solos, causando o que Almeida (2005) denomina de processo predatório, caracterizado por relações sociais e conflitos, que compõem o processo de devastação ambiental, na Região dos Babaçuais.

Mesquita (2016, p.143) ressalta que a diferença entre o padrão de expansão do agronegócio e da agricultura familiar colabora para o conflito. No primeiro, prevalece a

¹⁹A devastação da floresta amazônica está relacionada à degradação provocada pelo corte ilegal de árvores, queimadas ilegais, tráfico de fauna e flora, mas de todos estes, o desmatamento é um dos principais problemas ambientais do mundo atual, em função de sua grande importância para o meio ambiente. Este desmatamento causa extinção de espécies vegetais e animais, trazendo danos irreparáveis para o ecossistema amazônico (SANTOS, A., 2015, p.16). Assim, o Brasil perdeu uma média de 2,6 milhões de hectares de florestas por ano nos últimos 10 anos, comparado com uma perda anual de 2,9 milhões de hectares anuais na década de 1990; na Indonésia as perdas foram de 500 mil hectares no período de 2000-2010 e de 1,9 milhão de hectares no período de 1990-2000 (FAO, 2010 apud REYDON, 2011, p. 144).

²⁰A Amazônia Legal, segundo Mesquita (2011, p. 65), “enquanto jurisdição político-administrativa é idealizada e formalizada pelo Governo Federal ainda da década de 1950 (Lei nº 1.806, de 06/01/1953) com o objetivo de melhor intervir na região. Uma área que engloba nove estados brasileiros pertencentes à Bacia amazônica e a área de ocorrência das vegetações amazônicas. A atual área de abrangência da Amazônia Legal corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte dos estados do Mato Grosso e Maranhão (a oeste do meridiano de 44° de longitude oeste), perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km² correspondente a cerca de 61% do território brasileiro. Desde a criação, nos anos 1960, essa área para efeito de distribuição de incentivos fiscais e da condução da política de desenvolvimento regional esteve sob a jurisdição da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

²¹O termo Floresta Ombrófila é usado para o ecossistema antes denominado de Floresta Pluvial. Caracteriza-se pela vegetação de folhas largas e perenes e por chuvas abundantes e frequentes. Está presente nos biomas Mata Atlântica e Amazônia. Existem três tipos de floresta ombrófila: densa, aberta e mista. Cada tipo pode ainda incluir diferentes fisionomias, que são definidas de acordo com as faixas altitudinais. Disponível em: <https://www.infoescola.com/biomas/floresta-ombrofila/>. Acesso em: 10 set. 2019.

lógicada ampliação do capital, da competição acirrada, dacentralização do capital e da procura incessante por benéficas e lucros. Na outra, o objetivo é, sobretudo pela reprodução da sua força de trabalho. Esse produtor que tem por base o trabalho familiar, a pequena escala, a diversificação da produção, o mercado interno, historicamente nunca conseguiu se capitalizar, pois o apoio de políticas governamentais a esse segmento continua residual ao universo que representa e dessa forma não consegue se livrar dos velhos, e nem dos novos processos de expropriações impostos pelos grupos empresariais à sua permanência na atividade.

Mesquita (2016, p.143) destaca, que as consequências socioeconômicas, que decorrem desse modelo agroexportador, predador de recursos naturais e intensivo em capital são conhecidas de todos, com o nível de organização da sociedade e com o perfil produtivo que prevalece em tal área como: concentração da terra e da renda; aumento das desigualdades socioespaciais; aumento da migração campo-cidade e do desemprego rural; a produção da soja gera pouco emprego direto; expropriação de pequenos e médios produtores – diminui o número de explorações e estabelecimentos agrícolas; mudança do perfil produtivo regional - mais especialização e concentração da produção; substituição de policulturas e produção de leite por cultivos monocultivos; aumento das importações de alimentos e de insumos modernos voltados para o agronegócio; violência contra lideranças locais; balança comercial vulnerável – dependência de um número reduzido de produtos.

Mesquita (2016) em sua análise salienta que as consequências ambientais da expansão do agronegócio da soja e de outras atividades que cresceram exponencialmente sem um planejamento e acompanhamento adequado pelo Estado, como foi à regra das últimas décadas, trouxeram também consequências nefastas e irrecuperáveis ao meio ambiente. Não só pela dimensão do território ocupado e controlado, esclarece o autor, mas também pelo modelo e agentes do processo. Em suas palavras, o que se divulga desse processo nos meios midiáticos é apenas a parte mais visível, o desmatamento, mas ele não se esgota aí. O modelo de expansão dominante, aperfeiçoou o pacote tecnológico herdado da Revolução Verde ²² e da genética (transgênicos) do pacote anterior, potencializando assim seus efeitos negativos invisíveis. Nessa lista se encontra a contaminação dos solos, lençóis freáticos e de águas potáveis e perda da biodiversidade. O autor explica, que especialistas mostram ainda que o uso abusivo de

²²A chamada “Revolução Verde” surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, (1939 – 1945) e tinha como pressuposto o aumento da produção e da produtividade agrícola. Segundo Lutzemberger (2001 apud HINTERHOLZ, 2011, p.02) a intenção era de acabar com a fome no mundo, com a utilização das mais modernas e diversas máquinas e implementos agrícolas, promovendo uma intensa mecanização nas lavouras, uso intensivo de insumos químicos e variedades de plantas geneticamente melhoradas. Esta “modernização” da agricultura brasileira trouxe sérios danos sociais, pois os agricultores passaram a depender destas tecnologias capital-intensivas da agricultura convencional, tornando-se reféns das grandes empresas multinacionais que comercializam estes produtos.

equipamentos pesados, fertilizantes e agrotóxicos ocasiona a compactação, degradação e desequilíbrio do mesmo(MESQUITA,2016,p.143).

Isto tem prejudicado as quebraadeiras de coco babaçu na prática do seu exercício, que encontram resistência dos fazendeiros, inclusive armada, que não as permitem entrar nos latifúndios para coletar os cocos. Além disso, as palmeiras de babaçu são derrubadas e destruídas para produção de carvão vegetal e, para a expansão da ocupação da terra pela pecuária bovina (com a respectiva plantação de pastagens), entre outras(ROSA,2012,p.08).

O que tem tornado a situação mais trágica, é o fato dos proprietários das terras terem “fechado” os babaçuais incidentes em áreas de seu domínio, violando um direito consuetudinário e proibindo as mulheres de exercerem a tradicional atividade extrativa de coleta e quebra dos frutos (VALVERDE,1989,p.81). Órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis²³ (IBAMA), as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e o próprio Ministério Público têm recebido denúncias e protestos das quebraadeiras contra as insistentes derrubadas de palmeiras e contra o envenenamento das “pindovas”²⁴ para a implantação de projetos agropecuários²⁵, de soja e de eucalipto na Região Ecológica do Babaçu (ALMEIDA, 2005,p.92).

Esses confrontos geraram diferentes formas de organização política e cultural de povos e comunidades tradicionais que habitam a Região Ecológica do Babaçu. Lopes (2004, p.17), afirma que essa novidade de que se revestem certos componentes destes antagonismos, começam agora a apresentar, uma expressão nesse processo de devastação que surge coadunada com noções operacionais análogas, que buscam designar novas percepções de fenômenos, tais como “ambientalização” de conflitos sociais.

²³O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão federal criado pela Lei nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989 é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Seus objetivos são a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, além de assegurar o desenvolvimento econômico, com o uso sustentável dos recursos naturais. O IBAMA tem como principais atribuições: exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente; e executar as ações supletivas de competência da União, de conformidade com a legislação ambiental vigente. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/institucional/sobre-o-ibama>. Acesso em: 20 jun. 2019.

²⁴Ação de por veneno no olho da palmeira jovem, com a finalidade de exterminá-la. Ação realizada com muita frequência para dar lugar ao pasto para o gado. (LUCENA, 2008, p.117)

²⁵Ações que se assemelham às que estão sendo adotadas para a produção de carvão para abastecimento do Polo Siderúrgico de Açailândia já foram realizadas nos últimos anos, no povoado Primeiro Cocal, no município de São Pedro d'Água Branca/ MA. Consulte-se “Carvão de coco é aproveitado”. O Estado do Maranhão, 05 de fevereiro de 2000, p.05.

A quebradeira de coco, Maria Nice Machado Aires, de Penalva, coordenadora executiva do MIQCB da Baixada Maranhense, explica a importância da preservação dos recursos naturais para as comunidades tradicionais:

Quando eu falo em mistério, são os lagos ricos em peixes que vem da natureza pra nós que somos religiosos, disso que é criado por Deus. Quando se fala em mistério, tem o babaçu é uma riqueza que você tira pra sua sobrevivência sem comprar de ninguém. Cada vez que se tira mais tem. Quando se fala também da floresta, é que todos nós só vive se tiver floresta, se não tiver floresta também não tem água e se não tiver água, ninguém vive, se não tiver água, não vai ter vivente. Quando falei a questão que a natureza é vingativa, se você polui a água, você morre, se você acabar com a floresta, não vai ter água e todo mundo vai morrer. E se acabar com a floresta vai acabar com a gente também. Então, é isso que é vingativa: quando você tira tudo o que tem e não tem do que viver. Com isso, o resultado é morrer ou não é isso? Então, vingativo é isso. É o que você tira com a mão e depois acaba. Isso, que é vingança, tá, porquê na hora que você tem a terra, você tem onde morar, você tem onde fazer escola, você tem onde produzir, você tem onde preservar. As culturas vão ser respeitadas e viver com segurança mas nós não tivemos segurança. As empresas se acham donas do mundo, a maioria dos governos não tem essa visão de respeito a terra, de respeito pela população. Ele quer se sentir bem, não quer saber se o negro é gente, se o índio é gente, se o agricultor é gente, se a comunidade tradicional vive.... Ele não quer saber disso, o importante pra ele é dinheiro e moeda (AIRES, 2016, p.62).

As quebradeiras de coco são exemplos de luta à devastação da Região Ecológica do Babaçu. Elas articulam em suas ações, assumem uma identidade coletiva, afirmam sua memória, se organizam em movimentos sociais, como a criação do MIQCB, para representar seus interesses sociais, políticos e econômicos.

1.2- “A palmeira-mãe como uma mulher grávida que dá luz ao seu filho”

A devastação que ocorre na Região Ecológica do Babaçu, provocado pelo agronegócio destrói a palmeira de babaçu, fonte de renda para as quebradeiras de coco. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA 2007 e 2009) o Maranhão juntamente com o Piauí contribuem atualmente com mais de 90 % da produção de coco de amêndoas de babaçu e possuem a maior densidade de palmeiras por hectare (mais de 200 árvores por hectare).

A palmeira do babaçu encontra-se em quase todo o território maranhense e apenas em áreas onde o babaçual foi queimado e substituído por pastagens ou plantação de soja, não é possível encontrá-lo. Ribeiro (1985) argumenta, que o babaçual possui uma capacidade de regeneração muito grande e mesmo em fazendas de gado, na qual o terreno é preparado para as

pastagens, é possível ver crescer palmeiras de babaçu, sendo considerada uma “praga” pelos fazendeiros, pois aumenta os custos com frequentes limpezas do terreno.

Figura 1- Palmeiras de babaçu

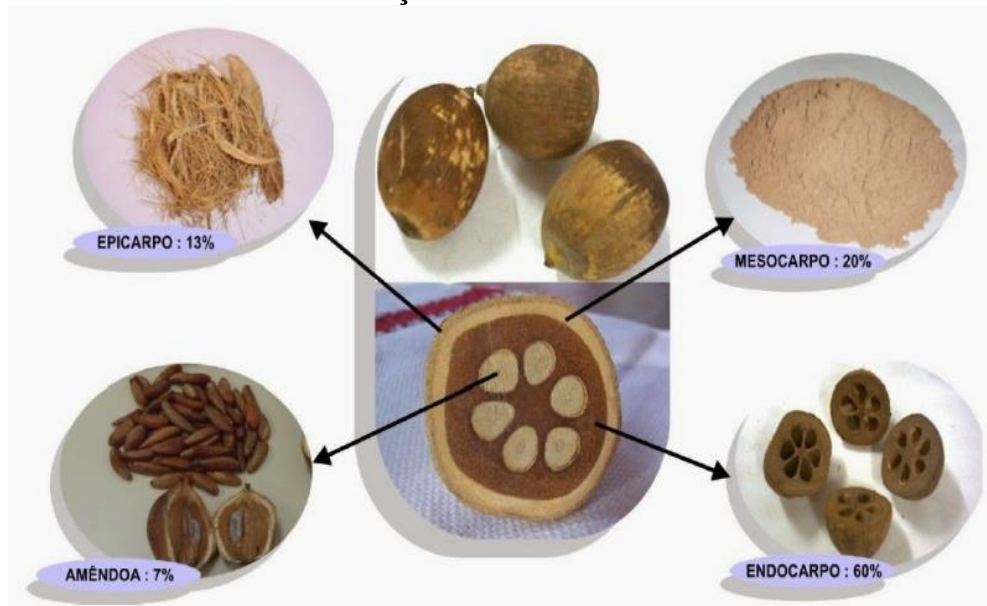


Fonte: www.jovensemcomunicacao.wordpress.com

Por ser uma palmácea que predomina em zonas de várzeas, próximas dos vales dos rios e eventualmente em pequenas colinas ou elevações a palmeira de babaçu não ocorre isoladamente e se associa a “outros tipos de vegetação como capoeira, caatinga, mata aluvião, cerrado, formando estratos ou zonas”, quando o fruto amadurece, desprende-se e cai no solo (MIC/STI, 1982, p.21).

De acordo com Lucena (2008) o babaçu (*Orbignya Phalerata*) é uma planta da família das palmáceas, que chega a medir aproximadamente 20 metros, possui tronco cilíndrico e copa em formato de taça, suas folhas são grandes e inflorescência em cachos e frutos drupáceos com sementes comestíveis, cada palmeira tem quatro cachos, com elevado número de cocos por cacho (150 a 250). Conforme Soler (2007) a palmeira de babaçu é monocaule e sua frutificação ocorre durante todo o ano, sendo que o pico da produção ocorre nos meses de agosto a janeiro. O óleo extraído das amêndoas é utilizado em larga escala na fabricação de sabão, sabonetes e cosméticos em geral. Segundo Lorenzine (1996) os frutos têm formato oblongo-elipsoidal, medindo de 8 a 15 cm de comprimento e cinco a sete de diâmetro, pesando de 90 a 280g. A composição física do fruto indica quatro partes aproveitáveis: epicarpo (11%), mesocarpo (23%), endocarpo (59%) e amêndoa (7%).

Figura 2- Parte interna do cocobabaçu



Fonte: Projeto Babcoäll. www.leg.ufpi.br

Conforme Wilhelms (1964) a amêndoa corresponde de 6 a 8% do peso do coco integral. As amêndoas estão envoltas por um tegumento castanho e são separadas umas das outras por paredes divisórias. Pesam, em média, de 3 a 4 g, e contêm entre 60 a 68% de óleo, podendo alcançar 72% em condições mais favoráveis de crescimento da palmeira. As amêndoas secas ao ar contêm aproximadamente 4% de umidade e têm sido o componente do fruto mais intensivamente utilizado.

Segundo Rosa (2012) a partir do coco babaçu é possível obter inúmeros subprodutos, no qual o azeite extraído da amêndoa é o mais produzido e o que tem maior valor comercial, o modo de produção e vida sustentável das quebradeiras, revelam formas de organização e reprodução alternativas que precisam ser reconhecidas, apoiadas e incentivadas pelas políticas públicas nacionais.

Rosa (2012) afirma que, a extração do babaçu é eminentemente feminina e responsável pela coleta do coco nas matas de babaçuais e a quebra para separar a amêndoa do restante do coco. Às mulheres, cabe o trabalho de coletar os cocos aos pés do babaçu, ou mesmo retirá-los das palmeiras e posteriormente, cuidar do armazenamento e transporte do produto em cestos de palha (como os jacás - cestos grandes e cofos - cestos pequenos) para um local apropriado ou para suas próprias casas, onde se procede à atividade de quebrar o coco com um machado e um porrete separando as suas partes.

Figura 3 - Quebradeiras de coco em ação



Fonte: www.miqcb.org.br/galeria

O babaçu, segundo Almeida (2005) é utilizado na construção e cobertura das casas, na confecção de pequenos utensílios para uso doméstico, na produção do azeite para cozimento dos alimentos, na fabricação do sabão e do carvão. O carvão da casca do babaçu produzido pelas quebradeiras de coco tem sido de extrema relevância para auxiliar na economia da família porque é utilizado como fonte de energia para cozinhar os alimentos.

Para Simoni (2009) o extrativismo de coleta é considerado um modelo de atividade sustentável, pois concilia interesses de conservação e a necessidade de desenvolvimento socioeconômico. Tudo da palmeira de babaçu é aproveitado: da palha faz-se telhado para as casas, cestas e outros objetos artesanais; do caule, adubo e estrutura de construções; da casca do coco produz-se carvão para fazer o fogo e, do seu mesocarpo, biscoito, bolo, pão e mingau usado na nutrição infantil; da amêndoa obtêm-se óleo, empregado sobretudo na alimentação, mas também como combustível e lubrificante, e na indústria de cosméticos.

Figura 4 – Produtos derivados do babaçu: azeite, carvão, sabonete, sabão, farinha e artesanato.



Fonte: www.centraldocerrado.org.br/comunidades/cimqcb/

A relação com a sustentabilidade e a preservação da natureza está presente em toda a prática cultural das quebradeiras, não só na atividade agroextrativa, mas também no consumo de produtos sustentáveis e na promoção de uma agricultura e alimentação saudáveis, que não prejudiquem o meio ambiente.

Shiraishi Neto (2005) explica que a representação dos proprietários de terras sobre as palmeiras de babaçu diverge daquelas impressas pelas quebradeiras. Para elas as palmeiras representam a vida, pois dali extraem seu sustento, mas para os proprietários a palmeira se apresenta como simples mero acessório.

Segundo Barbosa (2013,p.78) para as quebradeiras a palmeira de babaçu é considerada uma palmeira-mãe. Imaginar a palmeira de babaçu como “mãe” é também conferir à espécie ações práticas, ressaltar o sentir e o agir desse recurso, demonstrando apego e afeto para com ele. Conforme a autora, a quebradeira Maria da Conceição Araújo, de São Luís Gonzaga/MA expressa muito bem esse imaginário. “ Eu quero bem a palmeira igual à minha mãe[...] eu gosto dela, tenho tanta penaquando derruba uma palmeira, chega ela geme, dá um gemido tão penoso e eu não me atrevo derrubar uma palmeira [...] eu não derrubo porque tenho pena e logo é uma mãe²⁶.

Barbosa (2013,p.78) destaca que no depoimento de Maria Leite, quebradeira de coco, de São Luís Gonzaga/ MA,também fica evidente o apego e a consideração afetiva ao

²⁶Entrevista, em abril de 2005, São Luís Gonzaga/MA (Barbosa, 2013, p.78).

recurso: “ Ah! Eu não gosto não quando tá cortando uma palmeira, que ela geme, ela vai pra dentro no barro, aí meu coração dói. Palmeira é uma serventia muito grande pra nós, quebramos o coco, tudo vem da palmeira, aí derrubando, ela vai morrer, ela não vai mais botar o coco, vai morrer, eu não gosto não, às vezes eu escuto alguém tá derrubando uma palmeira aquilo é mesmo que uma mãe tá morrendo”²⁷. Nas palavras de Barbosa (2013,p.78) o discurso da quebradeira de coco Rosa de Lima , de São Luís Gonzaga/MA sintetiza a perspectiva delas, pois, “ uma palmeira, ela vale porque até a queda de uma palmeira [...] a gente vê ela gemer, porque ela ajuda, né?!”²⁸.

A quebradeira de coco, Maria Antônia dos Santos²⁹ de Cajari/MA, coordenadora executiva do MIQCB, da Regional da Baixada Maranhense, explica por que considera a palmeira de babaçu, uma palmeira-mãe:

As palmeiras têm muitos nomes, lá perto da minha casa tem palmeira que tem nome porque é mãe, porque é o jeito, a palmeira chega a dar cacho em nove meses, é como uma mulher grávida que dá luz ao seu filho e tem palmeira que se junta aquele coco ali e quebra, faz o leite pra botar no café, pra fazer mingau, pra botar na comida pra a criança beber. Agora, tem esse sistema de comprar leite, mas antigamente o leite da gente era o leite do coco, então a palmeira tem muitos filhos, que diz assim: ela é mãe de leite dos filhos de fulano, cicrano, beltrano. A gente tinha uma palmeira chamada “coco pintado”, eu tinha doze irmãos, aí um irmão meu mais sabido, dizia assim: vai ajuntar o coco, que eu fico reparando cair de lá e o outro menorzinho foi, ele tava com cinco anos. Quando o coco veio de lá, ele foi dizendo: Olha o coco! Aonde! O coco, já tinha pego na cabeça do outro, que saiu dizendo que tava doído. Sabe criança, né? Foi juntar coco de manhã pra quebrar, pra fazer vinho, que não se chamava de leite de coco, e sim, vinho de coco pra botar no café, então a palmeira é mãe de muita gente, tem muito filho, é mãe de leite. A palmeira é uma riqueza natural, pode ver que a rodinha que tem no coco, parece um peitinho! (MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS, 28 DE AGOSTO DE 2019).

As quebradeiras utilizam cantos de trabalhos, orações, convocatórias para luta, versos e cantigas de guerra/enfrentamento aos antagonistas geralmente voltados à temática da preservação ambiental e à preocupação essencial em salvaguardar as palmeiras de babaçu, como demonstra um dos cantos que fazem parte do repertório do MIQCB (BARBOSA,2013,p. 85).

XOTE DAS QUEBRADEIRAS³⁰

Hei! Não derrube estas palmeiras
Hei! Não devore os palmeirais

²⁷Entrevista, em março de 2005, São Luís Gonzaga/MA (Barbosa, 2013, p.78) .

²⁸ Entrevista, em maio de 2005, São Luís Gonzaga/MA (Barbosa, 2013, p.78).

²⁹ Entrevista concedida em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar /MA.

³⁰Letra e música: João Filho ou João Abelha para os/as íntimos/as – Praia Norte do Tocantins – TO. Música cantada durante o V Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu de 8 a 10 de dezembro de 2004 em São Luís/MA (BARBOSA, 2013, p.85).

Tu já sabes que não podes derrubar
 Precisamos preservar as riquezas naturais.
 O coco é para nós grande riqueza
 É obra da natureza
 Ninguém vai dizer que não
 Porque da palha só faz casa pra morar
 Já é meio de ajudar a maior população
 Se faz o óleo para temperar comida
 É um dos meios de vida
 Pra os fracos de condição
 Reconhecemos o valor que o coco tem
 A casca serve também para fazer o carvão
 Com o óleo do coco as mulheres caprichosas
 Fazem comidas gostosas
 De uma boa estimacão
 Merece tanto seu valor classificado
 Que com o óleo apurado se faz o melhor sabão
 Palha de coco serve pra fazer chapéu
 Da madeira faz papel
 Inda aduba nosso chão
 Tela de coco também é aproveitado
 Faz quibano o cercado pra poder plantar feijão
 A massa serve para engordar os porcos
 Tá pouco o valor do coco
 Precisa darem atenção
 Para os pobres este coco é meio de vida
 Pisa o coco Margarida e bota o leite no capão
 Mulher parada, deixa de ser tão medrosa
 Seja um pouco mais corajosa, segura na minha mão
 Lutemos juntas com coragem e com amor
 Pra o governo dar valor a esta nossa profissão
 Santa Maria é a nossa companheira
 Grande força verdadeira que protege esta nação
 Que fortalece a nossa luta pouco a pouco
 E a mulher que quebra o coco pede a sua proteção

As quebradeiras com seus cantos exprimem a valorização de sua atividade e a luta pela preservação das palmeiras de babaçu, recurso utilizado para o seu sustento e fortalecimento de sua identidade. Segundo Linalva Silva (2018, p.61) a palmeira de coco babaçu representada, nas interpretações dispostas na letra da Canção “Xote das Quebradeiras”, cantado, tanto pelo grupo das Encantadeiras³¹, como pelas quebradeiras em Assembleias, Encontros, Reuniões, Seminários, passeatas e Audiências Públicas, retratam a

³¹ As Encantadeiras apresentam uma proposta diferenciada, utilizando o canto para transformar, denunciar, confortar e sobreviver, lutando pacificamente pela garantia dos seus direitos e a preservação de sua cultura. Suas canções embalam o mundo de quem, desde a infância, acompanhava mães, avós, tias, e afins, em caminhadas rumos aos babaçuais. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2018/10/quebradeiras-de-coco-babacu-sao-destaques-no-museu-do-amanha/>. Acesso em: 2 out. 2019.

denúncia e o protesto pela proibição das derrubadas de palmeira de coco babaçu, sua preservação e uso comum de todos os seus subprodutos.

De acordo com Barbosa (2013) as representações construídas ao longo de décadas pelas quebradeiras se relacionam ao valor que o extrativismo assumiu em suas vidas diárias, a autora enfatiza que o sentido que o babaçu tem para as quebradeiras, toma dimensões não somente econômico-monetárias, mas também socioculturais, não somente materiais, mas também simbólicas, por isso as quebradeiras se empenham na garantia da preservação das palmeiras de babaçu.

No entanto, as quebradeiras para exercerem sua atividade agroextrativista encontram dificuldades, pois as áreas de babaçuais foram limitadas pelos fazendeiros, que se consideram donos de terras, causando prejuízo à elas na coleta do coco. A coleta é feita manualmente, o coco é armazenado em cestos de palha, e muitas vezes as quebradeiras precisam deixar parte da produção com os proprietários da terra (esta negociação para permissão de coleta é chamada de “quebra de meia”)³². O transporte é, normalmente, feito a pé pelas mulheres que percorrem longas distâncias por causa da destruição dos babaçuais que se encontram cada vez mais dispersos no território e longe das casas das quebradeiras (ROSA, 2012, p.07).

As quebradeiras, constantemente, sofrem ameaças dos fazendeiros, quando precisam coletar o coco nas áreas em que há o babaçu, e se não conseguem fazer a coleta ficam com o trabalho prejudicado. A degradação ambiental da Região Ecológica do Babaçu a partir da expansão de grandes monoculturas e da derrubada dos babaçuais também é uma grande questão que afeta o acesso das quebradeiras às palmeiras de babaçu. No relato de uma quebradeira de coco é possível perceber a dificuldade que elas passam a coletar o coco nas áreas babaçuais:

A dificuldade é que a gente não tinha acesso para entrar nas fazendas para quebrar o coco, nem todos os fazendeiros deixavam as quebradeiras entrarem. Quando eles liberaram o Dezesete³³, que era o lugar certo de quebrar o coco, não podia vender o coco em outro lugar, tinha que vender lá. As quebradeiras não tinham carro para ir porque é muito longe, são 17 km daqui para o Dezesete. Não tinha carro para as quebradeiras irem quebrar, elas iam a pé. Os donos de lá tomavam coco das quebradeiras, se elas passassem, derramavam no chão. Quando não tomavam, faziam elas venderem o coco para eles. Era muita dificuldade. As quebradeiras voltavam para casa sem um pingote de coco porque eles derramavam tudo. Faziam as quebradeiras chorarem, faziam as quebradeiras sofrerem. (VINHAS, 2014 apud BRITO, 2016, p.23)³⁴.

³² Na qual as quebradeiras são obrigadas a entregar metade das amêndoas quebradas ao suposto proprietário.

³³ Dezesete é um povoado localizado em Codó/MA, que fica a 17 km da Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Coco Babaçu.

³⁴ Áurea Maria das Vinhas, presidente da Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Coco Babaçu, Codó, 2014 (BRITO, 2016, p.23).

Há registros de quebradeiras que foram agredidas, conforme Araújo (2004), quando como forma de resistência, entravam nas propriedades e eram encontradas dentro das áreas de pastagens, as chamadas “soltas”³⁵, coletando coco. Esta realidade não é distante, pois existem “ainda casos de violência física contra as quebradeiras no qual gerentes da fazenda, vaqueiros ou encarregados submetem as mulheres a surras e violência sexual” e “casos em que a mulher precisa roçar a quinta, ou seja, limpar a área do pasto, para ter acesso à área de quebra e coleta do coco”

Segundo Araújo (2004) o MIQCB denunciou a situação da quebradeira de coco Maria da Luz de Oliveira, no povoado Lagoado Tufi, município de Timbiras/MA. Ela teve sua casa queimada na noite de 15 de julho de 2004 por volta das 22 h, enquanto dormia com seus três filhos, uma menina e dois meninos de 11 a 15 anos de idade. Quando percebeu que a casa estava sendo queimada, Maria da Luz conseguiu fugir com seus filhos a tempo, porém perdeu todos os seus pertences. A casa da vizinha também foi queimada, mas o prejuízo foi menor. As práticas de queimar e derrubar casas são recorrentes no povoado como forma de pressão dos proprietários para garantir a exclusividade da compra do coco.

Mendes (2017) ressalta que situações de ameaças, violência, envolvendo as quebradeiras não são raras de acontecer. Não raro existem casos de mulheres agredidas, ameaçadas e até mortas durante a realização do seu trabalho. A autora informa que em dezembro de 2014 ocorreu um caso de violência, envolvendo uma quebradeira de coco, de Codó, que vivia no bairro Trizidela. A assessora do MIQCB na Regional Médio Mearim/Cocais, Edsonete Matos, em setembro de 2016, narra o fato para Mendes:

Em dezembro de 2014 a dona Francisca, quebradeira de coco do bairro Trizidela-Codó, foi para a quebra do coco com uma companheira, o local escolhido para a quebra de coco nesse dia não foi muito distante das suas casas. Ao chegar ao mato, ela disse à companheira ter esquecido algo em sua casa e precisava voltar. A companheira ficou quebrando coco enquanto aguardava o retorno de dona Francisca. Como dona Francisca não retornou, a companheira por volta de 13 horas voltou à sua casa. Chegando lá foi saber o que havia acontecido. A dona Francisca não havia retornado. A família de dona Francisca disse que ela nunca havia voltado, desde a hora que tinham saído juntas. Ao saírem à sua procura, após mais de 10 horas de busca, encontraram ela morta. Ela havia sido violentada e morta dentro do mato. Dona Francisca tinha 56 anos, vivia com o marido, um filho e um neto (MATOS, 2016 apud MENDES, 2017, p.35).

³⁵Área onde, geralmente o gado é solto e, possivelmente há grande quantidade de palmeira de babaçu (LUCENA, 2008, p.134)

Embora alguns cuidados sejam tomados pelas próprias quebradeiras de coco, como irem para a quebra do coco sempreacompanhadas por outras quebradeiras, evitar ficar após escurecer no mato. Ainda assim, não elimina a vulnerabilidade a que estão expostas. No Médio Mearim, no município de São Luís Gonzaga, uma quebradeira de coco, em 2004 levou um tiro na perna, após ameaças e insultos de um capataz da fazenda em que quebrava o coco junto com outra companheira (MENDES, 2017,p.35).

Frequentes atos de violência são provocados por pistoleiros ordenados por fazendeiros,que querem expulsar as comunidades tradicionais de onde vivem. Exemplos de abusos são relatados pelas quebradeiras, comoMaria Querobinada Silva Neta, quebradeira de coco da Vila Conceição, de Imperatriz/MA, liderança do MIQCB da Regional Tocantina, que descreveações violentas pelas quais passou com sua comunidade, no assentamento de São Jorge, em 2001, em Cidelândia/MA:

Nessa época eu arranjei uma maquininha de tirar retrato, *essa máquina foi uma arma pra mim*, para onde eu ia eu levava ela e eu ia assustando ele (fazendeiro) umas duas vezes com essa máquina de tirar retrato, porque ele ia pra violência e eu registrava e, ele não queria aparecer, então, ele fugia sempre, ele tinha medo da gente ter prova como era que ele estava reagindo às coisas. No primeiro ano o pessoal fez roça, ele[fazendeiro] botou para apanhar a roça do povo todo, o capanga, eram doze capangas junto com ele, dois policiais permanentes. Ele envenenou as primeiras frutas de lá, a abóbora, a água dos poços, ele mandou botar veneno e a sorte nossa que a gente descobriu antes do povo beber, porque deixaram o vidro com o nome do veneno, no dia que eu estava lá. As mulheres com medo de ir pra cacimba pegar água sozinha, eu disse eu vou mais vocês, aí lá quando eu cheguei lá um vidroassim de 500ml aí eu disse assim: “Esse vidro aqui...”, eu disse assim “ Quem de vocês lê?”, tinha mulher que já tinha colocado água na vasilha, “Mas lê esse negócio aqui”. Ela disse que isso aqui é veneno descobrimos e todo mundo se assombrou aí foram cavar outra cacimbapara poder beber água (SILVA NETA, 2018,p.46).

Outro relato de quebradeira está no livro **Nice Guerreira: mulher, quilombola e extrativista da floresta**. A quebradeira Maria NiceMachado Aires, conhecida como Dona Nice, de Penalva/MA, coordenadora executiva do MIQCB, da Regional da Baixada Maranhense, em sua participação na III Jornada De La Amazônia Al Río de La Plata, pela Universidade Nacional San Martín em Buenos Aires, na Argentina, em outubro de 2012, denuncioucasos de violênciaprovocados pelos antagonistas, entre eles pistoleiros, contra as comunidades tradicionais:

Os impactos são muitos, têm as empresas de eucalipto, de soja, os fazendeiros, os pistoleiros, criação de búfalos, as cercas elétricas, as siderúrgicas, é muito perverso, esses são os problemas que nos atingem, têm os pistoleiros que matam as grandes lideranças, indígenas, as quebradeiras de coco, os quilombolas, os agricultores familiares. Então são eles que fazem grandes misérias, porque eles querem ficar ricos com dinheiro, mas não querem ficar rico de vida, rico de natureza, eles têm uma grande perversidade. Uma vida digna com saúde e qualidade é com vida pra todo mundo. Então são essas perseguições que também nos atinge, os impactos são esses, que atrapalha, que persegue, (...) que incomoda, que tira a vida de todas as lideranças. É isso, mas a gente nunca pode pensar no negativo, isso não nos intimida, isso nos dá coragem, isso nos fortalece. O que a gente tem mesmo é que somar, o que diz que quem não nasce para servir também não nasce para viver (AIRES, 2016, p.61).

Com ameaças de latifundiários, as quebradeiras resistem a essas imposições. É a partir desse contexto de subordinação que nasceu a ideia da “sujeição” das quebradeiras de coco. Esse é o termo empregado para designar a prática abusiva dos fazendeiros frente às reivindicações das quebradeiras, restringindo direitos, mesmo em áreas públicas, uma vez que alguns proprietários não possuíam a escritura legítima da terra, utilizando-a como sua pela mera aparência de ser o proprietário. (ALMEIDA, 1995, p. 23)

Sob o recurso à imagem da palmeira-mãe, que a efetividade do direito de acesso livre aos babaçuais redundava na preservação de uma certa quantidade de palmeiras por hectare, que então não podem ser derrubadas, sendo autorizado tão-somente o desbaste ou raleamento. Sobre esse assunto, Shiraishi Neto (2006) argumenta:

A compreensão de que a palmeira de babaçu é tão ou mais importante que a terra em si mesma, coaduna-se com uma “prática social” relativa ao uso do recurso que se realiza de forma comum a todas as famílias. Não há um proprietário dessa ou daquela árvore; as palmeiras são utilizadas indistintamente de forma comum. Aliás, o seu uso está relacionado à capacidade de trabalho e à necessidade de cada família frente ao recurso. No caso, o direito é derivado das “práticas sociais” e por isso a regra mais importante é aquela que diz respeito à garantia do recurso para a reprodução física e social das quebradeiras de coco e de suas famílias (SHIRAISHI NETO, 2006, p. 18).

São as palmeiras de babaçu, que asseguram às quebradeiras de coco a importância na reprodução física, social e cultural. Como ressalta Almeida (2005) “a palmeira não representa um mero acessório do solo, ela é da construção social e política das organizações das quebradeiras de coco”.

1.3 “O território é livre como o babaçu livre e vice-versa”

Desde a sua constituição, o MIQCB vem discutindo formas para a garantia do acesso e do uso comum dos recursos naturais. Os debates em torno dessa necessidade evoluíram na direção da discussão, da formulação e da proposição de um projeto de lei à Câmara dos Deputados, apresentado por parlamentares próximos ao Movimento(SHIRAISHINETO, 2017,p.154).

A Região Médio Mearim, no Maranhão, é o lugar onde vivem o maior número de quebradeiras de coco. Segundo Almeida (1998, p.15-16), o Vale do Mearim registrou fartas situações de antagonismos a partir da invasão das roças pelo gado, da obrigatoriedade da venda do coco babaçu nos barracões dos grandes proprietários e da adulteração de escrituras de terras em cartórios. O processo mais intenso de cercamento no Médio Mearim se iniciou nos anos de 1970 quando fazendeiros/grileiros, muitos de outros estados da federação, se apropriaram de terras, cercando-as em grandes áreas para o desenvolvimento de projetos agropecuários(BARBOSA, 2013, p.171).

A quebradeira de coco e coordenadora geral do MIQCB, Maria Aláides de Sousa³⁶, do povoado Ludovico, de Lago do Junco/MA, região do Médio Mearim, eleita no VIII “Encontrão, de 2019,relata situações vividas por fazendeiros que proibiam as quebradeiras de entrarem nas áreas dos babaçuais:

Vinha acompanhado de ações de proibição, era não entrar pra apanhar o babaçu, eles, os fazendeiros, justificando que o babaçu era do vaqueiro e o vaqueiro tava trabalhando pra ter o babaçu pra ele e muitas de nós ficava sujeita a arrendar na mão do vaqueiro. Quando muitas de nós não queria arrendar e tinha a necessidade de ir buscar, o vaqueiro não deixava a gente entrar e muitas de nós ficava sem o jacá de coco porque ele cortava, quando agente passava em frente a fazenda, pra ter o coco pra ele. Isso era uma parte e a outra parte, era quando a gente tava lá dentro, mesmo em mutirão, eles iam lá e desafiavam e tinha mulher que corria e outras não, eles pegavam de um lado e rasgava e esbagaçava o coco e tomavam o machado e iam embora e outra eles ameaçavam com a pinhola³⁷, que eles tinham lá pra prender animal, as mulheres corriam e eles assustavam na pinhola. A outra estratégia era cortar o cacho em cima,pra não ficar nada na palmeira, isso prejudicava até o mercado, a outra estratégia era derrubar mesmo as palmeiras, então foram vários momentos que a gente vivenciou o antes pra poder chegar e pegar esses problemas e transformar em busca de solução pro acesso da Lei Babaçu Livre, mas vivenciamos um momento tão delicado de fome, de humilhação, que agente chegava a quebrar dez quilos de coco pra comprar um quilo de arroz. Não tinha valor o coco mas tinha muito valor o arroz e o feijão porque não tinha como saber disso, essas formas foram colocadas pra mim como elementos pra gente poder ter essa lei (SOUSA, 18 DE SETEMBRO DE 2019).

³⁶ Entrevista concedida em 18 de setembro de 2019, São Luís/MA.

³⁷ Nome dado a um chicote longo, feito de couro, que serve para bater, açoitar, gado. Nas narrativas das quebradeiras este mesmo instrumento era utilizado pelos vaqueiros e jagunços dos fazendeiros obrigando-as a sair correndo das soltas, local em que as quebradeiras faziam a coleta do coco babaçu(SILVA, Linalva, 2018, p.70).

O aumento das propriedades e do cercamento delas, passou a impedir o livre acesso aos babaçuais. Diante das dificuldades, as quebradeiras se uniram e passaram a se organizar enquanto movimento social, atuando politicamente e posteriormente no âmbito jurídico a fim de garantir seus direitos (HAGINO, 2007, p. 12).

Segundo Almeida (2005) esta forma de juridicidade é afirmada diante do processo de privatização das terras públicas onde a coleta e quebra de coco são tradicionalmente realizadas e que, possuem a característica de serem de livre acesso e uso comum dos trabalhadores que vivem em sistema de economia familiar e comunitária, apropriação privada esta que se justifica em uma tendência de “modernização predatória e conservadora” da Amazônia.

A este respeito, Shiraishi Neto (2006) sugere que para a observância de referida sensibilidade jurídica pouco importa a localização dos cocais, se em propriedades privadas ou áreas de domínio público, sendo perceptível, na zona do babaçu, que esta expectativa é respeitada inclusive em se tratando de áreas de propriedade das próprias quebradeiras e nas Reservas Extrativistas de babaçu. Isto não significa, acrescenta o autor, que o uso comum suplante o domínio, nem que, por isso, a propriedade da terra deixe de ser uma necessidade das quebradeiras para a garantia e melhoria de suas condições de sobrevivência³⁸.

Nesse contexto, a primeira lei municipal aprovada pelo MIQCB foi a Lei n. 05/97, no Município de Lago do Junco no estado do Maranhão. A Lei “autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a tornar a atividade extrativista do babaçu uma atividade livre no município e dá outras providências. Essa lei, assim como as outras que também foram propostas e aprovadas no âmbito da área de atuação do Movimento, refletem o grau de organização das mulheres nos Municípios, bem como a sua força política (SHIRAISHI NETO, 2017, p. 155).

A coordenadora geral do MIQCB, eleita, em 2019, Maria Alaídes de Sousa³⁹, de Lago do Junco/MA, do Médio Mearim, esclarece o fato do município ser o pioneiro na aprovação da Lei do Babaçu Livre, em 1997.

Antes de entrar no acesso livre a gente tava vivenciando uma lei que a gente chamava “lei na marra”⁴⁰ aí tinha o pessoal de São Luís, como a professora Cynthia, a

³⁸A luta pela posse e propriedade de terras têm frequentado, desde há muito, as pautas das quebradeiras, que muitas se encontram sem acesso à terra e que digladiam cotidianamente, ainda hoje, para conquistá-la.

³⁹ Entrevista concedida em 18 de setembro de 2019, São Luís/MA.

⁴⁰A criação da Lei “Babaçu Livre” surge no momento em que as mulheres não detinham liberdade de quebrar e coletar o coco babaçu sozinhas por sofrerem ameaças pelo dito “dono da terra” e as quebradeiras de coco viram nessa realidade a possibilidade de burlar a proibição, a fiscalização de existência de derruba e retirada de cachos nessas áreas e realizarem a quebra nas soltas, em mutirão para Maria Alaídes a lei na marra “era porque a gente

professora Helciane , o professor Joaquim Shiraishi, todo mundo assessorou a gente no período a sistematizar os nossos acontecimentos no papel. A luta pela terra começou no embate do babaçual nas décadas de 1980 e 90 , e os maridos entraram junto pra lutar pela terra e a gente nessa luta ficou sem nada, muitas casas começaram a cair , tudo o que a gente tinha, como galinha, a gente investia na luta, depois surgiu a fundação do movimento social, pois antes quem tava no movimento da luta era a diocese, era a paróquia, era ACR, os movimentos internos, também da igreja. Em 1989 foi a criação da fundação de associação de mulheres, depois foi a ASSEMA, em áreas de assentamento, depois a fundação da COPPALJ⁴¹ e a nossa participação no sindicato, depois nos desmembramos dos maridos, pra deixar de ser dependente, aí discutimos dentro de um conceito coletivo. A partir do problema do coco preso, idealizou a necessidade de escrever essa lei. Em 1997 tinha uma vereadora, que era do PT, a Maria Zélia⁴², que tava legislando como oposição na Câmara. O prefeito sancionou só com um artigo e esse artigo não condizia com acesso livre, só dizia que ficava permanentemente proibida a derrubada do babaçu e sancionou a lei, só com um artigo. Em 2000 as quebradeiras indicaram meu nome pra ser candidata à vereadora e eu fui eleita e o próprio Movimento, que me elegeu e aí a gente sentou no coletivo e a gente criou vários artigos pra essa lei, entre eles: que fica livre o acesso, a entrada e saída das quebradeiras para a quebra de coletas nas áreas tanto pública e de propriedade privada, aí a gente foi acrescentado, fica proibida a queimada de coco babaçu inteiro, a venda de carrada de coco inteiro, o plantio de qualquer vegetação ou que venha prejudicar o desenvolvimento do babaçual e os artigos foram complementados e orientados pelo próprio movimento social junto comigo pra me defender na Câmara. Quando foi pra dar entrada na tramitação, eu fui só, quando foi o dia de aprovação geral, foram carradas de mulheres lá dentro da Câmara, escutando a discussão na defesa e escutando também porque iam votar contra, sei que a presença das mulheres intimidou os vereadores e eles aprovaram a lei e essa é a história da Lei de aprovação do Babaçu Livre (SOUSA, 18 DE SETEMBRO DE 2019).

As quebradeiras lutam para preservar os babaçuais, se engajam em movimentos sociais, pressionam os governos para aprovação de leis que proíbam a derrubada das palmeiras, exercem cargos políticos como forma de fortalecer sua identidade e reconhecimento como comunidade tradicional.

Em nível estadual, já foram aprovadas uma lei em Tocantins (nº 1.059, de 14 de agosto de 2008), que “dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco babaçu e adota outras providências”, e uma lei no Maranhão (nº 9.428, de 2 de agosto de 2011), que cria o Dia Estadual das Quebradeiras de Coco Babaçu e reconhece a

entrava na marra e, depois, ia responder processos porque entramos na marra. Responder processos na delegacia, ser ameaçado”. (SILVA, Linalva, 2018, p. 69). Para mais informações sobre “ lei na marra” consultar FIGUEIREDO, Luciene Dias. EMPATES NOS BABAÇUAIS. Do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Belém, PA: UFPA – Centro Agropecuário: Embrapa Amazônia Oriental, 2005.

⁴¹A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), foi fundada em 15 de abril de 1991 e nasceu do movimento de mulheres pela luta de manter o babaçu livre. Tiveram o apoio da igreja para industrializar o processo de extração e concentração do óleo de babaçu. Todos os trabalhadores são associados e passam por capacitações em todos os setores da cooperativa.

Disponível em: <http://www.cerratinga.org.br/coppalj-maranhao/>. Acesso em: 20 set. 2019.

⁴²Maria Zélia Moura Arruda foi candidata à vereadora no município de Lago do Junco/MA, eleita em 1996 pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Foi a primeira legisladora a apresentar uma proposta de lei no referido município com apenas um artigo (SILVA, Linalva, 2018, p. 69).

autodefinição como critério válido para o reconhecimento das quebradeiras como povo tradicional. O estado do Piauí também aprovou uma lei criando o Dia da Quebradeira de Coco Babaçu (ACTIONAID, 2015,p.20). A data de celebração das quebradeiras é 24 de setembro⁴³. Essas leis de reconhecimento são instrumentos fundamentais, pois reforçam e afirmam sua identidade, instrumentalizando-as para conquistas de outras políticas (MENDES, 2017, p.6).

Araujo (2013) esclarece, que os estados com maior incidência de babaçu como Maranhão, Piauí e Pará ainda não aprovaram a lei estadual. Esse processo conduzido pelas quebradeiras de coco, como afirma Shiraishi Neto (2005), em defesa do ambiente reflete embates políticos materializados na “Lei do Babaçu Livre” em vários municípios dos estados do Tocantins, Maranhão e Pará⁴⁴. O “babaçu livre” configura-se no livre acesso e uso comum das palmeiras de babaçu pelas quebradeiras de coco e suas famílias, estejam elas em domínio privado ou público. Trata-se de uma situação anterior ao processo de apropriação e cercamento dos territórios de ocorrência natural das palmeiras de babaçu, quando a atividade extrativa era realizada sem nenhuma restrição, pois os babaçuais não tinham dono.

Apesar de conquistas políticas que garantem na lei municipal e estadual que a quebradeira possa ingressar livremente nas propriedades privadas para colher o coco, as queimadas são frequentes, para expandir a área dedicada à pecuária extensiva e a derrubada indiscriminada de palmeiras o que ameaça a sobrevivência e a identidade das quebradeiras (HAGINO,2007,p.13).

Para Andrade (2005), o processo de “libertação do babaçu”, como chamam as quebradeiras, está entrelaçado com outras características dessa mobilização política, como a

⁴³ Segundo Mendes (2017) a data faz uma referência ao primeiro Encontro das quebradeiras de coco dos estados que compõem o MIQCB (Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins) é o dia que se comemora a fundação do MIQCB.

⁴⁴Lei Municipal nº 007/ 1997, que “dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no município de Lago do Junco no Estado do Maranhão e dá outras providências.”; Em 2002, as mulheres do município decidiram melhorar a Lei, apresentando novo projeto que foi submetido à apreciação da Câmara Municipal e aprovado (Lei Municipal nº 01/ 2002). Lei Municipal nº 32/ 1999, que “dispõe sobre a proibição de derrubada de palmeiras de babaçu no município de Lago dos Rodrigues no Estado do Maranhão, e dá outras providências.”; Lei Municipal nº 255/1999, que “dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no município de Esperantinópolis no Estado do Maranhão, e dá outras providências.”; Lei Municipal nº 319/ 2001, que “dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras no município de São Luís Gonzaga, e dá outras providências.”; Lei Municipal nº 001/ 2003, que “dispõe sobre a proibição de queimadas desenfreadas, a derrubada de palmeiras de babaçu e sobre a preservação da área ribeirinha no município de Praia Norte, e dá outras providências.”; Lei Municipal nº 306/ 2003, que “dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu no município de Axixá do Tocantins, e dá outras providências.”; Lei Municipal nº 1.084/ 2003, que “dispões sobre a proibição da derrubada de babaçu no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, e dá outras providências.”; Lei Municipal nº 934/ 2004, que “dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Estado do Pará, e dá outras providências.” In: “Crise” nos Padrões Jurídicos Tradicionais: o direito em face dos grupos sociais portadores de identidade coletiva. Joaquim Shiraishi Neto. Trabalho apresentado no XIV Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, realizado no período de 03-05 de novembro de 2005, em Fortaleza.

forte participação das mulheres e o discurso marcado pela necessidade de acesso à terra, aos recursos naturais e de afirmação de saberes locais na lógica de uso desses recursos.

Embora as leis do “babaçu livre” contenham muitos atributos positivos, elas são objetos de contestações, sobretudo por desconhecimento ou mesmo por ignorância dos proprietários das terras e dos governos federal e estaduais, que insistem em adotar estratégias de desenvolvimento extremamente predatórias e que colocam em risco os diversos grupos sociais na região (SHIRAISHI NETO, 2017, p.156). As mulheres têm plena consciência de que a eficácia da lei depende de ações práticas. A quebradeira Diocina Lopes, conhecida como Dona Dió, de Lago dos Rodrigues/MA comenta sobre a Lei:

Nós não podemos deixar no papel. Nós não podemos desleixar, pois tem que ficar falando e falando e falando, porque se não, acaba, porque aí fica no papel, não tem um monte de lei lá no Congresso Nacional, que nem ligam de jeito nenhum, e diz que é lei, lei como se tá lá só no papel não vai valer não. Então a lei do babaçu, do acesso ao babaçu, se a gente desleixar pra deixar só no papel não vai valer, a prova tá aí, os arado acabando (DIOCINA LOPES, 2017 apud SHIRAISHI NETO, 2017, p.156).

A aprovação de cada uma dessas leis representa conquistas importantíssimas, pois, são mecanismos legais válidos e inovadores que limitam o poder dos grandes proprietários de terras e representam uma proposta alternativa de convivência do ser humano com a natureza, pondo em prática o verdadeiro desenvolvimento sustentável. Porém, sua implementação e fiscalização ainda apresentam desafios para que haja um real acesso livre das quebradeiras aos babaçuais, como explica, a quebradeira Sebastiana Silva⁴⁵.

Não é só a lei em si no papel que garante, porque a gente tem que fazer valer essa lei. Fazer valer a lei é assim, porque a gente não pode cruzar os braços porque tem uma lei aprovada, porque se você fizer isso de novo as palmeiras vai tudo pro chão porque o fazendeiro não vai valorizar essa lei da gente, né? Então, precisa a gente tá lá dizendo que não pode derrubar, precisa você tá lá entregando uma cópia dessa lei pro fazendeiro pra eles também ter consciência de que não pode tá derrubando, não pode tá queimando, não pode tá botando veneno aqui no município. (SEBASTIANA SILVA, 2015 apud ACTIONAID BRASIL, 2015, p.21)

De acordo com Shiraishi Neto (2006) as aprovações das leis servem como motivação para as quebradeiras de outros municípios, se mobilizarem em torno da elaboração e apresentação de projetos semelhantes, pois, trata-se de uma tática política construída pelo MIQCB que objetiva fortalecer os grupos, na medida em que a aprovação dos projetos em

⁴⁵Entrevista com Sebastiana Ferreira Costa Silva, dona Moça, Lago do Junco, maio de 2015, realizada por Joaquim Shiraishi Neto em estudo para a ActionAid Brasil.

vários municípios amplia as aéreas de livre acesso e também a organização das quebradeiras, que transcende as áreas de ocorrência dos babaçuais (SHIRAISHI NETO, 2006, p. 25).

Barbosa (2013,p.208) salienta um Projeto de Lei Federal (n° 231/2007) elaborado pelo deputado federal Domingos Dutra⁴⁶ (PT/MA) em consonância com as aspirações das quebradeiras de coco babaçu. Aprovado por unanimidade pela Comissão do Meio Ambiente da Câmara, proíbe a derrubada das palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão,Pará, Piauí, Tocantins, Goiás e Mato Grosso.

Quadro1- Leis Municipais do “Babaçu Livre” aprovadas

LEI MUNICIPAL (Nº)	MUNICÍPIO	ESTADO
Lei 005/ 1997 ¹	Lago do Junco	MA
Lei 32/ 1999	Lago dos Rodrigues	MA
Lei 255/ 1999	Esperantinópolis	MA
Lei 319/ 2001	São Luís Gonzaga	MA
Lei 01/ 2002 ²	Lago do Junco	MA
Lei 058/ 2003	Buriti do Tocantins	TO
Lei 306/ 2003	Axixá do Tocantins	TO
Lei 001/ 2003	Praia Norte	TO
Lei 1.084/ 2003	Imperatriz	MA
Lei 934/2004	São Domingos do Araguaia	PA
Lei 05/ 2005	São Miguel do Tocantins	TO
Lei 052/ 2005	São José dos Basílios	MA
Lei 001/ 2005	Cidelândia	MA

Fonte: CALDAS, 2015.

¹ Lei substituída pela aprovação da lei 001/2002 no município de Lago do Junco

² Lei atual do município de Lago do Junco

Quadro 2- Lei Estadual do “Babaçu Livre” aprovada

LEI ESTADUAL (Nº)	ESTADO
1959/2008	TOCANTINS

Fonte: CALDAS, 2015.

Quadro 3- Projeto de Lei Federal do “Babaçu Livre”

LEI FEDERAL (Nº)
231/2007

Fonte: CALDAS, 2015.

⁴⁶Com o fim do mandato do deputado Domingos Dutra, o projeto de Lei foi arquivado.

A coordenadora geral do MIQCB, Maria Alaídes de Sousa⁴⁷, eleita em 2019, comenta a esperança das quebradeiras na aprovação do Projeto de Lei Federal do Babaçu Livre:

Enquanto a gente tava tendo alguns deputados que eram militantes, a gente tinha esperança, agora a gente já não tem mais. Não tem número suficiente pra aprovação. A gente tem dentro do regimento interno uma quantidade de votos que precisa. A primeira versão foi do deputado federal Domingos Dutra, que na época, ela passou na Comissão de Constituição de Justiça, mas não saiu de lá, tinham outras comissões de lá e tinha que voltar para o Congresso e com a entrada do Bolsonaro, talvez a gente perdeu totalmente a esperança. A ideia que se tem agora, são as parcerias que tem dentro do estado do Maranhão pra ver se pelo menos no Maranhão a gente consegue alguma coisa. O MIQCB já tá nessa conversa com o deputado Adelmo Soares⁴⁸, tamo chamando outros movimentos pra tentar construir uma minuta pra ter nossos desígnios e aí já entra a novidade da questão do uso exacerbado de veneno, a matança das pindovas, do veneno aplicado na raiz, que é uma forma de não deixar a reprodução da renovação da palmeira que, também é uma forma de expulsar a gente do território. Pra nós é entendido que o território é livre, com babaçu livre e vice-versa, uma coisa depende da outra e eles estrategicamente matam as pindovas como uma forma de afastar a gente e é mais uma forma da gente fincar os pés no chão e dizer: daqui não saio, daqui ninguém me tira. É uma luta constante (SOUSA, 18 DE SETEMBRO DE 2019).

Maria Querobina da Silva Neta⁴⁹,quebradeira de coco da Vila Conceição, de Imperatriz/MA, uma das fundadoras do MIQCB, argumenta sobre a Lei do Babaçu Livre:

A Lei do Babaçu Livre foi a provada primeiro no Lago do Junco, porque foi puxado primeiro por lá, depois se expandiu pra outros municípios, tem em Imperatriz, tem em Amarante, Cidelândia, São Pedro da Água Branca, São Pedro dos Martírios, tem lei do babaçu livre, mas eles não obedecem, os fazendeiros, e nunca mais fizemos embate pra que eles soubessem que tinha alguém por trás disso aí, que poderia botar na cadeia. A Lei Federal, eu acho difícil ser aprovada, pois quando a gente tinha lá uns três deputados, que brigou por isso, foi pra cima, passou por três comissões no Congresso e não aprovaram e agora que só temos só dois do Maranhão e com um Congresso que hoje existe, eu acho difícil. Eu tenho esperança, que a lei possa ser aprovada, assim como piorou a política, pode melhorar daqui há alguns anos. Aqui no Maranhão fizeram um bafuá, eu não sei como foi que ficou na Assembleia Legislativa, não tenho uma informação precisa como ficou a Lei Estadual no Maranhão, com esse governo que nós temos aí só passa se ele quiser, tem que sancionar, é o governo do Flávio Dino, e eu acho o governador favorável às quebradeiras, falta a gente ir pra cima(SILVA NETA, 28 DE AGOSTO DE 2019).

Araujo (2004) explica que a Lei Babaçu Livre, proposta pelas quebradeiras de coco, tem sido uma alternativa a essas diversas situações de exploração a que são submetidas as mulheres na Região dos Babaçuais. A proposta da referida lei é garantir o livre acesso às

⁴⁷ Entrevista concedida em 18 de setembro de 2019, São Luís/MA.

⁴⁸Deputado Estadual do Maranhão do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

⁴⁹Entrevista concedida em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar /MA.

áreas de babaçu em terras públicas e privadas, assim como proibir as derrubadas, queimadas e o uso de agrotóxicos. Essas leis constituem-se em um instrumento legal, respaldando juridicamente a luta das mulheres. Cada uma dessas leis foi elaborada de acordo com a situação de cada município, baseadas nas suas leis orgânicas municipais. A autora salienta, que as aprovações dessas Leis municipais só foram possíveis e hoje são válidas pela luta e coragem que as quebradeiras de coco têm ao enfrentar as mais diversas situações para garantir o livre acesso ao babaçu.

CAPÍTULO 2 -REGIÃO E IDENTIDADE POLÍTICA: a luta das quebradeiras pelo reconhecimento

O objetivo deste capítulo trata da discussão de quem tem o controle sobre uma determinada região e a construção da identidade coletiva das quebradeiras de coco por garantia de direitos políticos, sociais, culturais enquanto comunidade tradicional.

O que define uma região? A definição de uma região, seus aspectos físicos, econômicos, sociais, culturais, identitários, seus limites políticos, sempre foi uma disputa e não seria diferente no terreno epistemológico. A briga pelo campo científico da região opôs geógrafos, economistas, historiadores, etnólogos, sociólogos, cada um acreditando serem seus critérios os mais importantes para definirem uma região.

Segundo Bourdieu (1989) as relações de poder não se estabelecem na sociedade apenas a partir do plano econômico, mas utilizam-se também de construções simbólicas, como a própria noção de região. De acordo com o autor, por meio da linguagem, se reforça, fixa e viabiliza os elementos de controle impostos pelas classes dominantes. Um dos elementos fortes de seu trabalho é mostrar como os especialistas não atuam de forma neutra, mas dentro de parâmetros estabelecidos pelos grupos dominantes na sociedade.

Essa importância, de diferentes disciplinas, pela região, observa Bourdieu (1989), tem raízes no interesse, e não apenas na autonomia do conhecimento. Desde que a região passou a ser um conceito de administração pública, como princípio de integração e de superação das diferenças regionais, os economistas passaram a dedicar-lhe atenção. Desde que os movimentos regionalistas – de modo especial quando se contrapõem à ideia de nação, com intuito separatista e de acentuação das diferenças – tomaram corpo, a região passou a ser assunto da sociologia.

Para Bourdieu (1989) este ato de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um ato de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo poder simbólico⁵⁰, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia. Para o autor, este poder que se diz simbólico por ser invisível, é uma forma irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica, graças a sua capacidade de mobilização, mas que só consegue se exercer se for reconhecida a legitimidade de quem o enuncia (BOURDIEU, 1989, p.9-15).

Bourdieu (1989) destaca, que a classificação de um determinado local como região não resulta de uma decisão puramente científica, compreendida como algo objetivo, pois, se os diferentes saberes são produzidos dentro de relações de poder estabelecidas na sociedade, logo, toda disputa existente entre as diferentes ciências pelo direito de classificar é também uma luta pelo poder. A região, para Bourdieu, portanto, é resultado de uma construção simbólica, como

⁵⁰ Segundo Bourdieu, o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989, p. 07).

produto dessa disputa entre as diferentes áreas do saber, pelo poder de definir os limites e os sentidos a serem atribuídos a uma região. Bourdieu afirma:

A região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de 'regionalização' e movimentos 'regionalistas', economistas e sociólogos (BOURDIEU, 1989, p. 118).

Para Bourdieu (1989), a compreensão de territórios em que habitam os povos tradicionais se constitui enquanto um conjunto de relações estabelecidas num espaço, que apontam para esse significado. O autor prossegue, a região não é pois, em sua origem, uma realidade natural, mas se estabelece por um ato de vontade, uma divisão do mundo social que não se dá arbitrariamente, mas delimita um território considerando critérios, que constroem um espaço social através de decisões políticas que respeitam a lógica das representações. Assim, para Bourdieu (1989), tanto o discurso regionalista voltado para constituir a identidade de uma região quanto o discurso científico voltado para descrever relações regionais são performativos, isto é, constroem a realidade que eles designam. Conforme o autor:

Se a região não existisse como espaço estigmatizado, como província definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao centro, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência (BOURDIEU, 1989, p. 126).

Este discurso dito regionalista é um discurso performativo que tenta impor como legítima uma nova definição das fronteiras (BOURDIEU, 1989, p.116), físicas, culturais e identitárias, mas o efeito de conhecimento que o fato da objetivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém, ele depende também do grau em que o discurso, que enuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertencimento que pode aparecer à relação entre estas propriedades (BOURDIEU, 1989, p. 117).

Para Langaro (2009, p.46) ao se refletir sobre uma determinada noção de região e as formas como se constrói e se significa o espaço, é preciso levar em consideração não apenas seu apelo à coesão em um determinado local. É necessário considerar que o espaço e região são

noções que se produzem na experiência humana, tendo-se em vista que essa não é uma experiência homogênea, mas contraditória e elaborada em meio as tensões do social e de classe. Assim, para o autor, a região emerge não como um conceito cristalizado, mas como realidade social criada e continuamente realimentada, tendo a memória como grande elemento que lhe conferematerialidade, visibilidade e sustentação. Uma memória que não se constrói como ideologia mas como campo de disputas que tem como terreno comum as relações sociais e as tensões e conflitos que se travam entre diferentes sujeitos. Portanto, o autor enfatiza, eleger um determinado espaço como região, não se configura em um simples ato neutro e científico, mas resulta de lutas entre forças sociais distintas. Ter o controle sobre o espaço, e o direito de nomeá-lo, é também um exercício e uma forma de conquistar poder. É preciso desconfiar das noções que pensam essas ações como algo tranquilo, desvinculado das relações de classe, entendendo a região como algo natural ou objetivo.

Na disputa por controle de região, o estatuto conceitual de região, fundado no ordenamento territorial dos aparatos de Estado, afasta uma busca de definição própria ao pressupor necessariamente um ato de força para instituí-la. Consiste, em verdade, numa delimitação geográfica arbitrária (ALMEIDA, 1993,p.25), um exemplo é o monopólio da definição legítima, imposta formalmente pelos aparatos do Estado que recorreu ao Decreto-lei nº 1.813 de 24 de novembro de 1980 que instituiu o Programa Grande Carajás (PGC) incluindo parcialmente os estados do Maranhão, Pará e Tocantins definindo uma extensão territorial para fins de ação fiscal e administrativa.

Almeida (1993) argumenta que para organizar territorialmente uma determinada região instituída por decreto, as cláusulas primeiras tratam de fornecer antes de mais nada as coordenadas geográficas imprescindíveis à construção da base cartográfica, delimitando um espaço supostamente homogêneo, instituído para fins administrativos, financeiros e fiscais, o autor prossegue, o estoque territorial considerado necessário a um grande programa oficial é, assim, produto de uma imposição. O ato jurídico, mas que configura a área decretada, não é explicável por fatores físicos como clima e relevo.

O controle pela região, por exemplo, irá se caracterizar, evidentemente, na Região Ecológica do Babaçu, quando o governo do Maranhão, através da Lei Sarney de Terras de 1969, permite que grupos econômicos se instalem nas áreas supostamente devolutas, com o intuito de desenvolver a economia da região. O que provocaria conflito com as comunidades tradicionais causando disputa de terras, avanço da pecuária, restrição de acesso aos babaçuais a partir dos anos de 1970 com consequências no século XXI.

A despeito do Estado permitir instalação de investimentos econômicos em áreas supostamente devolutas, tem origem segundo Araujo (2010, p.43), com a institucionalização da Amazônia Legal, na década de 1960, quando os planejadores oficiais, baseados em aspectos físicos e econômicos, incorporaram a parte oriental do Maranhão à Amazônia. Por conseguinte, o estado passou a receber incentivos fiscais tanto da SUDENE, quanto da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia⁵¹ (SUDAM).

Segundo Mesquita (2009) ainda nos anos 1970, a chamada região da Pré-Amazônia⁵² ou Amazônia maranhense sofreu vários processos de ocupação, com a transferência de pecuaristas e de grupos econômicos que passaram a disputar o território com os povos e comunidades tradicionais e com imigrantes maranhenses e nordestinos atraídos pela oferta de terras férteis e livres.

Essas várias medidas governamentais têm como foco a condução de políticas voltadas à utilização/exploração não só dos frutos da palmeira de babaçu, mas também das áreas correspondentes às de ocorrência dos babaçuais, para Almeida (1995) e May (1990) os decretos 5.549 e 5.550 de março de 1975 permitiram que as empresas ligadas à implantação dos projetos de celulose e cana-de-açúcar no Maranhão derrubassem milhares de hectares de babaçu.

O relatório do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste⁵³ (GTDN), daria ao Maranhão, segundo Almeida (1976), condições para ser o celeiro do nordeste, com o consequente fechamento das fronteiras agrícolas e a abertura para o grande capital, materializado pela pecuária.

⁵¹A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) é uma autarquia do governo federal do Brasil, criada no governo do presidente Castelo Branco em 1966, com a finalidade de promover o desenvolvimento da região amazônica. Foi extinta em 24 de agosto de 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Com a Lei Complementar 124/07, a Sudam foi replantada no Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), sendo extinta a ADA. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-daamazonia-sudam>. Acesso em: 10 jul.2019.

⁵² Conforme classificação indicativa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), criado em 28 de dezembro de 2006, a Região da Pré-Amazônia é composta pelos municípios de Governador Eugênio Barros, Governador Luís Rocha, Graça Aranha, Presidente Dutra, Santa Filomena do Maranhão, São Domingos do Maranhão, Senador Alexandre Costa e Tuntum. Já a chamada Amazônia Maranhense é composta pela Mesorregião Oeste, que se configura com três microrregiões: a microrregião de Imperatriz, composta por 16 municípios; microrregião do Pindaré, composta por 22 municípios e a microrregião do Gurupi, composta por 14 municípios. Já segundo o IBGE, a Amazônia Maranhense é composta pela região oeste do estado do meridiano de 44° (NÓBREGA, 2015, p.36).

⁵³O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, também conhecido por GTDN, foi criado em 1958 e coordenado por Celso Furtado visando a industrialização da Região Nordeste com o modelo de substituição de importações. No ano seguinte, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste -SUDENE, como um desdobramento do GTDN. Suas funções eram diagnosticar e planejar o desenvolvimento da Região Nordeste. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_de_Trabalho_para_o_Desenvolvimento_do_Nordeste. Acesso em: 10 de jul. 2019.

O Estado empregava um discurso de ocupação “racional” a fim de disciplinar o alargamento da fronteira agrícola e promover uma “modernização” no setor primário. Era uma política que visava destinar terras disponíveis para os investimentos agropecuários e, concomitantemente, implantar projetos de colonização para abrigar grupos que viessem de situações conflituosas. Desse modo, a ambiguidade se impõe nessa prática: embora houvesse uma política oficial de incentivo à pequena produção familiar, a ser empregada ao mesmo tempo em que o Estado investisse nas grandes empresas, houve uma predominância desta proposta em detrimento daquela primeira (LUNA, 1984, p. 56 a 58)..

Luna (1984) afirma, que os projetos agropecuários não implicaram novas tecnologias e nem mesmo empregos para os destituídos da terra. Além disso, a expansão das áreas de pasto não significou necessariamente a expansão produtiva da pecuária, essa transformação nas relações atingiu tanto as áreas mais antigas quanto as terras devolutas de ocupação mais recente. Essa substituição da atividade agrícola pela pecuária agravou a situação de oferta dos produtos agrícolas, gerando a escassez dos mesmos e, principalmente, dificultando a situação dos trabalhadores do campo, o que afeta tragicamente a combinação relativamente estável de uso de recursos que têm assegurado a reprodução social e física das denominadas comunidades tradicionais que abrangem, dentre outros, povos indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores e ribeirinhos (ALMEIDA, 2005, p.29).

Mesquita (2016) explana que os conflitos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão de produtos de exportação e da pecuária extensiva sempre estiveram presentes na agricultura brasileira, com menos ou mais intensidade, sobretudo nas áreas de fronteira agrícola. Esses conflitos expressam o antagonismo e o tratamento diferenciado dado pelas políticas governamentais a dois segmentos sociais bem distintos no acesso e controle desses territórios. De um lado médios proprietários, não proprietários (ocupantes, arrendatários e parceiros) e categorias específicas como os povos e comunidades tradicionais e grupos indígenas, todos detentores tradicionais seja da propriedade e/ou posse de área onde sobrevivem. De outro lado, grupos latifundiários, grileiros, grandes posseiros e empresas jurídicas, sedentas pelo controle do acesso a terra indispensáveis à expansão dos monocultivos (MESQUITA, 2016, p 143). Como pode ser observado na Região Ecológica do Babaçu, no Maranhão, o desmatamento afetando os recursos naturais utilizados pelas comunidades tradicionais.

2.1 A Região Ecológica do Babaçu: um território em disputa

Na Região Ecológica do Babaçu, o imenso impacto ambiental, causado pela expansão da pecuária e outros interesses econômicos ameaçam a atividade das quebradeiras de coco. Segundo Mendes (2017), essa região heterogênea tem aproximadamente 27 milhões de hectares de cobertura de floresta de babaçu, envolvendo cerca de 400 mil mulheres, que vivem da atividade⁵⁴, denominada por Almeida (2005) Região Ecológica do Babaçu, abrange os estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, se distribui desde o Vale do Parnaíba ao Tocantins-Araguaia, engloba, no Maranhão, as regiões do cerrado, cocais, baixada e chapadões; no Piauí, no curso médio e baixo curso do rio Parnaíba, e no Tocantins, baixadas e vales úmidos, às margens dos rios Tocantins-Araguaia.

Conforme Almeida (2005) essa região tem sofrido outras formas de pressão, além da derrubada de palmeiras, que reduz as atividades à mera coleta, ameaçando a própria identidade das quebradeiras⁵⁵. Como afirma o autor:

Enquanto área de transição entre o Nordeste e a Amazônia, esta região está sendo afetada profundamente por uma dupla pressão, ou seja, tanto aquela que produz desmatamentos destruindo completa e rapidamente os babaçuais na Amazônia e Cerrado, quanto a outra que, pela coleta indiscriminada do coco inteiro, afeta a reprodução dos palmeirais e desestrutura de maneira definitiva os modos de criar, fazer e viver das denominadas quebradeiras de coco (ALMEIDA, 2005, p.42).

Almeida (2005) salienta que essa denominação de Região Ecológica dos Babaçuais é utilizada pelo MIQCB evidenciando que nessa região existem as quebradeiras de coco babaçu, como comunidades tradicionais, vivendo dessa floresta.

Figura 5 - Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais. Ao centro, a área verde, em destaque, representa a Região Ecológica do Babaçu.

⁵⁴Dados do Mapa Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento da Região Ecológica dos Babaçuais, realizado em 2015 pelos pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (MENDES, 2017).

⁵⁵ Segundo Almeida (2005), as quebradeiras de coco sempre se recusaram à designação de “catadeiras” que empresas em diferentes momentos, na última década, tentaram lhes impor. O exemplo mais recente foi das empresas com projetos de sequestro de carbono, cujos planos de implantação previam um grupo ocupacional designados como “catadeiras” de coco, e cuja parceria foi mais uma vez recusada.



Fonte: www.novacartografiasocial.com

O Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu⁵⁶, supracitado, destaca a região e revela o papel fundamental deste recurso na vida de centenas de milhares de quebradeiras de coco que organizadas no MIQCB, buscam conservar a espécie e garantir renda para suas famílias, apresenta uma região florestada, de grande diversidade biológica, e de importância no combate às mudanças climáticas e ao desmatamento e indica que os babaçuais se renovam, ressurgem e resistem à práticas de devastação, pela derrubada, queima e envenenamento.

O ato de mapear a conhecida “mancha”, correspondente à Região Ecológica do Babaçu, rompeu com a visão oficial formalizada durante a ditadura militar, em 1982, que estimava em 18,5 milhões de hectares a área de ocorrência de babaçu, distribuída pelos Estados do Maranhão, Piauí, Goiás (que então incluía o Tocantins), Pará e Mato Grosso. O eixo do problema foi deslocado da geografia – área de incidência de determinadas espécies de palmáceas – para a economia política – região ecológica de atuação dos movimentos sociais organizados pelas mulheres extrativistas, que se autodefinem como quebradeiras de coco babaçu (ALMEIDA, 2019,p.28).

O Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais dá visibilidade à estas situações socioambientais da floresta de babaçu nas áreas pesquisadas através de mapeamento, a partir de um minucioso trabalho de campo, elaborado por pesquisadores acadêmicos dos estados do

⁵⁶Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/lancamento-do-mapa-nova-cartografia-social-dos-babacuais-dia-8-de-agosto-em-belem-pa/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, com a participação dos agentes sociais que vivem nesta Região. Segundo Martins (2011) o Mapa é o documento utilizado em reuniões, audiências e encontros das quebradeiras com os representantes de aparatos governamentais.

Para o MIQCB, o Mapa é um instrumento político para o fortalecimento de luta das mulheres e tem um significado de afirmação da existência das quebradeiras de coco e da floresta do babaçu, que beneficia as comunidades tradicionais e fortalece o uso desse recurso fundamental para reprodução política, social e cultural das quebradeiras. A coordenadora geral do MIQCB Francisca Silva Nascimento (2014 a 2018) quebradeira de coco do Piauí, faz sua reflexão do Mapa sobre a visibilidade e reconhecimento para as quebradeiras:

Como é que o governo faz um mapa que não aparecem as quebradeiras de coco, os agricultores, isso é muito agravante. Um dos principais fatores de ameaça e destruição, da eliminação do babaçu é a monocultura, que torna as áreas uniformes, homogêneas a um alto preço social para as comunidades. Quando a cartografia chegou, nós achávamos que estávamos livres do grande negócio, mas já chegou no Piauí, tem a plantação de cana-de-açúcar onde as famílias só têm o lugar de moradia. Nós estamos numa região chamada Cocais. No Mapa está para o sul mas pode chegar para a nossa região também (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2015)⁵⁷.

O Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais é considerado, assim, um instrumento fundamental para a discussão das pautas das quebradeiras, seja pelas entidades que desenvolvem ações a estas relacionadas, seja pela sua maior entidade de representação. Significa legitimidade e visibilidade às quebradeiras e é um instrumento para o reconhecimento jurídico das comunidades tradicionais⁵⁸. A quebradeira de coco, Eunice Conceição da Costa, da região de Imperatriz alerta: “A nossa luta agora é que onde havia rio hoje está seco por causa do eucalipto e do envenenamento”.

Almeida (2019, p. 69) ressalta que as denominadas quebradeiras de coco babaçu instituem, deste modo, uma nova territorialidade, uma territorialidade específica por oposição à região delimitada pela força dos decretos governamentais ou pelo arbitrário dos critérios

⁵⁷ Sobre o lançamento do Mapa, na Câmara dos Deputados, publicado em 13 de agosto de 2015. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/?s=mapa+da+regiao+ecologica+do+babaçu>. Acesso em: 11 jul. 2019.

⁵⁸ O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, define Povos e Comunidades Tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. São Povos e Comunidades Tradicionais os quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, catingueiros etc. (BRASIL, 2007).

oficiais de zoneamento ecológico-econômico⁵⁹ (MIC;1981). Seu território apresenta-se como geograficamente descontínuo, mas demonstra uma unicidade conferida pelo repertório de práticas próprio do MIQCB, que reforça o advento da nova identidade política. Ao se autodenominarem como quebradeiras e serem assim reconhecidas pelos aparelhos de poder, elas emprestam significado político a uma categoria individualizada historicamente no uso cotidiano. A existência coletiva objetivada em movimento mesmo pressupondo áreas geográficas descontínuas, vale-se da denominação “interestadual” como uma forma de interlocução e de imposição do reconhecimento pleiteado.

Barth (2000) explica que a sobrevivência de um povo e seu desenvolvimento está atrelada ao território, espaço de manutenção e reprodução de suas práticas culturais, religiosas, sociais e econômicas. A questão territorial é fundamental para a manutenção e definição das fronteiras de um grupo étnico, em que a noção de um espaço definido ajuda na sua reafirmação. Esta definição territorial, além de tornar a identidade de um povo visível somada às práticas e fazeres tradicionais nestes espaços, ajuda a demarcar suas fronteiras diante de outros grupos nas quais venham a ter contato.

Além disso, as fronteiras oficiais são construídas administrativamente e podem ser contraditas a partir de organizações coletivas com a inclusão de uma visão do território como de pertencimento. E, são comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008) e que se afirmam pela imposição da imaginação como legítima.

Assim a identidade das quebradeiras de coco é pensada e vivida através de processos que não necessariamente acordam com os padrões cartográficos estatais. Em grande medida, a partir dos próprios conhecimentos e experiências das quebradeiras, há uma imaginação, adaptação e remodelação das fronteiras convencionais de regiões e propriedades sobre as quais elas se espalham. E é deste lugar que seu universo cotidiano é conformado e suas histórias são pensadas.

⁵⁹ O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) é instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente regulamentado pelo decreto nº 4.297/2002, tem como objetivo viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a proteção ambiental. Parte do diagnóstico dos meios físico, socioeconômico e jurídico-institucional e do estabelecimento de cenários exploratórios para a proposição de diretrizes legais e programáticas para cada unidade territorial identificada, estabelecendo, inclusive, ações voltadas à mitigação ou correção de impactos ambientais danosos porventura ocorridos. Tem sido utilizado pelo poder público com projetos realizados em diversas escalas de trabalho e em frações do território nacional. Municípios, estados da federação e órgãos federais têm executado ZEEs e avançado na conexão entre os produtos gerados e os instrumentos de políticas públicas, com o objetivo de efetivar ações de planejamento ambiental territorial. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial> . Acesso em: 10 ago. 2019.

2.2 - A Identidade Coletiva “ Quebradeiras de Coco Babaçu”

A construção da identidade das quebradeiras de coco babaçu está marcada pelo significado do uso do território⁶⁰ e por formas particulares de organização desse grupo. Segundo Almeida (2005), essas mulheres se autodenominam quebradeiras de coco babaçu, a partir de um acúmulo de experiências, seja no âmbito da execução da atividade extrativa ou na interlocução com diferentes agentes sociais.

A consciência ecológica combinada com fatores de gênero e com critérios político-organizativos, que privilegiam as mobilizações por situação de conflito, tem se constituído em um dos pilares desta identidade coletiva⁶¹ objetivada em movimento social⁶² (ALMEIDA, 2005, p.42).

Segundo Almeida (2008b, p.119) a construção política de uma identidade coletiva, coadunada com a percepção dos agentes sociais de que é possível assegurar de maneira estável o acesso a recursos básicos, resulta, deste modo, numa territorialidade específica que é produto de reivindicações e de lutas.

As quebradeiras construíram sua identidade coletiva como mulheres, adultas e jovens, quilombolas, indígenas, agroextrativistas, mães, avós, filhas e companheiras e seu movimento vem contribuindo (OLIVEIRA, 2011) para a construção contemporânea da noção de comunidade tradicional. Sua definição como comunidade tradicional é respaldada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho⁶³ (OIT), de 1989, que estabelece a autodefinição como critério fundamental de identificação dos povos e comunidades tradicionais.

⁶⁰No entendimento sobre território e sua importância para as comunidades tradicionais, também é tratado como Territórios Tradicionais, a Constituição Brasileira, através do Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, em seu art. 3º, inciso I, o define como: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (SANTOS, A. 2015, p.17).

⁶¹ Segundo Melucci (1996, p.70) identidade coletiva é o processo de “construção” de um sistema de ação. A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por um certo número de indivíduos (ou grupos, em um nível mais complexo) que concerne as orientações de suas ações e o campo de oportunidades e constrangimentos no qual esta ação tem lugar. Por “interativa e compartilhada”, estes elementos são construídos e negociados por meio de um recorrente processo de ativação de relações que atam os atores juntos. A identidade coletiva, como um processo, se refere a uma rede de relacionamentos ativos entre atores que interagem, se comunicam, se influenciam mutuamente, negociam e tomam decisões.

⁶²Viana (2016, p.48) destaca que os movimentos sociais são movimentos de grupos sociais, distintos de movimentos de classes sociais e outros fenômenos (partidos, manifestações, protestos). Segundo o autor, os movimentos sociais são movimentos de grupos sociais quando integrantes destes entram em fusão, a partir de determinada situação social que gera insatisfação social, promovendo também um processo de criação de senso de pertencimento, objetivos e mobilização.

⁶³A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma agência multilateral da Organização das Nações Unidas, especializada nas questões do trabalho, especialmente no que se refere ao cumprimento das normas (convenções e recomendações) internacionais. Tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente (conceito formalizado pela OIT em 1999) e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e

As quebradeiras de coco são reconhecidas como tal pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída no Brasil pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007⁶⁴. Conforme Almeida (2004) após a instituição da Constituição Federal brasileira de 1988, as representações institucionais dos grupos sociais, ou os movimentos sociais passam a incorporar novos elementos que designassem suas identidades individuais e coletivas⁶⁵:

A nova estratégia do discurso dos movimentos sociais no campo, ao designar os sujeitos da ação, não aparece atrelada à conotação política que em décadas passadas estava associada principalmente ao termo camponês. Os termos e denominações de uso local politizam-se. Ou ainda, o uso cotidiano e difuso destes termos acompanha a politização das realidades locais: os agentes sociais se erigem em sujeitos da ação ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem e são representados na vida cotidiana (ALMEIDA, 2004, p.22).

Almeida(2004) analisa que esse processo de criação de novas identidades reflete em transformações políticas profundas que se traduzem em poder de mobilização e luta pela defesa dos territórios destes grupos sociais frente ao poder do Estado. Ao mesmo tempo em que Almeida aponta uma cisão do monopólio com os termos camponês e trabalhador rural, utilizados pelos partidos políticos e movimentos sindicais, também indica que não houve uma abstração das características políticas de tais categorias.

Deste modo, ao se representarem como quebradeiras de coco babaçu, essas mulheres assumem uma memória e um caráter de identidade coletiva, se organizam em movimentos de resistência e de luta para atuar politicamente na justiça para garantir seus direitos e ter acesso aos babaçuais e desenvolver seu ofício agroextrativista.

É assim, como as quebradeiras de coco se comportam perante a sociedade, elas acionam seu passado, intensificando sua memória, como indivíduo atuante na esfera social, que busca uma afirmação de identidade ao poder público, através de políticas públicas que

o desenvolvimento sustentável. A OIT tem sede em Genebra, Suíça e mantém cerca de 40 escritórios pelo mundo. É composta por 186 estados-membros, com representação tripartite de governos, organizações de empregadores e organizações de trabalhadores. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o-Internacional-_do_Trabalho. Acesso em: 14 jun. 2019.

⁶⁴ O objetivo dessa política é promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, 2007).

⁶⁵ As leis estaduais do Maranhão e do Piauí reconhecem as quebradeiras de coco babaçu como comunidades tradicionais. Trata-se de uma estratégia do Movimento das quebradeiras, pois, uma vez reconhecendo essas comunidades, o Estado se obriga a respeitar seus modos de vida.

possam assegurar os seus direitos. Isto pode ser percebido nas palavras de Dona Erécia⁶⁶ ao comentar o orgulho que sente em ser uma quebradeira de coco:

Quando eu nasci, a minha mãe já quebrava o coco, eu já nasci nessa luta. E pra mim, ser quebradeira é tudo porque a gente depende daqui, que é o coco. A nossa luta de preservação é que a gente consegue alimento pra nossa família, a gente preserva, cuida dos nossos quintais, sem colocar risco à saúde da nossa família, isso porque a gente não usa veneno e hoje é uma conquista pra gente porque a gente fala o que quer, pois antes a gente não tinha vez e não tinha voz e eu tenho muito orgulho do que eu sou, de ser quebradeira e pra mim é um prazer. (ERÉCIA DOS SANTOS, 2016)

A quebradeira e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense, Maria Antônia dos Santos⁶⁷ explica o que é ser quebradeira de coco:

Ser quebradeira é uma cultura e uma resistência porque hoje muita gente quebra coco e muitas pessoas idosas quebram o coco e nem diz assim eu vou quebrar coco pra comprar café e açúcar, não. É uma forma de resistência pra aquelas pessoas que tão lá fora e querem tomar o que é da gente, saber que a gente não desiste e que a gente quer mesmo o nosso território e queremos o nosso coco, por isso a gente resiste até o fim da nossa vida (MARIA ANTÓNIA DOS SANTOS, 28 DE AGOSTO DE 2019).

A quebradeira e coordenadora geral do MIQCB, eleita em 2019, Maria Alaídes de Sousa⁶⁸ comenta sobre o que é ser uma quebradeira:

Eu digo que a quebradeira não é só um complemento pra sobrevivência, mas é assumir a tradição cultural dos conhecimentos tradicionais das avós, das mães e que o espaço que nós convivemos cheio da nossa diversidade, faz parte do nosso viver, da nossa respiração, do nosso ser (SOUSA, 18 DE SETEMBRO DE 2019).

Essa construção da memória e identidade das quebradeiras reforça sua existência na luta pelo seu reconhecimento e garantia de direitos. Autores explicam essa valorização dos grupos sociais em manter a sua história e tradição como prosseguimento de sua vivência. Jöel Candau, por exemplo, em “Memória e Identidade” (2011) argumenta que o consenso existe igualmente em reconhecer que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: “a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’, que vale pelo menos pelo que é, do que pelo que fazemos dele”.

⁶⁶Erécia dos Santos, quebradeira de coco de Igarapé do Meio/MA. Entrevista concedida em 06 de maio de 2016 (BRITO, 2016, p.32).

⁶⁷ Entrevista concedida em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar/MA

⁶⁸ Entrevista concedida em 18 de setembro de 2019, São Luís/MA.

Segundo Candau (2011), o jogo da memória que vem fundar a identidade é necessariamente feito de lembranças e esquecimentos. O autor enfatiza: a memória é a identidade em ação, mas ela pode, ao contrário, ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade, sendo a memória, de fato, uma “força de identidade”.

Mais importante ainda para essa abordagem será a análise do sociólogo Maurice Halbwachs, em “A Memória Coletiva” (2004) pelo fato de não só levar em consideração essa relação de construção da memória, na dinâmica do presente com o passado e vice-versa, como também coloca outro elemento de suma importância para a compreensão da memória: o grupo.

Para Halbwachs (2004) a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que são atribuídas às pessoas são, na verdade, inspiradas pelo grupo. A disposição de Halbwachs acerca da memória individual refere-se à existência de uma “intuição sensível”, “haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que, para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social, admitiremos que se chame intuição sensível” (HALBWACHS, 2004, p.41).

A memória do indivíduo é analisada por Halbwachs como um elemento agregado à memória do grupo e das instituições da sociedade. Toda memória se condiciona na compreensão interior do grupo. Refere o autor:

As leis naturais não estão nas coisas, mas no pensamento coletivo, enquanto este as examina e a sua maneira explica suas relações [...]. Em outras palavras, existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior (HALBWACHS, 2004, p. 51)

Tal sentimento de persuasão é o que garante, de certa forma, a coesão no grupo, esta unidade coletiva, concebida como o espaço de conflitos e influências entre uns e outros (HALBWACHS, 2004, p.51-52). Para o autor, a memória individual é construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Olhar este, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios.

No entanto, Diehl (2000, p. 116) ao explicar sobre as lembranças, ressalva que elas são vivências aleatórias, experiências que se perdem no tempo, por isso, são difíceis de serem sistematizadas socialmente. O conteúdo social fica a cargo da memória, por se constituir em experiências consistentes e palpáveis. A memória é possível de ser enquadrada historicamente,

mostrando que todo indivíduo tem lembranças, tem memórias, e essas memórias constroem esse indivíduo socialmente.

O processo de identidade das quebradeiras enquanto comunidade tradicional, notadamente político, como salienta Almeida (1995) é concomitante à (re)construção de uma identidade coletiva a partir do I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, conhecido popularmente como “Encontrão”, realizado entre os dias 24 a 26 de setembro de 1991 onde reside a gênese do MIQCB, reunindo no âmbito desta identidade, agora objetivada em movimento social, um conjunto de mulheres que realizam variadas atividades (artesãs, professoras, costureiras, doceiras, boleiras, etc.) entre as quais se destaca o trabalho comum a todas de coleta, quebra e beneficiamento do coco babaçu.

Um dos grandes desafios para as quebradeiras é a garantia do direito a terra e território. Como comunidade tradicional, a territorialidade⁶⁹ é um fator essencial para a sobrevivência e a construção da identidade coletiva das quebradeiras. Elas precisam de terra e territórios garantidos e reservas legalizadas, para que possam produzir alimentos suficientes para suprir as necessidades de suas famílias e auferir renda (MARÉS, 2008, p. 174).

A quebradeira de coco, Maria Querobina Silva Neta⁷⁰, da Vila Conceição, de Imperatriz/MA comenta a importância das comunidades terem a terra e o território:

Terra e território é que a terra pode ser minha, pode ser da quebradeira e o território é da comunidade, é da região, que ali tem a agricultura familiar, é quebradeira e um território de povos. Eu imagino isso, território é das comunidades tradicionais e território pra muita gente, pra atividade, pra colheita e a terra pode ser um lote meu ou de alguém etc. A gente no Maranhão, inclusive, na região de Imperatriz, nós passamos muitos anos, quase dez anos trabalhando política de território, pensando que não, chegou a Suzano, comprou de todo mundo, de governo e aí acabou. Nós não temos mais território ali, só alguns assentamentos (SILVA NETA, 28 DE AGOSTO DE 2019).

A quebradeira de coco, coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense, Maria Antônia dos Santos⁷¹ explica o direito das comunidades tradicionais na garantia ao território:

Pra nós, o território que a gente fala, são vários povoados que forma um território, por exemplo, na minha comunidade, são vinte seis comunidades, que pertencem ao território que se chama Tramaúba, essas vinte seis comunidades estão dentro desse

⁶⁹ A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força, mesmo em se tratando de apropriações temporárias dos recursos naturais, por grupos sociais classificados muitas vezes como “nômades” e “itinerantes” (ALMEIDA,2008b, p.29).

⁷⁰ Entrevista concedida em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar /MA.

⁷¹ Entrevista concedida em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar /MA.

território e a gente não briga por causa de terra, a gente luta pelo território pra que todas aquelas comunidades que estão lá dentro, tenham o mesmo direito do território, porque não adianta a gente pegar um pedaço de terra e dessa terra tirar seu sustento de vida, então não adianta e a gente luta é pelo território, a terra é que forma o território, a terra é a propriedade, é onde a gente vive, quem vive tem que ser na terra, mas a gente quer um território maior e não um pedacinho de terra, que der pra todas as famílias trabalhar, tira seu sustento no campo, nos igarapés, nos lagos, livre pra pescar e voltar pra sua casa, vai juntar seu coco, vai ter sua roça sua mandioca, seu feijão, isso quer dizer um território. Nós queremos um território, que seja livre, mesmo assim, esse território é preso, a maioria dos territórios são presos porque a cerca tá em todos os lados, o fazendeiro que se apropria de um pedacinho da terra dentro do território grande (MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS, 28 DE AGOSTO DE 2019).

Apesar das quebradeiras serem hoje reconhecidas como povos e comunidades tradicionais, respaldadas pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, e da importância que tem na economia dessa região, vive com a sua atividade ameaçada seja pelo latifúndio, pelo agronegócio, grandes empreendimentos e desvalorização do preço dos seus produtos (MENDES,2017,p.20).

Nesse cenário, as quebradeiras de coco vão incluindo, no diálogo que passam a manter com estruturas de mediação, com partidos políticos, com autoridades governamentais, elementos que são intrínsecos às suas lutas, tais como: ambientalismo, questão de gênero e etnia, que legitimam sua luta e reforçam a afirmação de sua identidade, que emerge como estratégia que lhes permite “reposicionarem-se política e economicamente face à ação governamental e aos circuitos de mercado” (ALMEIDA, 1995, p.14).

Para Almeida (1995, p.13), a quebradeira de coco babaçu em sua luta é uma categoria “de afirmação de uma existência coletiva, enquanto unidades de mobilização” que tem como característica básica: a mobilização em torno da terra, do livre acesso e da preservação dos babaçuais e da relevância do trabalho feminino na unidade doméstica, tendo no trabalho extrativo do babaçu, o seu principal meio de vida. Essa categoria, em termos de mobilização, funciona como instrumento de legitimação de uma identidade coletiva, para fazer frente à violação de um direito básico desse segmento que é o acesso aos babaçuais. Os recursos naturais, sintetizados estão na ideia de “terra”⁷² e as mobilizações no sentido de sua conservação, servem de reforço à reivindicação da identidade coletiva de quebradeiras de coco. Essa identidade é reforçada, fortalecendo também os laços de solidariedade que são criados face às ocorrências dos antagonistas sociais.

⁷² As terras vão sendo incorporadas para além de seus “aspectos físicos”, segundo uma ideia de rede de relações sociais cada vez mais fortalecida pelas autodefinições sucessivas ou pela afirmação étnica (ALMEIDA,2008b, p.120).

Outro ponto relevante para Almeida (1995) como consequência das mobilizações das quebradeiras de coco é a formação de uma identidade de quebradeira reconhecida pelos aparelhos de poder, ou seja, emprestando significado político a uma categoria social de uso cotidiano. Pela Constituição de 1988 e pela Convenção 169⁷³ da OIT, ratificada pelo Brasil em junho de 2002, pelo Poder Legislativo, e promulgada pelo Decreto 5.051/2004, do Poder Executivo, com aplicação imediata no Brasil desde sua promulgação, sendo o Brasil signatário, as comunidades tradicionais asseguram o direito a autoidentificação e a território, assim como a serem consultadas sobre projetos que as impactem, entretanto, a Região Ecológica do Babaçu, tem sofrido formas de pressão, além da derrubada das palmeiras, que reduz as atividades das quebradeiras, e ameaça a sua própria identidade.

Scott (2002) explica que as estratégias e resistências como das quebradeiras de coco afirmando sua identidade coletiva, em defesa do seu modo de vida, pode ocorrer por meio de manifesto, greve, fechar as estradas, utilizar-se de boicote, e outros tipos mais, criando suas formas cotidianas de resistência:

Essas formas de resistência são estratégias cotidianas permanentes das classes rurais subordinadas que vivem em difíceis condições. Em tempos de crise ou momentos de mudança política, podem ser complementadas por outras formas de luta que são mais oportunas. Entretanto, elas não desaparecerão enquanto a estrutura rural social se mantiver exploradora e desigual (SCOTT, 2002, p. 24).

Scott (2002) salienta que, muitos dos esforços dos trabalhadores rurais serão vistos pelas classes apropriadoras como truculência, fraude, vagabundagem, furto ou arrogância – em resumo, todas as etiquetas planejadas para denegrir as muitas faces da resistência (SCOTT, 2002 p. 30).

Ibarra Melo et al. (2018,p.44) argumentam que o gênero também se constitui em um fator que se torna visível quando as identidades coletivas criadas dentro das redes sumergidas conseguem existência independente, que se tornam públicas através de uma série de meios que empregam o movimento para mostrar as pessoas e explicar o significado de suas ações como manifestos, programas, conferências de imprensa, lemas e emblemas que fazem.

São nestas situações de conflitos aos interesses e objetivos dos grandes empreendimentos que, segundo Almeida (2008b), estes grupos se unem em torno de uma condição coletiva que reafirma sua condição social e identitária, escolhendo o termo que

⁷³Segundo Mendes (2017), a Convenção 169 tem sido um instrumento importante na conquista de direitos dos povos e comunidades tradicionais. A autoatribuição de reconhecimento da identidade está nela garantido e, portanto, o acesso de direito aos seus territórios. O que não acontece de fato como deveria já que está garantido em lei.

melhor representa suas situações e condição coletiva. Passando a adquirir conhecimentos capazes de transformar e formar opiniões, possibilitando novas compreensões sobre a vida social, política, cultural e econômica em que estão inseridos, pois cada grupo mediante suas especificidades e práticas desenvolvem novas maneiras de pensar e de agir estrategicamente, criando suas micro e macro formas de resistência (SCOTT, 2002).

CAPÍTULO 3 – “SÃO OS MORADORES QUE FAZEM O MAPA”⁷⁴

Explicar categoria morador a pedido da prof.^a Cynthia

⁷⁴ Fala de Maria Querobina Silva Neta, entrevista concedida em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar/MA.

Como ficaria então?

Este capítulo explana sobre a produção de mapas realizada pelas comunidades tradicionais, com a colaboração de pesquisadores acadêmicos, sendo um instrumento político para o fortalecimento e visibilidade das quebradeiras de coco.

O Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu⁷⁵ (citado no Capítulo 2) é resultado de processo de pesquisa com trabalho de campo, georreferenciamento, reuniões e encontros de movimentos sociais e pesquisadores para levantamento e debates das situações de pesquisa. O trabalho junto às quebradeiras de coco teve início em 2014 com o objetivo de mapear as situações sociais e aspectos que lhe são relevantes, com foco nas áreas de incidências dos babaçuais e na configuração e reconfiguração da Região Ecológica do Babaçu, com abrangência nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins.

O Mapa assinala para uma área de babaçuais superior às apontadas em mapeamentos oficiais. A pesquisa atual estima 27 milhões de hectares de babaçuais em contraposição a uma suposta redução desta espécie frente aos atos que visam a sua destruição e indica que os babaçuais se renovam, ressurgem e resistem às práticas de devastação, queima e envenenamento, dentre outras modalidades de ação de agentes que vêm atuando há décadas para a sua eliminação.

Construído a partir de representações sociais, de identidades coletivas que se organizam em movimentos sociais que lutam contra todas as forças que recaem sobre suas vidas, o Mapa é realizado a partir de um minucioso trabalho de campo, elaborado por pesquisadores acadêmicos dos quatro estados MA, PI, PA e TO, com a participação dos agentes sociais que vivem os processos, representando legitimidade e visibilidade para as quebradeiras e é um importante instrumento para o reconhecimento jurídico das comunidades tradicionais.

A produção do Mapa ocorreu no Laboratório Cartográfico do mestrado de Cartografia da UEMA, combinando pesquisas anteriores e a construção de uma base cartográfica histórica, e bases cartográficas atuais produzidas no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), como a produção dos mapas Guerra Ecológica dos

⁷⁵ Nova Cartografia Social Da Amazônia. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/lancamento-do-mapa-nova-cartografia-social-dos-babacuais-dia-8-de-agosto-em-belem-pa/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Babaçuais e o Guerra do Carvão, e um amplo conjunto de mapas situacionais específicos com a participação de forma direta de 18 pesquisadores da Universidade Estadual do Maranhão, coordenadora da pesquisa; da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); da Universidade Federal do Tocantins (UFT); da Universidade Federal do Pará (UFPA); da Universidade Federal do Piauí (UFPI); da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Mais de 40 mulheres associadas ao MIQCB participaram do trabalho de campo e outras entidades, como sindicatos e associações com atuação relacionada ao babaçu e às quebradeiras de coco.

O Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais⁷⁶ apresentado no dia 15 de julho de 2015, no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da UEMA, em São Luís/MA, apresenta resultado de pesquisa, e ao mesmo tempo recupera e atualiza levantamentos, conflitos e lutas relacionados ao processo de afirmação identitária das quebradeiras de coco e ao uso deste recurso fundamental para reprodução política e cultural delas. Confere visibilidade em termos de uma cartografia social e política às quebradeiras e aos babaçuais, embora ameaçados, destruídos, se renovam e resistem mesmo nas áreas onde os mapas e imagens oficiais os consideram apagados e inexistentes enquanto recurso. Contudo, a pesquisa aponta um crescimento da área de incidência dos babaçuais, que de 18 milhões de hectares levantados na pesquisa nos anos de 2005 alcançam na década seguinte 27 milhões de hectares.

Deste modo, a Cartografia dos Babaçuais elaborada pelas quebradeiras de coco e pesquisadores do PNCSA se constitui em um instrumento político para o fortalecimento da luta delas, que são invisibilizadas pelo Estado e afetadas por grandes empreendimentos. A diversidade e a quantidade de situações definidas com as quebradeiras para inclusão no Mapa, se tornaram viáveis para produção numa escala de 1: 1000.000 e na dimensão impressa em 2,30m x 1,80m.

Durante o ato de entrega do Mapa para as quebradeiras destacou-se a importância do dinamismo diante das situações apresentadas por elas e elementos que apontam para sua

⁷⁶ O evento realizado conjuntamente com o MIQCB teve a presença da comunidade acadêmica, entidades dos movimentos sociais, a Fundação Ford, financiadora do projeto, ONGs, dirigentes institucionais da universidade, jornalistas do coletivo Guardiães da Floresta, jornalista da UEMA e estrangeiros da Inglaterra como Adriana Brasileiro (Reuters-Agência da Inglaterra), David Hill (The Guardian-Diário da Inglaterra); da Alemanha – Julia Bahr (Frankfurter Allgemein e Zeitung) e Nádia Pontes (Deutsche Welle) dos Estados Unidos – Coimbra Sirica e Wanda Massiell Bautista – (Burness) e Peter Guest (New Scientist). Disponível em: <http://www.ppgcspa.uema.br/?p=329>. Acesso em: 20 jul. 2019

atualização diante de novas situações que não cessam, o que reforça o seu caráter situacional e aberto. A pesquisa do projeto evidencia o trabalho de campo com oficinas, reuniões, georreferenciamento⁷⁷ em áreas específicas, encontros, ou seja, notadamente pelos dados de campo através dos movimentos, que reuniu cerca de 900 agentes em todas as atividades e formula em debate a relação do babaçu com o desmatamento e a ação de resistência dos grupos.

3.1- Por que uma nova cartografia social?

Todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista (ACSELRAD, 2008, p.13). Na história das representações espaciais, os mapas começaram, não por acaso, como ficção, um meio de se pensar o mundo a partir da crença e dos mitos, e não a partir da geografia. Foi através de um longo processo de observação do mundo, de elaboração de instrumentos e experiências, com o conseqüente crescimento da capacidade de medir altitudes e coordenadas, que os mapas foram tornando-se mais “objetivos”.

Destacando as relações entre os Estados nacionais e a produção dos mapas, Barbara Lynch⁷⁸ afirma que, como “discurso político a serviço do Estado”, os mapas foram elaborados para facilitar e legitimar a conquista, definir o Estado como uma entidade espacial, assim como para construir nacionalismos pós-coloniais. Há mais de três décadas, o geógrafo francês marxista Yves Lacoste apontou a motivação política mais ampla de grande parte dos mapeamentos:

O mapa, talvez a referência central da geografia, é, e tem sido, fundamentalmente um instrumento de poder. Um mapa é uma abstração da realidade concreta que foi desenhado e motivado por preocupações práticas (políticas e militares); é um modo de representar o espaço que facilita sua dominação e seu controle. Mapear... é servir aos interesses práticos da máquina estatal (LACOSTE, 1973 apud ACSELRAD, 2008, p.98).

⁷⁷ Georreferenciamento de uma imagem ou um mapa ou qualquer outra forma de informação geográfica é tornar suas coordenadas conhecidas num dado sistema de referência. Este processo inicia-se com a obtenção das coordenadas (pertencentes ao sistema no qual se pretende georreferenciar) de pontos da imagem ou do mapa a serem georreferenciados, conhecidos como pontos de controle. Os pontos de controle são locais que oferecem uma feição física perfeitamente identificável, tais como intersecções de estradas e de rios, represas, pistas de aeroportos, edifícios proeminentes, topos de montanha, entre outros. A obtenção das coordenadas dos pontos de controle pode ser realizada em campo (a partir de levantamentos topográficos, Levantamento Geodésico com GPS (Sistema de Posicionamento Global), ou ainda por meio de mesas digitalizadoras, ou outras imagens ou mapas (em papel ou digitais) georreferenciados. Tal ato pode permitir que ocorra uma geodecisão por parte dos consultores de um projeto ou uma administração de uma empresa.

Disponível em : <https://pt.wikipedia.org/wiki/Georreferenciamento>. Acesso em: 4 jul. 2019.

⁷⁸ Lynch, Barbara Deutsch. Marking Territory and Mapping Development. 6th Annual Conference of the International Association for the Study of Common Property. Berkeley, CA. June 5-8, 1996. (ACSELRAD, 2008, p.09)

Por sua vez, Anderson (2008) destaca que, o censo, o mapa e museus moldaram profundamente o modo como o Estado colonial imaginou seus domínios, mesmo que a invenção dessas instituições tenha ocorrido antes do século XIX, elas continuam moldando a natureza dos seres humanos governados, a geografia e seus domínios e ressalta que essas três instituições de legitimidade da nação, nem sempre operam com similares critérios de classificação, ao contrário, tais critérios oscilam de acordo com o tipo de padronização a ser instituído. No caso dos mapas, antes mesmo de serem instituídos pelo Estado, eram representações do universo mítico, ou um meio de pensar a partir das crenças; o censo também alterou as categorias censitárias, que passaram de critérios fundamentados em identidades religiosas para categorias raciais, e os museus, instituições de produção das memórias, dominam o cenário dos países colonizadores que detém em suas coleções artefatos da história dos povos colonizados.

Acsehrad (2008,p.14) ressalta que, as diversas iniciativas de mapeamento que se propõem a incluir populações locais nos processos de produção de mapas disseminaram-se mundialmente desde os anos 1990. O autor explica que, estas práticas têm envolvido diversas instituições tais como agências governamentais, organizações não governamentais(ONGs), organizações indígenas, organismos multilaterais e de cooperação internacional, fundações privadas, universidades, entre outras. Utilizando-se de diversas terminologias, tais atividades são reconhecidas, no debate internacional, como iniciativas de “mapeamento participativo”⁷⁹.

Assim, métodos de pesquisa participativa combinados com tecnologias como as dos SIG – Sistemas de Informação Geográfica⁸⁰, dos *Global Positioning Systems* -GPS e do sensoriamento remoto foram adotados para a elaboração dos mapas, gerando um novo horizonte de produção e uso de tais instrumentos de representação espacial (Herlihy e Knapp, 2003), assim como também um novo espaço de intervenção para as referidas agências de desenvolvimento (ACSELRAD,2008,p.15).

⁷⁹Para Herlihy e Knapp (2003) o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Suas raízes metodológicas estariam ligadas ao que as agências promotoras do “desenvolvimento” chamaram de “observação participativa” e “metodologias de pesquisa colaborativa”(apud ACSELRAD, 2008,p15).

⁸⁰Os Sistemas de Informação Gerencial (SIG) são sistemas ou processos que fornecem as informações necessárias para gerenciar com eficácia as organizações. Um SIG gera produtos de informação que apoiam muitas necessidades de tomada de decisão administrativa e são o resultado da interação colaborativa entre pessoas, tecnologias e procedimentos, que ajudam uma organização a atingir as suas metas. Disponível em: https://www.infoescola.com/administracao_/sistema-de-informacao-gerencial/. Acesso em: 10 jun. 2019.

Nas palavras de Colchester (2002), “o mapeamento participativo chegou para ficar, como parte do conjunto de ferramentas utilizado pelo movimento indígena. As comunidades descobriram que ele é uma ferramenta poderosa, tanto para o controle, a organização e a criação de estratégias comunitárias quanto para transmitir as visões locais ao exterior. O mapeamento pode ajudar a trazer coerência para o seio da comunidade e reafirmar o valor e a relevância do conhecimento tradicional ao infundir respeito pelos anciãos e pelas práticas tradicionais de manejo dos recursos” (COLCHESTER, 2002 apud ACSELRAD, 2008, p. 19).

Entretanto, Acselrad (2008) ressalva, que a consideração sobre mapa participativo é, porém, objeto de discussão, seja no âmbito acadêmico, entre os que acompanham e analisam o desenvolvimento de tais práticas, seja entre os agentes de sua aplicação e as próprias comunidades envolvidas.

Na observação de Colchester (2002) as ONGs que apoiam povos indígenas nesses processos de mapeamento, teria uma tendência crescente à adoção de sistemas sofisticados, estimuladas pelo próprio afã de conhecimento, por uma fascinação pela tecnologia e pelo desejo de chegar primeiro, ultrapassando, assim, as autoridades governamentais. O risco, é que o processo de mapeamento se afaste das prioridades dos grupos sociais que se quer beneficiar e acabe se transformando em mais uma forma de sua anexação administrativa, desta vez praticada por ONGs contra as quais devam lutar as populações locais (apud ACSELRAD, 2008, p. 36).

A noção de mapeamento participativo surge, com a marca desta ambiguidade: construída para dar a palavra às comunidades de base e grupos desfavorecidos. A este propósito, as problemáticas não são em toda parte comuns a ponto de poder sustentar uma metodologia também única, no Brasil, as experiências podem estar associadas tanto à afirmação identitária e territorial de comunidades, como à fundamentação cognitiva da gestão racional de recursos naturais, a formas de explicitação de conflitos sócio-territoriais ou a formas de antecipação dos mesmos para fins de controle estatal do território (ACSELRAD, 2008, p. 40).

Para Almeida (2013, p. 165) a vulgarização corrente do uso do termo “cartografia”, passa a fundamentar uma série de escolhas tanto nos processos de tomada de decisão por parte de agências multilaterais (Hoffmann, 2010) e organismos oficiais, no âmbito de planos, programas e projetos oficiais, quanto no escopo das ações de associações voluntárias da sociedade civil (ONGs), em que aparecem sob os eufemismos de “mapeamento participativo” e de “ordenamento territorial”.

Por sua vez, Giddens assinala que, o que está em jogo na participação é da ordem da confiança. E a desconfiança com relação aos sistemas técnicos e sociais, assim como às

organizações que os sustentam na experiência demapeamento, se explica frequentemente pelo sentimento que têm as partes de não serem consideradas como agentes competentes na análise dos problemas quando estes são atravessados pela incerteza, como o reconhecimento e autoridades públicas (apud ACSELRAD,2008,p.37).

Acselrad (2008,p.50) afirma que o mapa é uma ferramenta potente de desvendamento, mas cujo domínio exige uma especialização que não é igualmente compartilhada entre os diferentes atores e que é suscetível de criar, por seu uso, efeitos de poder, o que para o autor é um problema para o objetivo da participação.

Conforme Acselrad (2008) a partir de 1990, tem início uma série de experiências de mapeamento com comunidades que vivem na região de abrangência do Programa Grande Carajás. Procurou-se então identificar e sistematizar os diferentes tipos de conflitos na região: em torno das áreas das Unidades de Conservação⁸¹ ambiental-UC, das RESEX⁸²-Reservas Extrativistas e das TI- Terras Indígenas⁸³, em torno das áreas reservadas militares, das áreas concedidas, adquiridas e das pretendidas pela empresa VALE, das reservas garimpeiras e das províncias auríferas, das áreas desapropriadas para projetos agrícolas e cooperativas, além dos conflitos situados em pontos variados nos territórios de grande predominância de babaçuais e castanhais, bem como a resistência dos ocupantes das terras que eram ocupadas tradicionalmente há muitas gerações, conhecidas como terras de preto, de santo, da igreja e de índio.

⁸¹Unidade de Conservação (UC) é a denominação dada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000) às áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais são "espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei"(art.1º, I).Disponível em:<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/>. Acesso em: 8 jun. 2019.

⁸²As Reservas Extrativistas (RESEX) são espaços territoriais protegidos cujo objetivo é a proteção dos meios de vida e a cultura de comunidades tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área. O sustento destas populações se baseia no extrativismo e, de modo complementar, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. O que é uma Reserva Extrativista. Disponível em:<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/29258-o-que-e-uma-reserva-extrativista/>. Acesso em: 7 ago. 2019

⁸³Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por eles utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada. O direito dos povos indígenas às suas terras de ocupação tradicional configura-se como um direito originário e, conseqüentemente, o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas se reveste de natureza meramente declaratória. Portanto, a terra indígena não é criada por ato constitutivo, e sim reconhecida a partir de requisitos técnicos e legais, nos termos da Constituição Federal de 1988. Por se tratar de um bem da União, a terra indígena é inalienável e indisponível, e os direitos sobre ela são imprescritíveis. As terras indígenas são o suporte do modo de vida diferenciado e insubstituível dos cerca de 300 povos indígenas que habitam o Brasil. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-cooes/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Em 1993, como salienta Acsehrad(2008,p.30), realizou-se o Seminário Consulta “Carajás: Desenvolvimento ou Destruição” com a presença de militantes e assessores de entidades populares e confessionais, e de sindicatos de trabalhadores, do qual resultou a publicação de mapas construídos com a participação das populações envolvidas e do livro “Carajás: a Guerra dos Mapas” do ano de 1993,do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Acsehrad(2008,p.33),destaca que os trabalhos iniciados a partir da Guerra dos Mapas lançaram as basespara outro projeto desenvolvido a partir de 2004, com financiamento da Fundação Ford, o projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, que, no que se refere à região amazônica, assume o nome de Nova Cartografia Social da Amazônia, com o objetivo de produzir interpretações da problemática social, econômica e ecológica, levando em consideração a experiência dos agentes sociais envolvidos, com realizações de oficinas de cartografia, levantamentos documentais, cursos introdutórios à linguagem cartográfica formal, orientação e localização geográfica pelo uso de equipamentos técnicos como GPS⁸⁴. O autor afirma que foram lançados fascículos com as informações adquiridas através do diálogo com grupos de mulheres quebradeiras de coco, comunidades negras, indígenas, homossexuais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, colonos, entre tantos outros. Os materiais produzidos constituem documentos que ajudam a embasar tais agentes em situações de conflito.

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), coordenado por Alfredo Wagner, consolida “as experiênciasde mapeamento social realizadas na área correspondente ao Programa GrandeCarajás, em 1991-1993”, produzindo mais de 61 fascículos com mapas, como envolvimento de sindicatos, associações, movimentos, cooperativas, que ostêm utilizado “como forma de afirmar direitos territoriais” em diferentes contextos. A partir dos resultados deste trabalho, a equipe do PNCSA tem orientado as discussões a respeito “da elaboração da proposta oficial da Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais, que se refere à aplicação do Decreto presidencial Nº. 6040, de 07 de fevereiro de 2007”, que cria a Política Nacional de apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais (ACSELRAD,2008,p.06).

⁸⁴ Os Sistemas de Posicionamento Global (GPS) atualmente são mais acessíveis e o uso deles tem se ampliado rapidamente entre as ONGs e organizações comunitárias. É um sistema de posicionamento que utiliza satélites para indicar ao usuário sua posição exata usando um sistema de coordenadas conhecidas tal como latitude e longitude. Esta tecnologia é usada frequentemente para a demarcação de áreas de terras onde existe disputa quanto a acesso e controle de recursos naturais (ACSELRAD,2008,p.22).

Quanto a proposição de uma “nova cartografia social”, enquanto orientadora de práticas de pesquisa, Almeida (2013,p.157) esclarece que se distingue do sentido corrente do vocábulo “cartografia” e não pode ser entendida como circunscrevendo-se a uma descrição de cartas ou a um traçado de mapas e seus pontos cardeais com vistas a defesa ou a apropriação de um território. Ao contrário de qualquer significação única, dicionarizada e fechada, a ideia de “nova” visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas “experimentações” fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas. O autor afirma:

A escolha da expressão “nova cartografia social” busca, portanto, efeitos contrastantes e se coloca consoante negações de significados anteriores de cartografia já glacializados na produção intelectual e científica. Seu significado intrínseco transcende assim, ao conjunto de instrumentos, que disciplinam a marcação de pontos e logram interligá-los entre si, sucessivamente, configurando extensões planisféricas ou delimitando espaços físicos e perímetros determinados através de linhas de divisão das águas, montanhas e regiões, consoante o poder político-administrativo. A “nova cartografia social” não pode ser reduzida, neste sentido, a critérios geográficos ou a um zoneamento ecológico, distinguindo biomas e ecossistemas e propiciando uma visualização das características físicas do mundo através de levantamentos planimétricos, altimétricos e quejandos ⁸⁵. (ALMEIDA, 2013,p.166)

Para Almeida (1993), as forças sociais subjacentes à capacidade de configurar representações cartográficas e de delimitá-las se confrontam nos desdobramentos desta contradição entre região e território. As superposições de domínios, as denominadas “invasões” e os intrusamentos materializam interesses divergentes, manifestos em cada situação concreta, e explicitam a luta por uma definição legítima capaz de fazer valer suas pretensões.

É lícito, neste contexto, imaginar uma guerra de mapas como símbolo do estado de tensão e beligerância. Afinal, os extermínios, os massacres e os genocídios, a destruição da possibilidade da existência coletiva, também significam metaforicamente ‘apagar do mapa’, que seria um eufemismo indicativo da supressão do território do outro. (ALMEIDA, 1993,p.25)

Consoante esta modalidade de politização e um esforço permanente de “desnaturalização” o significado de cartografia social pode ser aproximado do sistema de representações de agentes sociais nomeados juridicamente, a partir da Constituição brasileira de 1988 e da Convenção 169 da OIT, de 1989, como “povos e comunidades tradicionais”.

⁸⁵Esta formulação evidencia que tais mapas são produtos de relações sociais e não são exatamente “temáticos”, mesmo registrando ocorrências de desertificação, de contaminação de recursos hídricos, de devastação e de desmatamento de florestas tropicais (ALMEIDA, 2013,p.166).

Mediante estes dispositivos jurídicos estes povos e comunidades, que encaminharam reivindicações a Constituinte, encontram condições de possibilidades para semobilizarem de maneira consciente e consolidada por seus direitos territoriais, confrontando os critérios de “partilha natural”, justificadores da desigualdade na apropriação dos recursos (Ranciere, 2005) e esposados por seus antagonistas históricos. Povos indígenas e quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, faxinalenses e comunidades de fundos de pasto, entre outras identidades coletivas passam a se manifestar publicamente através de formas organizativas peculiares. A pauta reivindicatória de territórios, torna-se adstrita à consciência de si mesmos e estes mencionados povos e comunidades, mobilizam-se sem dissociar as lutas econômicas dos fatores identitários. Tal autoconsciência coextensiva, a mobilização política em torno de uma territorialidade específica considerada fundamental para consolidar sua identidade coletiva e sua reprodução física e social (ALMEIDA, 2013, p.168).

A coordenadora geral do MIQCB Francisca da Silva Nascimento (2014 a 2018) expressa a importância do Mapa para as quebradeiras:

Com o Mapa queremos dizer ao governo que existe a floresta de babaçu sim, e que nós quebradeiras de coco estamos lá. Se têm as quebradeiras de coco é porque tem babaçu, e se tem babaçu é porque têm as quebradeiras de coco. A cartografia é apoiada pela Fundação Ford⁸⁶, e identifica grandes problemas nessas áreas de babaçuais que muitas vezes não conseguiríamos. É feito pelas universidades através de satélite nos estados, só está faltando o do Piauí. (ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2015)⁸⁷

Almeida (2013) assevera que o processo de publicização da cartografia social, que a conduz ao patamar de “nova”, evidencia o quanto ela vai recusando os rótulos oficializantes ou se afastando das orientações manuais e, num sentido oposto, se aproximando de abordagens críticas da “sociedade” e das mobilizações políticas que encaminham reivindicações territoriais às instâncias de poder.

A persistência do termo “social”, compondo a expressão “nova cartografia social”, reforça este propósito de uma cartografia crítica, desnaturalizada, capaz de se contrapor simultaneamente ao positivismo e ao papel de direção absoluta e autoritária das forças políticas hegemônicas no processo de produção cartográfica (ALMEIDA, 2013, p.166).

⁸⁶A Fundação Ford é uma entidade sediada na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos. Segundo seus instituidores, foi criada para financiar programas de promoção da democracia e redução da pobreza.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Funda%C3%A7%C3%A3o_Ford. Acesso em: 10 jun. 2019.

⁸⁷Francisca da Silva Nascimento, coordenadora geral do MIQCB (2014 a 2018). “Para desenvolver a agroecologia tem que existir a terra”, diz liderança das quebradeiras de coco.

Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/2015/07/14/para-desenvolver-a-agroecologia-tem-que-existir-a-terra-diz-quebradeira-de-coco>. Acesso em: 20 mar. 2019.

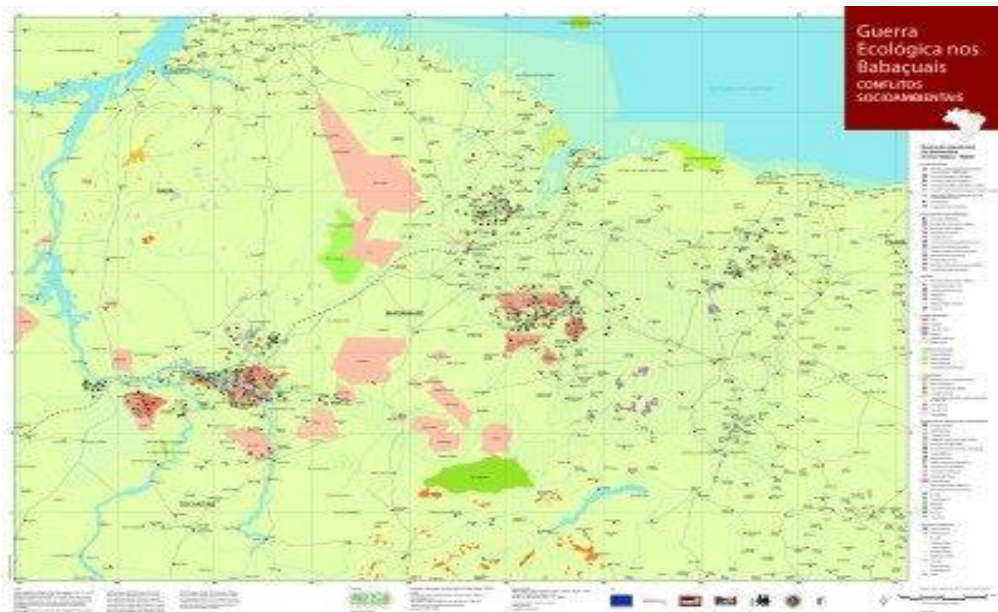
3.2-A participação das comunidades tradicionais na construção de mapas

Bargas(2015,p.470), esclarece que o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), começou a ser concebido a partir dos estudos do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, com suas investigações sobre movimentos sociais e conflitos na região ainda enquanto aluno do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Alfredo Wagner promoveu discussões sobre seu tema de pesquisa na Universidade Federal do Pará e na Universidade Federal do Maranhão.

Bargas (2015) ressalta que em 2004, já no estado do Amazonas, Alfredo Wagner começou a desenvolver o PNCSA, financiado pela Fundação Ford concomitantemente vinculado ao Programa de Desenvolvimento Regional (DCR), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o projeto “Processos de Territorialização, Conflitos e Movimentos Sociais na Amazônia”. Em 2005, com o lançamento da obra “Guerra Ecológica nos Babaçuais”, livro editado em coautoria com a antropóloga Cynthia Carvalho Martins e com o advogado Joaquim Shiraishi Neto, o trabalho do PNCSA passa a ser mais difundido, transformando essa obra em um marco nas discussões sobre povos e comunidades tradicionais no Brasil.

O livro “Guerra Ecológica nos Babaçuais”, lançado em 2005, produzido através de pesquisas levantadas de acordo com problemáticas vivenciadas pelas quebradeiras de coco e as novas formas de conflito têm se configurado e um dos resultados deste trabalho consistiu na criação do Mapa da Região Ecológica dos Babaçuais que identifica as principais situações de devastação, as territorialidades específicas correspondentes, as formas organizativas, com ocorrência de atos delituosos contra as quebradeiras, as unidades oficiais de conservação, indústrias envolvidas nos desmatamentos e as grandes plantações de soja, pastagens e outros cultivos homogêneos para fins industriais (dendê, eucalipto, mamona, cana de açúcar), cuja expansão sobre a área de ocorrência dos babaçuais é preocupante. A pesquisa identificou um deslocamento dos conflitos face às novas estratégias empresariais com a entrada em cena, além dos grandes proprietários de terra e intermediários, de grupos industriais (usinas de ferro gusa, empresas de papel e celulose, fábricas de óleos vegetais) e outros agentes sociais como os fornecedores de casca do coco para a produção de carvão vegetal, catadores de coco e os agenciadores do trabalho das quebradeiras (PNCSA, 2005, p 04).

Figura 6 - Mapa Guerra Ecológica nos Babaçuais: Conflitos Socioambientais, produzido com a participação das comunidades tradicionais



Fonte: www.novacartografiasocial.com

Bargas (2015,p.470) explica, que se trata de um projeto de pesquisa que opera suas investigações acadêmicas, modalidades de cartografia social⁸⁸, isto é, mapas situacionais que representam a realidade de um grupo em um determinado contexto; realidades localizadas, construídas em conjunto com os grupos interlocutores. Como parte dos produtos das cartografias são gerados fascículos que podem revelar suas territorialidades específicas⁸⁹, os conflitos sociais que os permeiam, os modos de vida, a sua situação num determinado momento histórico.

No âmbito do PNCSA, a prática cartográfica tem o objetivo de dar ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Com o material produzido, tem-se não apenas um maior conhecimento sobre o processo de ocupação dessa região, mas sobretudo uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos

⁸⁸Como afirma Bargas (2015,p.470) esse tema de investigação tem sido desenvolvido em especial por Almeida (1993), Acselrad (2008), Acevedo (2006), Corbett *et al.*,(2006), Correia (2007), Nunes (2008), Vianna Júnior (2009), entre outros. O termo cartografia social se refere a toda forma de produção de mapas que tem como quesito fundamental a participação direta dos agentes sociais historicamente desfavorecidos, observando, neste processo, a participação de outros agentes que compartilham o mapeamento com toda a base técnica e infraestrutural. A adoção do termo também tem relação direta com o traço conceitual dessa prática incorporado pelo PNCSA, notadamente expresso em sua denominação.

⁸⁹As “territorialidades específicas” podem ser consideradas, portanto, como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território (ALMEIDA, 2008b, p.29).

sociais que nela existem. A cartografia se mostra como um elemento de combate. A sua produção é um dos momentos possíveis para a autoafirmação social. É nesse sentido que o PNCSA busca materializar a manifestação da autocartografiados povos e comunidades nos fascículos que publica, e não só pretendem fortalecer os movimentos, mas o fazem mediante a transparência de suas expressões culturais diversas (PNCSA, 2010 apud BARGAS, 2015, p.476).

Para Acselrad (2008), na cartografia social é possível construir mapas congregando o conhecimento técnico próprio da cartografia clássica que, neste caso, é cunhado pelos pesquisadores do PNCSA, com os conhecimentos de mundo e as experiências de comunidades tradicionais, movimentos sociais, entre outros grupos, como os usos do território. O processo de confecção dos mapas perpassa pelo envolvimento prático e simbólico dos atores cartográficos. Trata-se de um campo de atuação “onde se estabelecem relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais, entre a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território” (ACSELRAD, 2010, p. 9).

Maria Querobina Silva Neta, quebradeira de coco, da Vila Conceição de Imperatriz/MA destaca a importância do Mapa para as comunidades tradicionais:

São essas coisas pra gente continuar vivenciando o que nós perdemos. Ainda outro dia na oficina que o Nova Cartografia trabalhou a Convenção 169 e que a gente se deparou com um artigo dentro da lei, que a gente dizia assim: Olha rapaz, o pessoal do Olho'Água, da Coquelândia, é igualzinho os índios, é igualzinho os negros, porque esse povo não se fecharam para lutar pelo que era deles? Porque eles têm direito de usucapião, porque eles foi quem criaram. Deixaram tudo por causa da falta de informação, falta de vontade política dos governantes, de quem se identifica como representante do povo. São essas e outras mais que nós tentamos alinhar para não cair no esquecimento de uma vez por todas. E o mapa pra mim é um retrato falado (SILVA NETA, 2018, p.64).

Enquanto modalidade de pesquisa científica, a necessidade de realinhar distintas formas de saber é tida como um consenso capaz de horizontalizar a produção do conhecimento por meio de técnicas participativas e de tecnologias de georreferenciamento (BARGAS, 2015, p.475).

De acordo com Hoffmann (2010), inspirado em Barth (1969), que reconhece “o caráter fluido e relacional das fronteiras étnicas” (Hoffmann, 2010, p. 47), as trajetórias de lutas de povos e comunidades tradicionais no Brasil, em especial sobre as disputas territoriais, que trazem em seu bojo a participação de intelectuais “se tornaram uma peça chave na dinâmica de constituição de identidades étnicas” (Hoffmann, 2010, p. 51), na medida em que interferem

diretamente na configuração dos conflitos através de práticas como a das cartografias sociais, que contribuem para reforçar as demandas das lideranças dos movimentos. Assim, intelectuais acadêmicos e movimentos sociais acabam por se firmar como “parceiros”, “reunindo experiências que buscam fortalecer processos políticos autônomos, destinadas a deter os efeitos expansivos e expropriatórios do regime de acumulação prevalecente”(apud BARGAS,2015,p.481-482).

Contudo, Reginaldo Silva (2017) ressalta que as articulações de esforços acadêmicos e métodos de pesquisa têm possibilitado em conjunto com os grupos sociais envolvidos a elaboração de mapas situacionais, cuja essência consiste em evidenciar situações específicas registradas nos croquis⁹⁰ por uma determinada população com modo de vida tradicional ou não, cujo objetivo seria evidenciar eventos que aconteçam em seu território, como por exemplo, os conflitos socioambientais.

Nas palavras de Almeida, (2013,p.23) “as comunidades tradicionais tornam-se, nesse sentido, uma fonte de produção de informação cartográfica”. Para Vianna Junior (2013), os mapas aqui produzidos não são elaborados para atender aos interesses dos governos, os mapas podem servir para a elaboração de laudos antropológicos como documentos, podem servir ainda para elaboração de planos para os povos e comunidades tradicionais (apud SILVA, R.,2017,p.08).

A quebradeira de coco, Maria Querobina Siva Neta⁹¹, da Vila Conceição, de Imperatriz/MA explica o que o Mapa representa para ela:

O Mapa não representa só pras quebradeiras, representa também pras comunidades, pros sindicatos. A Nova Cartografia Social é um grupo de pesquisadores que trabalham a pesquisa como foi e o que tá sendo agora e fazem um retrato no Mapa bem feito, aonde se acabou, o que ainda tem, o que ainda existe. Eu admiro muito o trabalho da Nova Cartografia Social porque eles fazem uma pesquisa com o povo, faz um Mapa da comunidade, é o povo que tá lá, não são os pesquisadores que fazem o Mapa, são os moradores que fazem o Mapa. Eu ajudei a fazer o Mapa, o que tem lá, o que eu pedi pra botar etc. Eu acho isso muito interessante, uma educação muito boa pra que você não perca seu raciocínio de quem você foi e o que você é na Nova Cartografia Social da Amazônia. A gente conseguiu na universidade uma turma de professores pra trabalhar a formação dos filhos das quebradeiras, a coisa da graduação foi uma conquista da organização da Cartografia Social da Amazônia (SILVA NETA, 28 DE AGOSTO DE 2019).

⁹⁰Croqui é um esboço de algum espaço, com o objetivo de fazer uma representação rápida e simples de algum lugar e de suas características de solo, relevo etc.
Disponível em: <http://portalgeograficodalara.blogspot.com/2012/07/cartografia-mapas-cartas-e-croquis.html>. Acesso em: 22 jul. 2019.

⁹¹ Entrevista concedida em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar /MA.

Segundo Reginaldo Silva (2017), a ativa participação dos povos e comunidades tradicionais na elaboração dos croquis e nas incursões no próprio espaço de vivência para coleta de pontos de GPS dos locais de relevância cartográfica, assim defendida por quem participa das oficinas de mapas e a elaboração dos croquis, constituem pilares da pesquisa etnográfica, dos mapas situacionais assim produzidos, resultando em múltiplas possibilidades de compreensão acerca dos conflitos existentes nos espaços cartografados na Amazônia, além da dimensão dicotômica que envolve o espaço urbano e rural.

Abaixo, figuras indicam a produção de mapas elaborados pelas comunidades tradicionais com a cooperação de pesquisadores acadêmicos.

Figura 7-Penalva/MA, maio de 2015 Figura8- Imperatriz/MA, dezembro de 2016



Fonte: Projeto Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu

As situações apontadas nos mapas situacionais expressam os conflitos, o modo tradicional de vida, de relação com ambientes, rios, lagos, florestas, identidades coletivas, identidade étnica em face de manutenção das tradições. Os mapas situacionais expressam modos de vida dos povos tradicionais da Amazônia, alimentam a necessidade de mobilizações e vigílias por parte de inúmeros povos partícipes da pesquisa.

As atividades de formação de novos pesquisadores e as relações que se estabelecem por meio do longo processo de elaboração dos mapas, constituem a base do fazer cartográfico inerentes aos Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia, as reflexões acerca das diferentes situações de conflitos vivenciadas e cartografadas por povos tradicionais na defesa de seus territórios, por sua vez alimentam diversas produções acadêmicas, além dos boletins informativos, fascículos, cadernos, livros de bolsos de diversos pesquisadores envolvidos no projeto Nova Cartografia Social da Amazônia ou diversos Núcleos que envolvem a participação de pesquisadores deste projeto.

A manutenção dos saberes tradicionais e no processo de empoderamento que o mapa representa para a população dessa região, diversos povos e comunidades tradicionais, permanecem ativos na defesa dos territórios que ocupam, pelas práticas agrícolas, extrativista, religiosa, de gênero e étnica (SILVA,R., 2017, p.08-13).

A coordenadora geral do MIQCB, Francisca Nascimento (2014-2018) registra a relevância da cartografia social para as comunidades tradicionais:

Um dos grandes problemas que descobrimos e achávamos que estava distante é a questão do agronegócio: a plantação de soja, eucalipto, cana, etc. Estamos nos deparando com muitas situações agravantes, e na cartografia mapeamos tudo isso. O agronegócio está muito forte no Tocantins e no Maranhão, e esse trabalho mostra a privatização do babaçu. Tudo o que a gente vê de grandes problemas que afetam as quebradeiras e comunidades tradicionais está na cartografia. É um grande documento para dialogar com o governo, discutir o que queremos, está nos afetando e o que deve ser resolvido. Essa construção é muito importante para nós.(ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2015)⁹²

Almeida (2013) esclarece que os mapas produzidos no contexto destas mobilizações passam, portanto, a refletir não somente a diversidade social e a multiplicidade de seus respectivos pontos de vista e práticas, mas sobretudo uma situação de conflito e um conhecimento intrínseco às realidades locais, tanto agrupando, quanto distinguindo. Para Almeida (2013) a expressão “nova cartografia social” emergiu nesta redefinição do objeto de análise e nos contornos de suas implicações sobre as relações de pesquisa, notadamente em situações de conflito social.

As territorialidades específicas resultantes dos processos diferenciados de territorialização concernem a tais relações de pesquisa, que focalizam modalidades organizativas peculiares, cujos membros potencialmente podem executar tarefas operacionais capazes de delimitar em campo seus próprios domínios. Com estes agentes sociais e que as relações de pesquisa foram firmadas em combinação com a trajetória ascendente de cada uma das distintas unidades sociais ⁹³, seja indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de quebradeiras de coco babaçu, de fundos de pasto ou de faxinais. Cada uma delas afirmando seus direitos territoriais e sendo capacitadas para a marcação de pontos que materializam seu próprio território ou sua própria territorialidade específica. A diversidade cultural refletiu na composição da equipe acadêmica, transdisciplinar, e a “cartografia social”, mesmo concebida inicialmente como recurso complementar à etnografia, mostra-se mais do que um recurso de método, requerendo disposições conceituais e maior rigor ou margem de erro menor na descrição. Os fragmentos de territorialidade na extensão do mapa são arrancados da

⁹²Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2015/07/14/para-desenvolver-a-agroecologia-tem-que-existir-a-terra-diz-quebradeira-de-coco/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

⁹³As unidades sociais não são pensadas geograficamente ou segundo divisões administrativas, mas enquanto estruturadas consoante distintos planos sociais que evidenciam a capacidade mobilizatória dos agentes e o potencial de conflito (ALMEIDA,1998,p.53).

evidência de realidades localizadas pelos próprios agentes sociais, que definem o que é relevante para constar do mapa (ALMEIDA,2013, p.171).

A cartografia social seria vista aqui como atrelada a um certo modelo de desenvolvimento, cujos impactos desestruturam metodicamente organizações comunitárias e coletivos inteiros. Talvez seja possível afirmar que com as políticas de “reorganização de espaços e territórios”, eufemizadas pelas expressões “regularização fundiária”, “reordenamento territorial”, “reassentamentos” e congêneres, os mapeamentos de agentes sociais classificados como “atingidos” ou como “refugiados do desenvolvimento” se destacam, complementando a hierarquização de territórios, proposta pelas agências multilaterais, que delimita o tipo de expansão considerada necessária a reestruturação formal do mercado de terras (ALMEIDA, 2013,p.163).

A “nova cartografia social”, em certa medida, recolocaria a descrição etnográfica à relevância do reencontro com a poesia, enquanto narrativa do cotidiano, que tanto pode estar na fala do membro da comunidade que foi entrevistado, quanto daquele que a interpreta consoante os cânones da ciência, delineando uma relação de pesquisa peculiar. As narrativas são confluentes e livres das classificações temporais de “começo” ou de “fim” e das adjetivações que as opuseram simetricamente em “grandes” e “pequenas” narrativas (ALMEIDA, 2013,p.164). O autor afirma:

Os mapas produzidos no contexto destas mobilizações passam, portanto, a refletir não somente a diversidade social e a multiplicidade de seus respectivos pontos de vista e práticas, mas sobretudo uma situação de conflito e um conhecimento intrínseco às realidades locais, tanto agrupando, quanto distinguindo. Neste processo de distinção tem-se um ritual de passagem eminentemente político, que direciona este esforço analítico para determinações de existência diferenciadas. Há mobilizações que estão voltadas para a aprovação de leis, outras se empenham em lutas de “reconhecimento”, outras mais se mobilizam por seus territórios, enquanto outras ainda exigem medidas reparadoras e recusam qualquer “concessão”, num conhecido preceito de “conflito a todo custo” (ALMEIDA,2013,p.158).

Os “antigos” padrões têm sido dinamicamente retraduzidos pelos movimentos sociais que ora representam aquelas unidades de mobilização. A intensificação de suas práticas não-discursivas e discursivas, através das unidades de mobilização⁹⁴ que pressionam os aparatos do Estado, abre as portas para novos entendimentos da política. A

⁹⁴Segundo Almeida (2008b, p.32) unidades de mobilização refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura que requerem deslocamentos compulsórios.

política do tradicional promove ruptura com o tempo linear e traz a tona posturas políticas singulares, com raízes locais profundas e consciência ambiental, que não dissociam a luta econômica da luta identitária, recuperando territórios e consolidando as autodefinições (ALMEIDA, 2013, p.169).

Um dos efeitos mais perceptíveis deste processo de transformações sociais e que múltiplas mobilizações, que não se restringem aos povos e comunidades tradicionais ou “as minorias reprimidas”, estão rompendo com o monopólio dos aparatos de Estado de deter exclusiva e absolutamente a prerrogativa e os meios de mapear. Concomitantemente com o advento de “novas identidades coletivas” tem-se manifestações de uma capacidade operativa em torno do mapeamento social, desdizendo a camisa de força das identidades homogeneizadoras. As críticas às classificações prevalentes ganham força explicativa, fundadas no conceito de “cartografia social” (ALMEIDA, 2013, p.169).

A coordenadora geral do MIQCB, Maria Alaídes de Sousa⁹⁵, eleita em 2019, explica a importância do Mapa para as quebradeiras de coco:

Esse Mapa pra nós é legítimo porque é feito a partir das informações locais e quando vem dados da comunidade é confirmado a partir da vida de cada um que se encontra lá e também não é um Mapa só pra dizer a quantidade de quebradeiras de coco que têm lá, mas é pra dizer que ali têm mulheres e que ali tem juventude, que ali é necessário políticas públicas e que em algum ano houve raleamento⁹⁶ e que agora não precisa de raleamento. É interessante esse Mapa, pena que o recurso pra pesquisa não é tão abundante e é feito de forma pontuada, é o mínimo que a Cartografia tá trabalhando num mundo tão extenso quanto este do espaço geográfico do MIQCB (SOUSA, 18 DE SETEMBRO DE 2019).

Para Almeida (2013) a noção de “cartografia social” foi pensada para, além desta relevância, estabelecer relações de pesquisas intrínsecas, trazendo os agentes sociais referidos a povos e comunidades tradicionais para o próprio processo de produção deste conhecimento considerado fundamental à “nova descrição”. Cada uma delas afirmando seus direitos territoriais e sendo capacitadas para a marcação de pontos que materializam seu próprio território ou sua própria territorialidade específica.

Almeida esclarece:

⁹⁵ Entrevista concedida em 18 de setembro de 2019, São Luís /MA.

⁹⁶ Termo utilizado na agricultura que consiste em retirar as plantas em excesso, deixando o espaçamento ideal para o desenvolvimento das demais. No caso das palmeiras, este termo consta na Lei de Livre Acesso ao Babaçu do Município de Lago do Junco, no Projeto de Lei nº 01/2002, onde fica determinado no §1º - Serão permitidos os trabalhos de raleamento, desde que se obedeça a uma densidade de, no mínimo, 60 palmeiras por hectare, distribuídas de forma a evitar a concentração de palmeiras na área (SILVA, Linalva, 2018, p.72).

A luta pelos direitos territoriais e as práticas de delimitação das territorialidades específicas, mostram-se fundamentais à reprodução social do povo ou da comunidade, evidenciando uma forma de autoconsciência cultural coextensiva a consolidação do território. Romper também como mito de que um povo ou comunidade tem apenas uma e só uma identidade e que elas são constantes, singulares, permanentes e invariáveis. Atentar para suas contingências, pluralidades, provisórias e variabilidades. A identidade coletiva mostra-se dinâmica e não fica aprisionada no mito da comunidade fechada, guetificada, mas passa a ser vivida e pensada como algo que não esgota a identidade cultural de um povo ou comunidade e que, portanto, não se restringe ou fica sempre circunscrita aos mesmos rituais de instituição e aos mesmos sentimentos de pertencimento. A força política construída pelas mobilizações emancipa das amarras essencialistas (A.MEIDA,2013,p.173).

A “nova cartografia social” revela-se consoante estes meios e condições de possibilidades do presente, que facultam a identificação do território e a história social a povos e comunidades tradicionais, considerados “sem história” e “sem lugar” no mapa oficial. Estes povos só recentemente, sobretudo com as mobilizações que resultaram na Constituição de 1988, conquistaram o direito à representação política emancipados dos mediadores históricos. As prioridades de mapeamento são reivindicadas e estabelecidas através de mobilizações políticas, refletindo os interesses em construção ou recém-construídos por aqueles que sempre foram os “outros” mapeados seja pelo Estado, seja pelo Império. Este ato, embora aparentemente tardio, não quer dizer “retroceder na história”, ao contrário é um fato do tempo presente (ALMEIDA,2013,p.169).

CAPÍTULO 4- AS FORMAS ORGANIZATIVAS DAS QUEBRadeiras DE COCO: entre a pluralidade e a mobilização política

O objetivo deste capítulo trata das estratégias de resistência das quebradeiras como a criação do MIQCB que se articula com outras Formas Organizativas pela garantia à terra e pela preservação da Região Ecológica do Babaçu.

Segundo Rocha (2006) as quebradeiras lutavam contra a ação de proprietários de terras que proibiam ou dificultavam a atividade de coleta e quebra do coco, cercando as palmeiras que estavam em suas terras ou derrubando-as.

Mendes (2017) afirma, que as quebradeiras de coco babaçu não se calam aceitando essa violação e reivindicam incessantemente para que seu reconhecimento enquanto

comunidade tradicional não fique só no papel, lutando por sua identidade e pela preservação dos babaçuais

Adaildo Santos (2015), destaca que a união em torno de um objetivo comum, no que se reflete às lutas e reivindicações, são manifestações contra uma condição social histórica de marginalização, na qual muitos grupos sociais, ao longo da história, têm sofrido os mais variados tipos de violência e privações. É expondo seus pontos de vistas, necessidades e desejos, mesmo que estes não se enquadrem nos pontos de vistas da política adotada pelo Estado, que as comunidades enfrentam seus conflitos. Jacques Ranciere (1996), argumenta:

A política não é em primeiro lugar a maneira como indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e seus sentimentos. É antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro mundo sensível (RANCIERE, 1996, p.368).

No entanto, Adaildo Santos (2015) assevera que o sistema político nacional está arraigado e institucionalizado em concepções tradicionalistas, que dificulta o exercício pleno da cidadania, pois a elite que se encontra no poder, também possuem essas concepções ligadas a antiga aristocracia brasileira, trazem consigo práticas que impossibilitam ver e criar uma política voltada para os mais desfavorecidos. Forma política esta citada por Weber (1968), quando fala do poder tradicional, que era exercido pelo patriarca ou pelos proprietários de terras (WEBER, 1968, p. 57).

Por conseguinte, Shiraishi Neto (2013) explica que a negação dos direitos às minorias ao longo de sua história tem dificultado ainda mais a ação do Estado, na realidade, a omissão do Estado brasileiro, que se prolongou por décadas, acabou gerando um enorme déficit de direitos para os diversos grupos sociais, inclusive para as denominadas minorias (SHIRAISHI NETO, 2013, p. 23).

Fraser (2007) a despeito das minorias, analisa que a questão moral está relacionada ao conhecimento cultural de grupos considerados minoritários, isso não é apenas uma questão ética e de valor, afirma a autora, mas está intimamente ligada à questão moral. Não é uma busca pessoal pela autoestima ou conquista de uma felicidade pessoal, mas sim por instituições mais justas e igualitárias, e ao se tratar da questão ambiental não é apenas discutir recursos naturais e meios de sobrevivência de espécies, sustentabilidade e potencial econômico de determinado recurso natural, trata-se de uma questão moral, que está relacionada a todos aqueles que dela dependem. A terra e os recursos naturais são bens comuns que são cobiçados e disputados num campo de poder jurídico em que as minorias são deixadas de lado.

Para Casséte (2014, p.02) torna-se necessário interpretar as lutas por reconhecimento não como uma luta pela autoafirmação das identidades individuais ou de grupos específicos, mas sim a partir de uma perspectiva política normativa que compreende tais lutas como demandas por um status equitativo dos indivíduos como membros de uma mesma coletividade. É preciso um único princípio normativo que inclua as reivindicações justificadas quer de redistribuição, quer de reconhecimento, sem reduzir umas às outras.

Por sua vez Bauman (2005), em sua análise, explica que os discursos por justiça social, que outrora se centravam na distribuição, atualmente apresentam-se cada vez mais divididos entre reivindicações de redistribuição e reivindicações por reconhecimento:

[...] a guerra por justiça social foi reduzida a um excesso de batalhas por reconhecimento. “Reconhecimento” pode ser aquilo que mais faça falta a um ou outro grupo dos bem-sucedidos – a única coisa que parece estar faltando no inventário rapidamente preenchido dos fatores de felicidade. Mas, para uma parcela ampla e em rápido crescimento da humanidade, trata-se de uma ideia obscura que assim continuará sendo enquanto o dinheiro for evitado enquanto tema de conversa. (BAUMAN, 2005, p.44)

Já Rancière afirma que o reconhecimento dessas desigualdades passa pela compreensão de que a construção da cidadania liberal da ideia de ‘povo’ e unidade política repousa sobre um processo de produção contínuo de hierarquias e expressão, que acabam sendo mascarados pela concepção da universalidade de direitos⁹⁷ (apud CASSÉTE, 2014, p.08).

Assim, Fraser (2007) por justiça social, propõe o princípio de paridade de participação⁹⁸. De acordo com essa norma, a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros (adultos) da sociedade interagir uns com os outros como parceiros. A autora enfatiza que são necessárias pelo menos duas condições⁹⁹ para que a paridade participativa seja

⁹⁷Nesse sentido, segundo Casséte (2014, p.08) o que Rancière propõe é o exercício de pensar o campo político como essa luta permanente para trazer à tona os conflitos que marcam a própria estrutura da vida conjunta, de modo que a democracia é o “combustível” que dá movimento para que essa luta ocorra, permitindo aos grupos excluídos - para os quais não é dada voz ou visibilidade – a superação de sua condição de separação da experiência coletiva.

⁹⁸Segundo Fraser (2007, p.118) “paridade” significa a condição de ser um par, de se estar em igual condição com os outros, de estar partindo do mesmo lugar e a autora questiona até que grau ou nível de igualdade é necessário para assegurar tal paridade. Na sua formulação, além disso, o requerimento moral é que aos membros da sociedade seja garantida a possibilidade de paridade, se e quando eles escolherem participarem em uma dada atividade ou interação. A autora salienta, que não há nenhuma solicitação para que todos realmente participem em qualquer atividade.

⁹⁹Primeiro, a distribuição dos recursos materiais deve dar-se de modo que assegure a independência e voz dos participantes, que a autora denomina *condição objetivada* paridade participativa, que exclui formas e níveis de desigualdade material e dependência econômica que impedem a paridade de participação. Desse modo, são excluídos os arranjos sociais que institucionalizam a privação, a exploração e as grandes disparidades de riqueza, renda e tempo livre, negando, assim, a algumas pessoas os meios e as oportunidades de interagir com outros como parceiros. A segunda condição requer que os padrões institucionalizados de valoração cultural expressem igual respeito a todos os participantes e assegurem igual oportunidade para alcançar estima social, que a autora

possível. A busca pela justiça social¹⁰⁰ para Fraser (2007) dependeria, portanto, de uma estrutura social capaz de impedir objetivamente que condições de exclusão, opressão, privação fossem reproduzidas no âmbito coletivo, de forma a “negar meios e oportunidades às pessoas agirem como iguais diante de seus pares”.

Ao analisar a redistribuição e o reconhecimento como duas dimensões mutuamente irreduzíveis da justiça, amplia-se a sua concepção usual de modo a abarcar injustiças quer de estatuto, quer de classe. Ao submeter ambas as dimensões à norma englobante da paridade participativa, esta abordagem oferece um só critério normativo para avaliar tanto a estrutura econômica como a ordem de estatuto. Assim, constitui o tipo de concepção lata de justiça de que precisamos a partir do momento em que resolvemos tratar a globalização nem como fatalidade nem como utopia, mas como um processo que envolve tanto recursos como riscos (FRASER, 2002, p.13).

O que Nancy Fraser (2007) chama de paridade de participação é, portanto, a própria concepção democrática para Rancière: um processo de reconhecimento pautado na busca pela independência e “voz” dos indivíduos no espaço público. A teoria do reconhecimento é congruente com as preocupações explicitadas por Rancière, que podem ser traduzidas no entendimento de que o visível, isto é, aquilo que está imediatamente dado, esconde o invisível que o determina (MACNAY, 2008 apud CASSÉTE, 2014, p.15). Por sua vez Adaildo Santos (2015) afirma que para acontecer uma paridade participativa e efetiva são necessárias que sejam construídas condições de satisfação, onde elas só serão possíveis por meio de condições subjetivas e intersubjetivas.

Por conseguinte, Fraser (2007) introduz a perspectiva dos movimentos sociais como o foco primordial das lutas por reconhecimento. Gorczevisk (2011) ao abordar sobre os movimentos sociais nesse sentido, salienta que os movimentos se apresentam, como

denomina *condição intersubjetiva* de paridade participativa, que exclui normas institucionalizadas que sistematicamente depreciam algumas categorias de pessoas e as características associadas a elas. Nesse sentido, são excluídos os padrões institucionalizados de valores que negam a algumas pessoas a condição de parceiros integrais na interação, seja sobrecarregando-os com uma excessiva atribuição de “diferença”, seja falhando em reconhecer o que lhes é distintivo. Tanto a condição objetiva quanto a condição intersubjetiva são necessárias para a paridade de participação. Nenhuma delas sozinha é suficiente (FRASER, 2007, p.119).

¹⁰⁰ A abordagem que a autora propõe requer que se olhe para a justiça de modo bifocal, usando duas lentes diferentes simultaneamente. Vista por uma das lentes, a justiça é uma questão de distribuição justa; vista pela outra, é uma questão de reconhecimento recíproco. Cada uma das lentes foca um aspecto importante da justiça social, mas nenhuma por si só basta. A compreensão plena só se torna possível quando se sobrepõem as duas lentes. Quando tal acontece, a justiça surge como um conceito que liga duas dimensões do ordenamento social – a dimensão da *distribuição* e a dimensão do *reconhecimento*. Consequentemente, o remédio está na redistribuição, também entendida em sentido lato, abrangendo não só a transferência de rendimentos, mas também a reorganização da divisão do trabalho, a transformação da estrutura da posse da propriedade e a democratização dos processos através dos quais se tomam decisões relativas ao investimento e também o outro remédio é, portanto, o reconhecimento, igualmente em sentido lato, de forma a abarcar não só as reformas que visam revalorizar as identidades desrespeitadas e os produtos culturais de grupos discriminados, mas também os esforços de reconhecimento e valorização da diversidade, por um lado, e, por outro, os esforços de transformação da ordem simbólica e de desconstrução dos termos que estão subjacentes às diferenciações de estatuto existentes, de forma a mudar a identidade social de todos (FRASER, 2002, p.11-12).

interlocutores diretos da ação política, denunciando a existência de expectativas sensíveis defraudadas pelo sistema, cuja realização poderia definir o pressuposto da própria capacidade de decisão autônoma do sujeito, inabilitando, assim, em sua raiz qualquer pretensa caracterização democrática.

Na percepção de Rancière (2012) essas mudanças no cenário político se refletem, pois a participação política tem criado uma nova cultura política, em que a participação se torna mais participativa, deixando de ser mero espectador e passa a ser participativo. Para o autor:

A emancipação, por sua vez, começa quando se questiona a oposição entre olhar e agir, quando se compreende que as evidências que assim estruturam as relações do dizer, do ver e do fazer pertencem à estrutura da dominação e da sujeição. Começa quando se compreende que olhar é também uma ação que confirma ou transforma essa distribuição das posições. O espectador também age, tal como o aluno ou o intelectual. Ele observa, seleciona, compara, interpreta. (...) Assim, são ao mesmo tempo espectadores distantes e intérpretes ativos do espetáculo que lhes é proposto (RANCIÈRE, 2012, p. 17).

Rancière ressalta, que essa ruptura inicial é de natureza violenta, porém não uma violência que imprime opressão, mas uma violência transgressora que “concede visibilidade aos invisíveis, que dá nome aos anônimos, e que torna audível o que antes era apenas percebido como mero barulho” (RANCIÈRE, 2007, p.85).

Nessa perspectiva, Barbosa (2008) destaca que diversos agentes, movimentos e instituições, foram importantes para o processo de articulação das quebradeiras de coco babaçu, dentre os quais a Igreja Católica. Segundo a autora, a Igreja Católica mantinha contato com as quebradeiras de coco através de padres e missionários das Comunidades Eclesiais de Base¹⁰¹ (CEBs). Esse contato também era mantido por meio de algumas organizações como a Cáritas¹⁰², fundada em 1956; a Animação dos Cristãos no Meio Rural¹⁰³ (ACR), criada em

¹⁰¹ As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) criadas nos anos 1960, são comunidades inclusivistas ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas se espalharam principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial e de carências e compostas principalmente por membros insatisfeitos das classes populares e despossuídos, vinculadas a uma igreja ou a uma comunidade com fortes vínculos, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida, com a realidade política e social em que vivem .

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidades_Eclesiais_de_Base. Acesso em: 5 ago. 2019.

¹⁰² A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural. Fundada no Brasil em 12 de novembro de 1956, a Cáritas Brasileira faz parte da Rede Caritas Internationalis, presente em 165 países e territórios. Reconhecida como entidade de utilidade pública federal, ela também é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Disponível em: <http://caritas.org.br/quem-somos>. Acesso em: 3 ago. 2019.

¹⁰³ Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) criada em 1965. Vinculada à CNBB, a entidade, de atuação no Nordeste brasileiro, propunha-se a organizar e mobilizar os trabalhadores rurais daquela região, realizando

1965; a Comissão Pastoral da Terra¹⁰⁴ (CPT), instituída em 1975; a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos¹⁰⁵ (SMDH); o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural¹⁰⁶ (CENTRU); a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão¹⁰⁷ (ASSEMA); setores partidários e intelectuais.

Barbosa (2008) ressalta, que a ação da Igreja Católica foi fundamental nos conflitos, pois com seu apoio os trabalhadores rurais foram muitas vezes poupados de violência e suas mobilizações e denúncias tiveram maior visibilidade, também a Comissão Pastoral da Terra, o Centro de Educação Popular de Esperantina¹⁰⁸ (CEPES) passaram a se comunicar e transmitir as mesmas demandas e ideias, de modo que se viu uma homogeneidade de temas e realidades nos quatro estados Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins.

A partir da comunicação entre grupos de mulheres desses quatro estados que o movimento toma corpo e organiza essas regiões de modo que se formaliza a figura MIQCB, sem que os entes se dissolvessem. Portanto, se cria uma organização paralela que gera sentimento de orgulho, de identidade e de grupo às quebradeiras de coco. Nesse processo de garantia de terra, de reconhecimento, as quebradeiras no final da década de 1980, inspiradas pela luta dos seringueiros contra a derrubada dos seringais no Acre, começam a se organizar em mutirões para impedir a derrubada de palmeiras de babaçu. A devastação dos babaçuais

pesquisas e ações que serviam de subsídios à formação e ao “ânimo” dos trabalhadores rurais, constituindo-se como um importante meio para a denúncia das situações extremas por eles vividas. Disponível em: <http://www.nmspp.net.br/acervo/documentacao/IG%20ACR%202015.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

¹⁰⁴Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e nascido em 22 de junho de 1975, durante o Encontro de pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB e realizado em Goiânia (GO). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o_Pastoral_da_Terra. Acesso em: 5 ago. 2019.

¹⁰⁵Criada em 12 de fevereiro de 1979 a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), é uma entidade da sociedade civil de natureza pública e espaço político de denúncia contra o arbítrio e a violência, fatos comuns durante o regime ditatorial. Para isso, adotou como estratégias de ação a mobilização popular, educação de base e apresentação de denúncias de violações de direitos. A atuação nesse ou naquele momento era centralizada na grande São Luís/MA. Disponível em: <http://smdh.org.br/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

¹⁰⁶O Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) foi fundado na década de 1980 ainda sob a égide do governo militar brasileiro e inicialmente atuava nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia. Posteriormente, em 1984, foi fundado no Maranhão com propósitos de ser uma entidade de assessoria a dirigentes sociais no campo para desempenharem suas funções nos espaços institucionais de representação da classe trabalhadora rural (associações, sindicatos e cooperativas). (NÓBREGA, 2015, p.59)

¹⁰⁷A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), é uma organização de natureza associativista, sem fins lucrativos e/ou econômicos e possui caráter regional. Fundada em 1989, a instituição é dirigida por agricultores (as) extrativistas do coco babaçu, que compõem e representam associações de mulheres extrativistas, comunidades quilombolas, associações de assentamentos, cooperativas de produção e comercialização, sindicatos rurais, associações de jovens e grupos produtivos informais. Disponível em: https://assema.org/?page_id=23. Acesso em: 3 ago. 2019.

¹⁰⁸Criado em 1984, na cidade de Esperantina/PI, o Centro de Educação Popular Esperantina (CEPES), tem a finalidade de servir à organização dos movimentos sociais populares e do movimento sindical urbano e rural, com atuação em parte dos municípios da região norte do estado.

Disponível em: <http://piaui.portalbrasilcontemporaneo.com.br/verbete/os-novos-movimentos-sociais-no-piaui/> Acesso em: 3 ago. 2019.

ameaçava a reprodução cultural e a sobrevivência das quebradeiras. (ACTIONAID BRASIL, 2015).

Nesse cenário de lutas e mobilizações, o conflito agrário fez a resistência das quebradeiras. Nas últimas décadas, as quebradeiras reivindicaram espaços políticos, criando e participando desses espaços, como os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais¹⁰⁹ (STTRs), Clubes de Mães¹¹⁰, associações e a criação do seu próprio MIQCB. A criação desse Movimento resultou em conquistas políticas, de acesso ao mercado, conquistas de garantia a territórios, como a luta histórica por criação de reservas extrativistas, pela criação de Leis Babaçu Livre¹¹¹, fortalecendo a luta por direitos e a identidade dessas mulheres (MENDES, 2017, p.22).

Quadro 4 - Formas Organizativas atuantes na Região Ecológica do Babaçu

Organização	Sede	Município	Estado
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu- MIQCB	São Luís (Escritório Central)	São Luís	MA PI PA TO
Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais- AMTR ¹¹²	Lago dos Rodrigues	Lago dos Rodrigues e Lago do Junco	MA
Associação das Quebradeiras de Coco da	São Félix	Imperatriz	MA

¹⁰⁹Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTRs), de modo geral, em todos os municípios há um sindicato que é uma organização de representação e luta dos direitos dos agricultores familiares a nível local e que tem desenvolvido ações de processos coletivos para conquista de direitos e garantia de vida digna no campo. Disponível em: <http://www.apato.org.br/parceiros/entidades-parceiras/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

¹¹⁰A Associação dos Clubes de Mães caracteriza-se pela possibilidade à participação da comunidade, com o intuito de tornar viável a todas as famílias o acesso à assistência social e à capacitação e estabelece parcerias com outros órgãos municipais e instituições de ensino afim de um melhor atendimento. Disponível em: <http://clubedemaesumarama.org.br/slider-page/sobre-nos/>. Acesso em: 2 ago. 2019. O Clube de Mães, nesse contexto, representa um espaço difusor de debates político-sociais simultâneos em que a noção de direitos começou a tomar forma através da política e da organização das quebradeiras de coco pautada na semelhança de problemas vividos pelas mulheres e suas famílias, com grande contribuição de mediadores externos que, na época, desenvolviam trabalhos de assessoria em organizações coordenadas por representantes da Igreja Católica (SILVA, Linalva, 2018, p.84).

¹¹¹ Segundo Mendes (2017), as Leis Babaçu Livre são leis que regulamentam a derrubada de babaçu e garantem o livre acesso aos babaçuais. Atualmente, como resultado de articulações das quebradeiras de coco, através de suas organizações, destacam-se o MIQCB e ASSEMA. As quebradeiras de coco conseguiram a aprovação de 14 leis municipais e 01 lei estadual do Babaçu Livre. As leis garantem o livre acesso aos babaçuais, libertando-as da quebra de meia, terça e outras obrigações impostas pelos ditos “proprietários” e pelos encarregados das fazendas. Para mais informações consultar Shiraiishi Neto (2006).

¹¹² Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR) foi criada em 1989 pelas mulheres quebradeiras de coco babaçu, como um instrumento político de enfrentamento contra o latifúndio que dominava os babaçuais da região. Atualmente, com 102 associadas de 14 comunidades rurais, a associação apoia as quebradeiras na comercialização de sabonete e sabão da marca Babaçu Livre e papel reciclado com fibras de babaçu. A associação luta pela conservação do babaçu e pela valorização das atividades extrativistas ligadas a ele, além do livre acesso das quebradeiras aos babaçuais.

Disponível em: <http://www.cerratinga.org.br/amtr-maranhao/>. Acesso em: 4 ago. 2019.

Estrada do Arroz ¹¹³			
Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU	Imperatriz	Imperatriz	MA
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão-ASSEMA	Pedreiras	Pedreiras	MA
Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista do Extremo Norte- ARENT ¹¹⁴	Vinte Mil	Augustinópolis	TO
Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio- ASMUBIP ¹¹⁵	São Miguel	São Miguel	TO
Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis- COPPAESP ¹¹⁶	Esperantinópolis	Esperantinópolis	MA
Centro de Educação Popular de Esperantina- CEPES	Esperantina	Esperantina	PI
Associação das Mulheres de São Domingos do Araguaia	São Domingos do Araguaia	São Domingos do Araguaia	PA

Fonte: Almeida et al. 2005.

¹¹³ A Associação das Quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz é uma associação que luta pelos direitos das quebradeiras de coco junto ao poder público e pelo fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu. Disponível em: <http://www.ma10.com.br/2017/02/22/conselho-comunitario-das-quebradeiras-de-coco-babacu-comemora-dois-anos/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

¹¹⁴ Associação da Reserva Extrativista Extremo Norte do Tocantins (ARENT). A comunidade tradicional se organiza com a implantação e a exploração de babaçu e produção de óleo com comercialização inicial para o mercado europeu, principalmente para indústrias de cosméticos e farmacêutica. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/populacoestracionais/producao-e-uso-sustentavel/uso-sustentavel-em-ucs/250-reserva-extrativista-extremo-norte-do-estado-do-tocantins>. Acesso em: 3 ago. 2019.

¹¹⁵A Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP) Criada em 1992 com o objetivo de organizar as mulheres trabalhadoras rurais, organizadas em núcleos, para garantir e lutar pelos direitos das mulheres, da sua afirmação na sociedade e da produção econômica dos produtos agroextrativistas com destaque para o babaçu. Disponível em: <http://www.apato.org.br/parceiros/entidades-parceiras/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

¹¹⁶A Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COPPAESP) tem por objetivo comercializar os produtos dos trabalhadores rurais e das quebradeiras de coco babaçu. Atualmente conta com 65 associados e trabalha com a produção do mesocarpo Bio Nutri. Em sua base de apoio, a organização conta com quatro núcleos de produção de flocos de mesocarpo nos povoados de Jiquiri, São José, Palmeiral e Centro do Coroatá, todos no município de Esperantinópolis.

Disponível em: <http://www.centraldocerrado.org.br/comunidades/coppaesp/>. Acesso em: 3 ago. 2019.

Tal nível de organização das quebradeiras representa um diferencial de organização frente a muitos movimentos sociais, por ultrapassar o âmbito da reivindicação, e criar para elas, alternativas que garantam o desenvolvimento e sustentação de sua atividade (BARROS, 2013, p.04).

As Formas Organizativas, como sindicatos, as associações e cooperativas, além de movimentos de vários grupos sociais como trabalhadores rurais, lavradores, agricultores familiares, assentados, pescadores, quilombolas, quebradeiras de coco, agroextrativistas segundo Nóbrega, (2015, p.53) demonstram a capacidade de mobilização, organização e principalmente resistência de categorias que lutam pelos seus direitos de reconhecimento de seus territórios e identidades coletivas. Nesse sentido, é importante entender que o processo de resistência camponesa tem se transformado e reeditado suas formas de acordo com a dialética do momento histórico. A autora enfatiza que as estratégias de resistência desses grupos sociais em antagonismo à expansão do capitalismo materializado no agronegócio e suas *commodities* perpassam por uma reprodução social que atua interna e externa ao Estado. Essas estratégias se apresentam de várias formas, pela transmissão oral dos conhecimentos, estabelecimento de relações afetivas familiares e comunitárias; conhecimento acerca dos bens naturais acumulados através da observação, de práticas medicinais e culinárias e a forma de organização espacial em seus territórios.

O Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais, produzido em 2015, destaca inclusive, Formas Organizativas que surgiram em articulação com as quebradeiras de coco, como a União das Mulheres de Batalha, a Associação Quilombola, a Associação do Bairro Novo, o Assentamento com Quebradeiras Organizadas que se vinculam no enfrentamento contra os antagonistas. As Formas Organizativas se associam também aos Museus da Casa Branca, Banco Comunitário Cocais, com isto, as quebradeiras investem em Centros de Formação com oficinas com objetivo de construir coletivamente os conceitos, conteúdos, metodologias e grades programáticas de cursos modulares, nas lideranças de jovens para dar continuidade ao seu trabalho.

Por conseguinte, Almeida (2008b), esclarece que as práticas sociais exercidas por cada grupo criam novos valores e costumes, ou seja, se adaptam diante de seus enfrentamentos. A cultura, assim como suas identidades são dinâmicas, e fortalece as Formas Organizativas na luta pela preservação dos babaçuais e o acesso à terra.

4.1- O movimento que gerou o MIQCB

As quebradeiras de coco babaçu fazem parte de um movimento feminino interestadual denominado Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que abrange os estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. As integrantes do Movimento são extrativistas, donas de casa, mulheres, mães, avós, esposas, trabalhadoras rurais. O MIQCB é responsável pela união das quebradeiras em prol de sua autonomia, preservação do ecossistema, subsistência e de sua cultura passada de geração a geração (HAGINO, 2007, p.3).

De acordo com Nóbrega (2015, p.54) o MIQCB foi criado como um exemplo de iniciativa e experiência organizativa sócio-produtiva para lutar pela garantia e pelo direito a terra e ao acesso livre aos babaçuais e expressa significativa força política à medida que influencia nas políticas públicas a exemplo da aprovação e homologação da lei do Babaçu Livre nos municípios de Lago do Junco e Imperatriz, no Maranhão. O dispositivo legal garante às quebradeiras de coco o direito de livre acesso e uso comum dos babaçuais, impondo restrições às derrubadas de árvores.

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu surge, em defesa dos babaçuais e da posse da terra. Teve como protagonistas as mulheres, que começaram a se reunir em clubes de mães, e, também, em reuniões das mulheres de comunidades rurais (BOLONHÊS, 2013). Essas mulheres lutavam contra o impedimento dos proprietários de terras que proibiam ou dificultavam a atividade de coleta e de quebra do coco, cercando as palmeiras que estavam em suas terras ou derrubando-as (ROCHA, 2006).

A criação do MIQCB acontece a partir das discussões realizadas no Grupo de Estudos das Quebradeiras de Coco Babaçu, em meados de 1989 e, institucionalizado em 2002, quando foi criada a Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB), constituindo-se em uma organização de mulheres trabalhadoras rurais, que se aglutinam a partir de critérios de luta em defesa do ambiente, com a proposta de agroextrativismo do coco babaçu (RÊGO, 2006, p.06).

Maria de Jesus Ferreira Bringelo, conhecida como Dona Dijé, quebradeira de coco, do quilombo de Monte Alegre, de São Luiz Gonzaga/MA, do Médio Mearim, fundadora e liderada do MIQCB, falecida em 14 de setembro de 2018, aos 67 anos, em uma entrevista em 2014, para Leididaina Silva¹¹⁷, explica o motivo da criação do Movimento:

¹¹⁷ Leididaina Araújo e Silva possui Mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia-IBICT/Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (2014). Especialização em Educação Tecnológica pelo CEFET/RJ (2016). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (2011). Atualmente é Analista Ministerial/Bibliotecária no Ministério Público do Estado do Amapá e Delegada do Conselho Regional de Biblioteconomia 2ª Região CRB2.

[...] então a gente se organizou pra que a gente não perdesse o nosso trabalho, porque de qualquer maneira a nossa mão de obra é trabalhar, quebrar coco, é uma forma de ter dinheiro, que quando eu quebro o coco eu tenho meu próprio dinheiro, e era uma luta também, porque se nós estamos em quatro estados é porque a luta de uma mulher de um estado não era diferente da luta da outra; a questão é essa, a de manter o babaçu em pé, mas pra isso a gente precisa ter terra, porque se não tiver terra não tem babaçu (BRINGELO, 2014 apud SILVA, Leididaina, 2014, p.57).

Segundo Gleys Santos (2011) é importante perceber que o MIQCB surge na década de 1980 e, emerge na mesma época que outros movimentos sociais no país, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) aumentando o número de sindicatos no campo ligados aos trabalhadores rurais, que discutiam a ocupação do espaço, questionando quem ocupa e por que o faz.

A quebradeira de coco, Maria Querobina Silva Neta¹¹⁸, da Vila Conceição, de Imperatriz/MA, uma das fundadoras do Movimento, esclarece como surgiu o MIQCB:

O primeiro momento, quando surgiu o MIQCB, se deu a gente se encontrando nas CEBs, nos encontramos com o pessoal de Caxias e de Tocantins. E lá tinha uma luta com os assentamentos e dona Raimunda Gomes¹¹⁹ que morreu um tempo desse, já lutava pelos babaçuais e aqui no Maranhão se deu através da ASSEMA, de Pedreiras e a ASSEMA foi nossa madrinha de vários projetos do MIQCB, pra a gente tá fazendo encontros, juntando mulher de um lado e do outro pra conversar, trocar ideias e aí surgiu a ideia de ter um movimento das quebradeiras. O Movimento Interestadual se deu porque a gente já trocava ideias com Tocantins e depois de três anos se estendeu pro Piauí e depois de alguns anos se estendeu pro Pará e aí surgiu o MIQCB nos quatro estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará. E aí foi se expandido para as comunidades, criando grupos de quebradeiras e fomos levantando a questão política do Movimento. E se sentiu a necessidade de criar uma associação do MIQCB e se expandiu em várias partes do Maranhão com grupos de quebradeiras. O MIQCB surgiu de uma grande necessidade que a gente tinha na época de lutar contra a derrubada das palmeiras, contra a pecuária dos grandes projetos e depois vieram as siderúrgicas, de Açailândia pela Vale do Rio Doce, que montou empresas de desmanchar ferro, metalúrgicas e começaram a adquirir o coco pra fazer carvão pra as guseiras e aí foi outra luta contra a queima do coco inteiro e aí surgiu a ideia do MIQCB virar uma ideia institucionalizada. Vamos criar uma lei municipal no município pra defender os babaçuais e aí o Movimento foi se empoderando, de

Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/6382030/leididaina-araujo-e-silva>. Acesso em: 10 ago. 2019.

¹¹⁸ Entrevista concedida em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar /MA.

¹¹⁹Raimunda Gomes da Silva, foi uma quebradeira de coco, trabalhadora rural, líder comunitária e ativista política, uma das fundadoras do MIQCB, falecida aos 78 anos, no dia 07 de novembro de 2018, no assentamento Sete Barracas, em São Miguel do Tocantins, no extremo norte do estado do Tocantins. Quebradeira de coco babaçu, líder comunitária e ativista política de destaque nacional, Dona Raimunda foi um exemplo de mulher de coragem e determinação que sempre lutou pelos direitos das trabalhadoras rurais e das agroextrativistas. Também foi responsável pela Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e umas das fundadoras da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP). Premiada e reconhecida nacionalmente por seu trabalho, ela recebeu o título de Doutora Honoris Causa da Universidade Federal do Tocantins juntamente com o filósofo francês Edgar Morin e o Diploma Mulher-Cidadã Guilhermina Ribeira da Silva, Assembleia Legislativa do Tocantins e o Diploma Bertha Lutz, Senado Federal. Disponível em: <https://www.miqcb.org/single-post/2018/11/08/Nota-de-Pesar-MIQCB-perde-uma-de-suas-fundadoras>. Acesso em: 02 set. 2019.

bandeiras de luta e assim surgiu o MIQCB no Maranhão, devido a necessidade das mulheres se organizarem, pois era muito desorganizado, pois cada uma fazia do seu jeito(SILVA NETA, 28 DE AGOSTO DE 2019).

A consciência ecológica combinada com fatores de gênero e com critérios político-organizativos, que privilegiam as mobilizações por situação de conflito, tem se constituído em um dos pilares da identidade coletiva das quebradeiras de coco objetivada em movimento social. O Movimento representa os interesses sociais, políticos, econômicos e culturais das quebradeiras, possibilitando à elas a autoestima, fortalecimento da identidade, visibilidade e reconhecimento. Sua missão é organizar as quebradeiras para conhecerem seus direitos, assim como a busca pelo acesso livre ao território, à palmeira de babaçu e demais recursos naturais, além de lutar pela melhoria das condições de vida no campo, especialmente das mulheres, crianças e juventude (MIQCB, 2018).

A coordenadora geral do MIQCB, Maria Alaídes de Sousa¹²⁰, eleita em 2019 explica o que representa o MIQCB para ela e quais são os objetivos do Movimento:

É um grupo de mulheres que estão inseridas dentro do mundo da busca da defesa e reconhecimento da identidade, é um Movimento de mulheres de todas as cores e todas as raças, são mulheres que têm dupla identidade, negras, quilombolas, trabalhadoras rurais, extrativistas. O MIQCB é luta, é resistência, o MIQCB é busca de espaço. Os objetivos gerais é manter unidas as quebradeiras dos quatro estados, do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, na luta pela conservação das palmeiras e tendo como linhas de trabalho Terra e Território, Educação Contextualizada e a produção dentro de Terra e Território, a produção agroecológica com a inserção da juventude (SOUSA, 18 DE SETEMBRO DE 2019).

Segundo Rêgo (2004) a ideia de homogeneização do território não se aplica à formação e consolidação do Movimento das quebradeiras, tendo em vista a diversidade nas formas de ocupação e uso do espaço e dos recursos naturais por parte delas. Muito embora os discursos das quebradeiras organizadas em movimento estejam vinculados à preservação dos babaçuais, não se pode falar em uma homogeneidade territorial na ação, há uma descontinuidade entre as áreas de ocorrência de babaçu e espaços de atuação política do MIQCB (BARBOSA, 2013, p.204).

O MIQCB realiza atividades como encontros, reuniões, seminários, participações em audiências públicas com autoridades. As reivindicações, a produção das quebradeiras e todas as atividades relacionadas à questão política e social do Movimento são tratadas na sede, localizada em São Luís/MA. Tem como visão ser referência na valorização dos conhecimentos tradicionais, preservação dos babaçuais, mobilização e participação das quebradeiras nos espaços e processos de tomada de decisão e na melhoria das condições socioeconômica de suas

¹²⁰ Entrevista concedida em 18 de setembro de 2019, São Luís/MA

famílias, comunidades e territórios. O Movimento tem uma equipe técnica multidisciplinar que atua de forma integrada no desenvolvimento de um portfólio de projetos e ações coordenadas por uma direção executiva constituída por quebradeiras de coco, que juntos constroem e consolidam cotidianamente o MIQCB.

O Movimento revelou a essas mulheres suas lutas contra a exclusão feminina, que a classe dominante tenta impor, o que fez com que a vida das quebradeiras de coco melhorasse muito ao se reconhecerem ativas socialmente e economicamente. Tal força pode ser refletida nas diferentes atividades proporcionadas pelo grupo, que não apenas anseia tirar seu sustento com a venda do coco e dos produtos produzidos a partir desta matéria prima, como o azeite, farinha e sabonete, mas assume principalmente a busca pela educação e conscientização das quebradeiras, promovendo discussões em grupos nas diferentes comunidades de todos os estados, liderados pela assessoria e diretoria de cada estado, que tiveram oportunidade de estudar no ensino superior e acesso aos professores de diferentes universidades que conhecem e apoiam o MIQCB.

Em seu relato, Dona Áurea¹²¹, quebradeira de coco, de Codó/MA, comentada a importância do MIQCB em sua vida:

Eu agradeço a maior parte do que sabemos, de muitos lugares que a gente já andou, de não ter medo de pegar no microfone pra falar, eu agradeço ao MIQCB. [...] Quando nós passamos a fazer parte dessa entidade, eu não gostava de dizer ao microfone, que eu já ficava com medo, as companheiras nunca tinham viajado pra lugar nenhum. Eu fui vice-presidente [da associação] por dois mandatos. O MIQCB doou aquela forrageira, que tem sido o nosso braço direito da fabricação do nosso azeite porque antigamente pisava no pilão. O MIQCB fez a doação dessas panelas que hoje têm aqui. Também foi o MIQCB que doou pra gente. O MIQCB tem sido um professor pra gente, fomos em vários eventos em Pedreiras, tudo por conta deles, a gente não gasta nada. A gente só têm a agradecer, pois se a gente tá nesse patamar é por causa do nosso parceiro que tem nos ensinado muito. (VINHAS, 2014 apud BRITO, 2016, p.23)

A quebradeira de coco, e coordenadora do MIQCB, da Regional da Baixada Maranhense, Maria Antônia dos Santos¹²² esclarece a importância do MIQCB para ela:

O MIQCB pra mim é uma família, é como se fosse um pai, uma mãe, depois que eu entrei no MIQCB, se antes eu tinha força pra lutar, agora eu tenho muito mais. Trabalhar. Fazer aquilo que eu sempre quis. É um companheirismo muito forte, eu e as outras coordenadoras pra população das comunidades das seis regionais que temos. O MIQCB é um exemplo muito forte de luta. Em 2012 eu já acompanhava o MIQCB, eu tinha um filho que era motoqueiro do MIQCB há alguns anos e em 2012 eu perdi esse filho. Um bandido tirou a vida dele e eu só tinha esse filho e eu parei e disse que

¹²¹ Áurea Maria das Vinhas, presidente da Associação Comunitária dos Trabalhadores no Beneficiamento do Coco Babaçu, Codó/MA, 2014 (BRITO, 2016, p.23).

¹²² Entrevista concedida em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar/MA.

não ia mais pro grupo, porque eles poderiam me lembrar ele, mas eu disse: eu não posso parar e eu não recuei. Nessa época, eu fui convidada pra ingressar no MIQCB e eu disse eu vou fazer isso que o meu filho sempre desejava, que ele só ia sair do MIQCB se fosse por morte, que ele gostava muito do Movimento, ele era respeitador, as quebradeiras gostavam dele, viajavam com ele de moto no inverno, de canoa, ligavam pra ele, pra dizer que tal dia estariam aí e ele recebia elas em Penalva, que ele morava lá e iam pra minha casa e ele já sabia que eu tinha um cuidado pra receber elas e eu fiquei com isso na mente e um desejo de continuar, aquilo que ele tanto queria e que não pôde continuar e eu sentia a presença dele mais forte pra lutar e estou aqui (MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS, 28 DE AGOSTO DE 2019).

O MIQCB, após sua formação, começou a ter apoio de agências de financiamento como Fundação Ford¹²³, ActionAid¹²⁴ e União Europeia¹²⁵, que apoiam seus encontros, colaboram na produção de relatórios, livros, revistas sobre o Movimento em prol das quebradeiras, também fomentam projetos sociais executados pelo MIQCB através de oficinas de treinamento e capacitação para jovens e quebradeiras promovendo técnicas de agricultura sustentável.

O MIQCB apoia a produção e comercialização das comunidades tradicionais, desde 2004, quando iniciou as primeiras unidades de produção. Em 2009, criou a Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (CIMQCB) organizando-a em grupos comunitários produtivos para comercialização e beneficiamento dos subprodutos oriundos do aproveitamento integral do babaçu.

Segundo Leididaina Silva (2014) tal cooperativa foi fundada com o objetivo de comercializar legalmente os produtos derivados da palmeira de babaçu, pois o MIQCB, por se tratar de um movimento, não poderia fazer esse tipo de comercialização. De acordo com a autora para facilitar o processo de comercialização, em cada regional do Movimento, funciona uma cooperativa. Os principais produtos comercializados pelas cooperativas do MIQCB são: azeite e óleo de babaçu (extraído da amêndoa), farinha de babaçu (amido extraído do mesocarpo), sabão e sabonete de babaçu (fabricados a partir do óleo de babaçu), carvão de babaçu (fabricado a partir do endocarpo) e os diversos artesanatos (bolsas, jogos para pratos,

¹²³ A Fundação Ford, fundada em 1934 em Detroit, entidade esta sediada em Nova Iorque, Estados Unidos. Segundo seus instituidores foi criada para financiar programas de promoção da democracia e redução da pobreza. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Fundação_Ford. Acesso em: 10 jun. 2019

¹²⁴ A ActionAid é uma organização não governamental internacional cujo objetivo principal é trabalhar contra a pobreza em todo o mundo. Trabalha com comunidades, muitas vezes por meio de organizações parceiras locais, em uma série de questões de desenvolvimento. Fundada em 1972, sua sede está localizada na África do Sul, com hubs na Ásia, nas Américas e na Europa. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/ActionAid>. Acesso em: 8 jun. 2019.

¹²⁵ A União Europeia e os países da UE são responsáveis por mais de metade de toda a ajuda ao desenvolvimento, sendo, coletivamente, o maior doador mundial. Esta ajuda beneficia sobretudo os países menos desenvolvidos e de baixo rendimento. Disponível em: https://europa.eu/european-union/topics/development-cooperation_pt. Acesso em: 6 jun. 2019.

esteiras, abanos, cestaria em geral, chapéus, peneiras, colares, pulseiras, brincos, etc.) produzidos a partir da palha da palmeira de babaçu(SILVA, Leididaina, 2014,p.35).

Sobre o CIMQCB, nodia 26 de julho de 2019, foi inaugurada a Panificadora Delícias do Babaçu¹²⁶ que beneficiará 55 sócias, quebradeiras de coco da Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu na comunidade indígena de Taquaritiua, no município de Viana, na Baixada Maranhense, parceria realizada entre o MIQCB e o Governo do Maranhão.São dois projetos da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF)¹²⁷ do Governo do Estado do Maranhão, beneficiando três comunidades da Baixada Maranhense. Além da panificadora, as ações dos projetos resultam também na ampliação e estruturação dessas unidades.

A capacitação e estruturação necessárias a projetos como o da panificadora é construída através de parceria com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do governo do Maranhão por meio do fortalecimento da cadeia do extrativismo. “A expansão da cadeia do babaçu é essencial para o nosso bem viver, pois, nossos produtos falam da nossa história, da nossa resistência, das nossas conquistas e alegrias” disse Maria do Rosário Costa Ferreira, coordenadora da CIMQCB.

A unidade produtiva em Taquaritiua, com capacidade para produção de 500 kg de farinha de mesocarpo e 400 litros de azeite ao mêsfoi totalmente estruturada e adequada às normas da vigilância sanitária para a produção dos produtos da panificadora. A estrutura ganhou divisões para garantir a qualidade com um fluxo de produção adequado, escritório, setor de limpeza dos equipamentos, armazenamento dos produtos, além dos equipamentos necessários para a produção de pães, bolos, biscoitos de mesocarpo. “A unidade está apta à certificação sendo capaz de atender com produtos de qualidade a diversos mercados, integrada à dinâmica do desenvolvimento rural sustentável”, enfatizou a assessora técnica da CIMQCB, Flávia Azeredo .

¹²⁶ Disponível em: <https://www.miqcb.org/single-post/2019/07/22/MIQCB-e-Governo-do-Estado-inauguram-panificadora-com-al%C3%A9m-de-reformar-e-estruturar-outras-unidades-produtivas>. Acesso em: 15 ago.2019.

¹²⁷ A agricultura familiar é uma atividade econômica prevista na legislação brasileira, por meio da lei nº 11.326/2004. São considerados agricultores e agricultoras familiares aqueles cidadãos e cidadãs que desenvolvam práticas no meio rural e atendam a quatro critérios específicos:1- Detenham área de até quatro módulos fiscais (a medida varia de município para município. 2- Utilizem predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas rurais. 3-Tenham renda familiar mínima originária de atividades econômicas rurais em seu estabelecimento e/ou empreendimento.4- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Deste modo, o segmento da agricultura familiar é integrado por assentados da reforma agrária, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), quilombolas, indígenas, artesãos, pescadores artesanais, aqüicultores,maricultores, piscicultores, silvicultores, extrativistas, entre outros.

Disponível em:<http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/agricultura-familiar> . Acesso em:6ago. 2019.

A inauguração da unidade da Cooperativa Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçuna comunidade indígena Taquaritiua foi notícia nos meios de comunicação, como o jornal do Maranhão JMTV¹²⁸, 1ª edição, da TV Mirante, reportagem exibida em 2 de agosto de 2019, sexta-feira. A inauguração da unidade da comunidade indígena Taquaritiua, de Viana, na Baixada Maranhense, beneficiará as quebradeiras de coco dessa comunidade, parceria do MIQCB com a Secretaria de Agricultura Familiar do governo do Maranhão.

Teve a presença de autoridades do governo do Estado e da região da Baixada Maranhense. As quebradeiras sócias da Cooperativa receberam máquinas, prensa, fornos, moinho e farrageira para a fabricação de 500kg de farinha de mesocarpo e 400 litros de azeite para a produção de pães, bolos e biscoitos através das amêndoas de babaçu. As quebradeiras da comunidade, com isto, esperam conseguir muito mais, como relata a quebradeira de coco Maria Demetrix, de Taquaritiua:

O que temos pra nós é uma coisa que daqui pra frente o que a gente espera é que melhore ainda mais, porque a gente iniciou aqui, aqui a gente envolve os filhos da gente, têm as companheiras que já têm os maridos com tudo isso aqui, o trabalho pra gente é que seja melhor ainda mais.

A quebradeira de coco, coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense Rosenilde Gregória (Rosa), comenta da importância desse projeto na comunidade:

O que a gente tá fazendo agora é dar uma adequada e agregar qualidade pra que a gente possa oferecer pro mercado-feiras tanto os mercados institucionais como PNAE¹²⁹ e PAA¹³⁰, que precisa dessa adequação, dessa unidade exatamente pra oferecer essa qualidade e essa segurança no nosso produto.

¹²⁸ Quebradeiras que fabricam produtos derivados do babaçu ganham reforço na produção. JMTV 1ª Edição. 02 de agosto de 2019. Duração: 3 minutos. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7813623/>. Acesso em: 5 ago. 2019.

¹²⁹ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foi criado em 1955 com o nome de Campanha da Merenda Escolar, pelo Decreto no 37.106 (31/03/1955), subordinado ao Ministério da Educação (MEC). Após alterações no nome e na vinculação institucional, passou a chamar-se Programa de Alimentação Escolar em 1979 e foi incorporado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 1997. O FNDE, autarquia vinculada ao MEC, é responsável pela normatização, assistência financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização da execução do Programa, que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 5 ago. 2019.

¹³⁰ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o

Essa unidade produtiva na comunidade Taquaritiua é a primeira de três unidades. As outras serão construídas em outras duas comunidades, em dois municípios da Baixada Maranhense, como explica a assessora da Cooperativa, Flávia Azeredo. “Nós também temos incentivos na comunidade Camaputiua, uma comunidade quilombola do município de Cajari e também na comunidade quilombola Bom Jesus, no município de Matinha, da Baixada Maranhense”

A coordenadora geral do MIQCB, Maria Alaídes, quebradeira de coco, eleita em 2019, acredita que essa conquista da comunidade Taquaritiua representa reforço na economia rural, a valorização da mulher do campo e o fortalecimento da luta pelo acesso livre ao babaçu e pela preservação das palmeiras, símbolo do Maranhão. Maria Alaídes explica:

A importância dessas palmeiras entre esses povos todos é como se fosse a nossa mãe. Há trinta anos ela nos fornecia 80% do nosso viver, do nosso estar, hoje ela pode significar mais, porque é ela que nos dá a luz de continuar essa habitação de povos e essa renovação de povos.

O MIQCB representa mais de 350 mil quebradeiras de coco em todo o país. Fisicamente, o Movimento está presente nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, abrangendo quatro estados, compostos por seis regionais, atingindo 54 municípios, proporcionando 2.900 famílias envolvidas diretamente (MIQCB, 2019).

Quadro 5- Atuação do MIQCB

Estado	Regionais	Municípios	Família
Maranhão	Baixada Maranhense Mearim/Cocais Região Tocantina	27	1700
Piauí	Cocais	11	680
Pará	Sudeste do Pará/Araguaia	4	230
Tocantins	Bico do Papagaio	12	250

alcançe desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/segurancaalimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 13 mai. 2019.

Fonte: www.miqcb.com.br

O MIQCB, através de sua representação, reúne inúmeros atributos que poucas organizações com mais tempo de atuação ainda não conseguiram. De um lado, ressalta-se o caráter de gênero da organização e o endosso à questão do desenvolvimento sustentável como a bandeira principal do processo de preservação ambiental. Em outro plano, organiza-se em termos de clubes e associações de mulheres, representação política em câmaras municipais, entidades e instituições. E, por fim, também se preocupa com a produção de conhecimento científico como meio de apoio que lhe possibilite conhecer adequadamente a sua realidade e, assim, obter elementos para o enfrentamento com a burocracia estatal e o empresariado do agronegócio (MESQUITA, 2008, p.58).

O MIQCB tem suas Regionais¹³¹ nos quatro estados que compõem a Região Ecológica do Babaçu: Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. São seis Regionais do Movimento. Em cada Regional, o MIQCB mantém escritórios e tem a colaboração de uma assessoria local. A sede fica em São Luís, Maranhão, localizada na Rua São Raimundo, Quadra 42, Casa 09, Bairro Jardim Eldorado. O escritório central possui uma equipe de assessoria técnica e administrativa. Três Regionais estão localizadas no Maranhão: Baixada Maranhense - sede em Viana; Médio Mearim/Cocais - sede em Pedreiras; Região Tocantina - sede em Imperatriz. No Piauí, na região dos Cocais, sede em Esperantina. No Pará sua atuação é no sudeste do estado, na região do Araguaia com sede na cidade de São Domingos do Araguaia e no Tocantins, atuação na região Bico do Papagaio, sede na cidade São Miguel do Tocantins.

Figura 9- Mapa das Regionais do MIQCB

¹³¹ Segundo Almeida (2019, p.24) as denominadas Coordenações Regionais do MIQCB correspondem às circunscrições político-organizativas segundo as quais foi subdividida pelo próprio MIQCB a chamada "Região Ecológica do Babaçu", consoante critérios geográficos e políticos, levando em conta a capacidade de mobilização preexistente à formação deste movimento social.



Fonte: www.miqcb.org.br/galeria

Em cada Regional há quatro mulheres representantes, sete mulheres formam a coordenação executiva, seis coordenadoras executivas regionais e uma coordenadora geral representa todas as Regionais dos estados de atuação do MIQCB.

Quadro 6 - Regionais do MIQCB

Regionais	Sede	Município	Estado
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)	São Luís (Escritório Central)	São Luís	MA
MIQCB-Coordenação-Baixada Maranhense	Viana	Viana	MA
MIQCB-Coordenação – Mearim/Cocais	Pedreiras	Pedreiras	MA
MIQCB-Coordenação Imperatriz	Imperatriz	Imperatriz	MA
MIQCB-Coordenação Esperantina	Esperantina	Esperantina	PI
MIQCB-Coordenação- Bico do Papagaio-Tocantins	São Miguel	São Miguel	TO

MIQCB- Coordenação- Pará	São Domingos do Araguaia	São Domingos do Araguaia	PA

Fonte: Almeida et al.2005

A criação do MIQCBtem extrema importância para a organização da luta das quebradeiras, pois ultrapassa as divisões geográficas tradicionais. Essas ações desenvolvidas pelo Movimento, são fundamentais no conceito de respeito ao modo de vida tradicional, preservação ambiental e extrativismo sustentável do coco babaçu, o que fortalece sua busca pelo bem viver.

4.1.2 A Regional da Baixada Maranhense

O presente trabalho analisa a atuação do MIQCB,especialmente no Maranhão. O objetivo da pesquisa foi conhecer umas das Regionais do Movimento nesse estado. Iniciei meu trabalho de estudo *in locono* MIQCB da Regional da Baixada Maranhense, sede em Viana/MA, que ocorreu nos dias 30 a 31 de outubro de 2018,para compreender as ações que o MIQCB executa em prol das quebradeiras de coco,quais sãoas suas dificuldades, estratégias e ações contra o desmatamento das palmeiras de babaçu provocado pelo agronegócio.

As observações foram construindo-se para este trabalho, pois Bachelard(1996) afirma que: “Não se pode basear nada na opinião: antes de tudo, é preciso destruí-la. Ela é o primeiro obstáculo a ser superado”.Bourdieu também assevera:

É efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, de compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras (BOURDIEU, 2012,p. 695).

Dessa forma, a pesquisa proporciona adquirir conhecimentos e experiências que ajudam na compreensão e interpretação do mundo social (BOURDIEU, 1989) dos agentes sociais. O MIQCB da Regional da Baixada Maranhense em Viana/MA com sede provisória transferida, desde 2017, para o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, localizado na rua Primeiro de Janeiro, no Bairro Centro, é formado pelas coordenadoras executivas Rosenilde Gregória, Glória Trindade, Maria Antônia dos Santos e Nice Ayres.

Ao chegar ao Sindicato dos Trabalhadores, entrevistei a assessora Nataliene Borges, atuante desde 2014, no MIQCB da Regional da Baixada, que explica que a sede da Regional foi transferida do Bairro de Fátima, na rua Veneza, sem número para o Sindicato dos Trabalhadores, devido a ocorrência de um assalto na sede principal da Regional. De acordo com ela “não encontraram ainda os criminosos, mas está sendo feita uma reforma na sede da Regional e em breve o escritório volta a funcionar no seu lugar de origem”, diz.

Figura 10- Sede provisória do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense, Viana/MA



Fonte: Kathiane S. Brito, outubro, 2018.

Nataliene esclarece que os objetivos do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense “é trabalhar os produtos do babaçu e lutar pela garantia de terra e território”. Ela informou que a Regional da Baixada atua nos municípios de Viana, Cajari, Monção, Matinha, Penalva, vendendo mesocarpo, produzindo azeite e comercializando para os municípios de Viana, Matinha e Cajari.

Sobre as dificuldades que a Regional da Baixada Maranhense enfrenta e as demais Regionais do MIQCB do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, Nataliene revela que existe na

Regional da Baixada o problema da criação de búfalos e a proibição da pesca, pois, segundo ela, os fazendeiros cercam as áreas com cercas elétricas e impedem as quebradeiras de fazerem a coleta do coco, o que prejudica o trabalho delas.

Sobre o problema da criação de búfalos na Baixada, a quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense, Maria Antônia dos Santos¹³² argumenta:

Pra Baixada não existe a Lei do Babaçu Livre, nunca foi pra frente, quem dera, se já tivesse porque a gente teria um território livre. O MIQCB não tem esperança de aprovação de Lei Federal do Babaçu Livre, com esse governo atual é difícil, as quebradeiras são negras, indígenas, pescadoras, ribeirinhas, o presidente Bolsonaro não quer saber desse povo, a gente não tem esperança, que ele vai fazer alguma coisa e a luta se forma com o povo, uma teia grande, todo mundo lutando pelo seu objetivo, se junta quebradeiras, indígenas, ribeirinhos, marisqueiros. Nós fomos outro dia na OAB¹³³ pedir ajuda pelo Movimento das cercas elétricas no campo, isso na Baixada é muito forte, a criação de búfalos no campo e a gente pede que aconteça ajuda, a gente tá reivindicando nosso direito, que nós temos e não tá sendo respeitado (MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS, 28 DE AGOSTO DE 2019).

A descrição da assessora Natali e da coordenadora Maria Antônia dos Santos sobre as dificuldades enfrentadas pelas quebradeiras de coco na Baixada Maranhense ao ter o seu trabalho prejudicado pela ação dos fazendeiros é evidenciada na explanação do autor Antonio Feitosa (2006) a despeito da criação bubalina afetar a Região Ecológica do Babaçu.

Segundo Feitosa (2006, p. 140), sobre o búfalo, pesa a carne ser mais comercial e nutritiva, o leite ser menos prejudicial à saúde, o couro ser mais comercial, para uma série de restrições, relacionadas principalmente com a degradação do meio ambiente, pois este animal, pelo tamanho e peso, pisoteia a pastagem, danificando-a, quando o nível das águas da chuva começa a baixar, o autor enfatiza, que um outro problema talvez mais sério, é que, como a ovelha, o búfalo, quando o capim fica mais raro, arranca até a raiz do que resta, colaborando assim para o desaparecimento da gramínea.

Sobre as dificuldades das quebradeiras com os fazendeiros na Baixada Maranhense, Barbosa (2013, p.180) esclarece que algumas instituições de caráter social e ambiental constataram que a implantação dessa atividade bubalina não significou nenhum desenvolvimento social para a Baixada Maranhense. Ao contrário, o investimento na pecuária gerou uma série de problemas, pois a inserção do búfalo ocasionou um desequilíbrio ecológico e social para pequenos produtores rurais, pescadores e quebradeiras de coco na

¹³² Entrevista concedida em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar/MA.

¹³³ Ordem dos Advogados do Brasil.

região impulsionando violentos conflitos . Além disso, segundo a autora, nunca se conseguiu inserir o leite e a carne bovina na cultura alimentar local.

A Baixada Maranhense é conhecida por seus campos alagados e pela massiva criação de gado bubalino. O local foi declarado Área de Proteção Ambiental (APA)¹³⁴ e reconhecido como uma das 8 áreas classificadas como “Sítio Ramsar” pela Convenção de Ramsar¹³⁵ - tratado intergovernamental celebrado no Irã, em 1971, e ratificado por 150 países, dentre eles o Brasil.

Nas áreas de atuação do MIQCB há inúmeros exemplos de situações de ameaças a que estão submetidas as quebradeiras de coco e suas famílias. Desde a implantação de grandes empresas, que expulsam as quebradeiras de seus territórios, submetem elase suas famílias a relações de trabalhos degradantes, devastação das florestas de babaçu a impedimentos realizados por ditos proprietários que impedem as quebradeiras ao livre acesso aos babaçuais, obrigando muitas vezes a relações desumanas na compra do babaçu, como a quebra de meia, de terça, e outras formas de submissão.

Na Regional da Baixada Maranhense há constantes ameaças feitas pelos que se dizem proprietários das terras às comunidades tradicionais. Por consequência disso, em março de 2018, as quebradeiras ocuparam o Instituto de Terras do Maranhão¹³⁶ (ITERMA) devido a morosidade no trâmite do processo de regularização do território, a não retirada das cercas elétricas dos campos e babaçuais e invasão de búfalos nos campos. A

¹³⁴Área de Proteção Ambiental (APA) é a sigla que designa o nome de uma categoria de Unidade de Conservação federal. Essas áreas pertencem ao grupo de Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável, em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, com atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas.

Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/889-diferenca-entre-apa-e-app-nao-e-claro-para-todos-diz-artigo>. Acesso em: 8 ago. 2019.

¹³⁵Convenção de Ramsar foi estabelecida em fevereiro de 1971, na cidade iraniana de Ramsar, a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, mais conhecida como Convenção de Ramsar, está em vigor desde 21 de dezembro de 1975. Ela foi incorporada plenamente ao arcabouço legal do Brasil em 1996, pela promulgação do Decreto nº 1.905/96. Trata-se de um tratado intergovernamental criado inicialmente no intuito de proteger os habitats aquáticos importantes para a conservação de aves migratórias, por isso foi denominada de "Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat para Aves Aquáticas". Entretanto, ao longo do tempo, ampliou sua preocupação com as demais áreas úmidas de modo a promover sua conservação e uso sustentável, bem como o bem-estar das populações humanas que delas dependem.

Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zonas-umidas-convencao-deramsar.html>. Acesso em: 5 ago. 2019.

¹³⁶O Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), criado pela Lei 6.272 de 06/02/1995, reorganizado pelo Decreto 17.171 de 15/02/2000, é uma entidade pública de natureza autárquica, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF), cuja principal missão é a execução da política agrária do Estado do Maranhão. Suas ações estão totalmente voltadas para a organização da estrutura fundiária estadual e diminuição da pobreza extrema. Para o cumprimento dessa missão foi delegado ao Instituto poderes para promover a discriminação administrativa das terras estaduais, de conformidade com a legislação federal específica; reconhecer posses legítimas, bem como incorporar ao patrimônio do Estado as terras devolutas ilegitimamente ocupadas e as que se encontram vagas, destinando-as na forma da legislação em vigor.

Disponível em: <http://www.iterma.ma.gov.br/iterma-institucional/>. Acesso em: 8 jul. 2019.

Operação Baixada Livre¹³⁷, do Estado para a retirada das cercas, não resolve o problema na região, mas agrava a situação de tensão. As cercas limitam o território de 1.630 hectares de babaçuais e cerca de 600 hectares de área alagada, cerca de 230 famílias conseguem ter acesso a menos de 30% desse território.

OMIQCB entregou ao representante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) um relatório¹³⁸ completo sobre as práticas de violência sofrida contra as quebradeiras. A visita ao Maranhão aconteceu no período de 05 a 07 de novembro de 2018. A CIDH¹³⁹/OEA¹⁴⁰ percorreu oito estados brasileiros Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo e Distrito Federal. Foi a segunda visita da Comissão ao país, após a sua primeira viagem de monitoramento, em 1995.

A coordenadora executiva da Regional da Baixada Maranhense do MIQCB, Rosenilde Gregória Santos Costa, (Rosa) argumenta que o MIQCB apresentou demandas gerais sobre a situação de ameaças físicas e psicológicas vivenciadas pelas quebradeiras de coco babaçu, e solicitou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos que recomendasse ao Estado brasileiro a doação das seguintes medidas:

- Investigação imediata dos casos de ameaças às lideranças do território Sesmaria dos Jardins¹⁴¹;

¹³⁷ A Operação Baixada Livre consiste em retirar cercas ilegais da Área de Proteção Ambiental (APA), que restringem o deslocamento das populações pela região.

Disponível em: <http://www.emserh.ma.gov.br/secao/operacao-baixada-livre/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

¹³⁸ Relatório enviado ao DD. Comissário da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA). Joel Hernández García. Ref.: Situação de conflitos em territórios de quebradeiras de coco babaçu. p.01-06. São Luís/MA, 07 de novembro de 2018. Disponível em: www.miqcb.com.br. Acesso em: 12 abr. 2019.

¹³⁹ A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é uma das entidades do sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos nas Américas. Tem sua sede em Washington, D.C. O outro órgão é a Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede em São José, Costa Rica. A CIDH é um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo mandato surge com a Carta da OEA e com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, representando todos os países membros da OEA. Está integrada por sete membros independentes que atuam de forma pessoal, os quais não representam nenhum país em particular, sendo eleitos pela Assembleia Geral. Fundada em 22 de maio de 1979. Disponível em: <https://cidh.oas.org/que.port.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

¹⁴⁰ A Organização dos Estados Americanos (OEA) foi fundada em 1948 com a assinatura, em Bogotá, Colômbia, da Carta da OEA que entrou em vigor em dezembro de 1951. Posteriormente, a Carta foi emendada pelo Protocolo de Buenos Aires, assinado em 1967 e que entrou em vigor em fevereiro de 1970; pelo Protocolo de Cartagena das Índias, assinado em 1985 e que entrou em vigor em 1988; pelo Protocolo de Manágua, assinado em 1993 e que entrou em vigor em janeiro de 1996; e pelo Protocolo de Washington, assinado em 1992 e que entrou em vigor em setembro de 1997. A Organização foi criada para alcançar nos Estados membros, como estipula o Artigo 1º da Carta, “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”.

Disponível em: http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp. Acesso em: 8 ago. 2019.

¹⁴¹ No Território Sesmaria dos Jardins, município de Matinha/ MA, já foram registrados mais de 20 boletins de ocorrência e as ameaças sofridas por mulheres e homens em suas comunidades e até o momento não houve nenhuma investigação, colocando as lideranças e suas famílias em situação de risco. Disponível em: www.miqcb.com.br. Acesso em: 12 abr. 2019.

- Imediata retirada das cercas eletrificadas e não eletrificadas dos campos naturais da Região da Baixada Maranhense;

- Imediata titulação do território quilombola de Sesmaria dos Jardins, município de Matinha/MA.

Essas inúmeras barreiras dificultam o acesso das quebradeiras de coco às áreas babaçuais, como as cercas elétricas, a obrigatoriedade em fornecer a metade das amêndoas quebradas ao pretense proprietário (quebra de meia) e a colocação de placas indicando ser proibido pescar nos campos naturais e executar qualquer tipo de coleta(PNCSA, 2005, p.11).

Das dificuldades das quebradeiras, Nataliene afirma que a luta do MIQCB é pela garantia do território, é pela Lei do Babaçu Livre, pois, em suas palavras, **“não existe babaçu livre em terra presa”**. A quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense, Maria Antônia dos Santos¹⁴²; justifica o porquê **“não existe babaçu livre em terra presa:**

Porque a luta da gente pela terra, na Baixada é muito forte e os fazendeiros querem se apropriar das terras da gente, que a gente nasceu e se criou, e os nossos pais da segunda geração vêm contando que já achou a terra sem esse povo que hoje invade e de 1997 pra cá começou uma luta muito grande pela terra e pessoas querendo se fazer dono e a gente lutando contra essas pessoas, já teve prisões por causa da terra, por causa da invasão de búfalo no território, nos igarapés, nos lagos e a gente não aceita, já teve até morte por causa dessa luta e o babaçu tá preso, eles cercam, colocam arame e dizem que compraram de alguém e lá dentro da cerca, tá o babaçu e as quebradeiras não têm liberdade de entrar, às vezes ela entra escondida com medo do dono, entrando por baixo do arame e eles colocam cercas elétricas, que dá choque, tanto no campo no verão, como no mato, no inverno e verão, **então não existe babaçu livre em terra presa, esse é o problema porque se o babaçu tá lá na cerca então, ele não é livre, livre seria, se não tivesse a cerca, a gente entraria a hora que queria, sem ir pra porteira como o gado vai pra porteira, ou passa por baixo do arame se arriscando. Já pensou, uma quebradeira passar por debaixo do arame? Ela não consegue, ela tem que jogar o cofo de coco dentro e vai por baixo do arame e pega o coco, quando chega, ela tem que despejar o cofo de novo do outro lado e ela ajunta. É sofrimento demais, então não existe este coco livre em terra presa**(MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS, 28 DE AGOSTO DE 2019, GRIFO NOSSO).

A quebradeira de coco, Maria Querobina Silva Neta¹⁴³, da Vila Conceição, de Imperatriz/MA, **também esclarece o porquê não existe babaçu livre em terra presa:**

¹⁴² Entrevista concedida em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar /MA.

¹⁴³ Entrevista concedida em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar /MA.

Claro, o dono deixa entrar se ele quiser, se ele não quiser, não entra e não é livre, este babaçu não é livre e as quebradeiras só tem de fato e de direito babaçu livre se ela conquistar a terra. Na lei a gente pode ganhar acesso livre, mas de fato e de direito só é livre se ela conquistar a terra (SILVA NETA, 28 DE AGOSTO DE 2019,GRIFO NOSSO).

Nessa luta pelo acesso a terra, o MIQCB, segundo a assessora Nataliene, tem a colaboração das agências de financiamento como a Fundação Ford, a ActionAid e a União Europeia, que trabalham para reduzir as desigualdades sociais no mundo. Natalienecomenta que também existem os trabalhos de base, como as Formas Organizativas, MOQUIBOM-Movimento das Comunidades Quilombolas¹⁴⁴, e o CIMI-Conselho Indigenista Missionário¹⁴⁵, que atuam na Baixada Maranhense pelo acesso ao território e contra o desmatamento das palmeiras. Em relação às políticas públicas governamentais, a assessora informou acesso do MIQCB ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na qual as quebradeiras fornecem alimentos para as escolas através de parcerias com as prefeituras.

Nataliene Borges, assessora do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense, me concedeu entrevista, entretanto as coordenadoras Rosenilde Gregória, Nice Ayres e Maria Antônia dos Santos¹⁴⁶, no momento estavam viajando, porém, Glória Trindade, uma das coordenadoras executivas da Regional da Baixada, moradora da comunidade quilombola São Caetano, localizada no município de Matinha adjacente à Viana, estava à minha espera em sua residência. O meu acesso à comunidade foi através de motocicleta guiada pela filha de Dona Glória. Para chegar à comunidade São Caetano, tivemos de passar por uma estrada de terra, que levaria quinze minutos para chegarmos ao local de destino. Fui recebida pelos moradores da comunidade São Caetano, entre eles, Dona Glória, coordenadora do MIQCB da Baixada Maranhense.

¹⁴⁴Movimento das Comunidades Quilombolas (MOQUIBOM) é um movimento social que se posiciona como importante frente de articulação e resistência para as comunidades quilombolas do Maranhão. Surge na Baixada Maranhense, em busca de um novo processo de organização e luta que se baseia no direito ao território livre, bem como de um modelo político-ideológico pautado na emancipação, reunindo inúmeras comunidades quilombolas que estão em um cenário de conflitos e buscam a titulação de seus territórios por vias legais. Disponível em: <https://www.sobreotatame.com/moquibom-forca-e-resistencia-quilombola-no-maranhao/>. Acesso em: 24 jul. 2019

¹⁴⁵O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é um órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Foi criado pela CNBB no ano de 1972 com o objetivo de lutar pelo direito à diversidade cultural dos povos indígenas. Busca fortalecer a autonomia destes povos na construção de projetos alternativos, pluriétnicos, populares e democráticos frente ao desrespeito a seus direitos e à tentativa de integração destes povos à sociedade majoritária. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_Indigenista_Mission%C3%A1rio. Acesso em: 26 jul. 2019.

¹⁴⁶ As informações obtidas sobre o MIQCB da Regional da Baixada Maranhense por Maria Antônia dos Santos ocorreram no evento realizado na Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA) no dia 28 de agosto de 2019, em São José de Ribamar/MA.

A Dona Glória relatou, que a comunidade quilombola São Caetano existe há muitos anos onde vivem 67 famílias, com mais de 200 pessoas. Segundo a coordenadora, a comunidade São Caetano foi passada dos seus avós, para os seus pais e posteriormente para eles. Ela explica que a comunidade é formada por quilombolas, quebradeiras de coco e pescadores. Dona Glória, explica a respeito das ações do MIQCB na Baixada Maranhense, no desenvolvimento de mobilizações e organização das quebradeiras de coco para que acessem os programas governamentais de comercialização.

Sobre as dificuldades das Regionais, a coordenadora afirma que o problema é o acesso à terra e ao babaçu livre, “isto é o que mais se debate nos encontros do MIQCB” diz ela. Dona Glória explica que através do programa federal PGPM-Bio- Programa da Garantia de Preço Mínimo da Sociobiodiversidade¹⁴⁷, a produção do babaçu é vendida por três reais. As quebradeiras produzem o mesocarpo para fazer o bolo, mingau e biscoito. A coordenadora informa que o objetivo do MIQCB é preservar a natureza e as nascentes.

O Movimento, segundo Dona Glória, tem apoiadores internacionais que financiam os projetos sociais que o MIQCB executa, como os Vínculos Solidários da ActionAid que a Regional da Baixada Maranhense realiza há alguns e acontece nas Regionais do MIQCB. A coordenadora fundamenta, que o trabalho é feito com as crianças nas comunidades. A ActionAid cria o tema social para o MIQCB executar em várias etapas com as crianças e as famílias. Dona Glória relata que são vinte e três comunidades trabalhadas, como por exemplo: Mata Boi, Boca da Mata, as comunidades de Cajari, Viana, Penalva, Maracaçumé, Santa Rita, Matinha, assim como as comunidades São Caetano, Bom Jesus e Belágua.

A Regional da Baixada do MIQCB forma uma equipe de oito pessoas que viajam pelos municípios para realizar as tarefas. O MIQCB nas comunidades, tira fotos com as crianças, elas escrevem cartinhas que o MIQCB envia para ActionAid, comprovando a realização do seu trabalho. Também são chamados os padrinhos, que fazem doação para as crianças. A

¹⁴⁷ A Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) Lei nº 11.775, de 2008, tem por objetivo incentivar a produção de forma sustentável, com o pagamento da diferença entre o valor de mercado e o valor mínimo estabelecido por lei para produtos da sociobiodiversidade. Para ter acesso ao incentivo, os extrativistas devem comprovar a venda do produto abaixo do preço mínimo. A PGPM-Bio é realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e garante um preço mínimo para 17 produtos extrativistas que ajudam na conservação dos biomas brasileiros: açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha extrativa, buriti, cacau extrativo, castanha do Brasil, carnaúba, juçara, macaúba, mangaba, murumuru, pequi, piaçava, pinhão e umbu. Como forma de novas inserções nesta pauta, estudos estão sendo elaborados, no intuito de se incluir novos produtos, tais como o licuri, o pirarucu de manejo e dentre outros. A PGPM-Bio objetiva fomentar a proteção ao meio ambiente, contribuir com a redução do desmatamento, como forma de minimizar os efeitos das mudanças climáticas, garantindo, inclusive, renda às populações que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/precos-minimos/pgpm-bio>. Acesso em: 11 jun. 2019.

coordenadora informa que são dezesseis dias de atividades ininterruptas, viajando pelas vinte três comunidades na execução do projeto.

Dona Glória comenta que, o MIQCB dá aula para as crianças por turno, às vezes, uma manhã toda. Segundo ela, as crianças praticam brincadeiras temáticas. Quando termina a atividade tem lanche. Nessas comunidades, além das crianças e familiares, o MIQCB convoca também os professores. A coordenadora comenta que o MIQCB quando vai às comunidades onde têm escolas, convoca os professores para participarem das atividades, pois já ocorreu, segundo Dona Glória, situações de suposta agressão de professor a aluno e o MIQCB ter de encaminhar denúncias à Promotoria. A coordenadora informa que o MIQCB realiza atividade por semestre. A última atividade ocorreu no mês de maio e conforme Dona Glória, a próxima atividade está prevista para o segundo semestre de 2018.

As atividades dos Vínculos Solidário¹⁴⁸, executadas pelo MIQCB, são coordenadas pela agência internacional de combate à pobreza, ActionAid, e direcionada às crianças. O projeto desenvolve atividades lúdicas para junto às crianças que aprendem por meio de uma pedagogia que dialoga com as tradições orais e com o saber formal. O objetivo é despertar nos pequenos, temáticas que envolvam a garantia dos seus direitos; à educação, a alimentação segura, à moradia, ao crescimento saudável e com qualidade. As crianças são apadrinhadas por cidadãos estrangeiros que ajudam a manter financeiramente o projeto. Ao longo do apadrinhamento, as crianças encaminham fotos, desenhos e mensagens feitas por elas. Relatórios sobre o trabalho desenvolvido pelo Vínculos são encaminhados aos padrinhos para que acompanhem o desenvolvimento do trabalho. As Regionais do MIQCB no Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins - em realização às atividades contemplam cerca de 1.300 crianças e adolescentes.

A quebradeira de coco Helena Silva, da Regional Esperantina/PI, comenta sobre os Vínculos Solidários da ActionAid:

Outra atividade que a gente tem é com as crianças, que é essa parceria que a gente tem com a ActionAid Brasil, que a gente faz trabalho duas vezes por ano com eles, então a gente tem 32 comunidades que a gente de seis em seis meses anda por causa desse trabalho com as crianças, é um trabalho mesmo que não pode deixar de fazer (HELENA SILVA 2014 apud SILVA, Leididaina, 2014 , p.69).

¹⁴⁸ Disponível em: <https://www.miqcb.org/single-post/2018/10/23/Quando-ensinamentos-e-aprendizados-geram-%E2%80%9CV%C3%ADnculos%E2%80%9D-e-fazem-a-diferen%C3%A7a>. Acesso em: 16 ago.2019.

No dia seguinte, Dona Glória me levou para conhecer a Associação “Produção de Azeite das Mulheres de São Caetano”, próxima de sua casa, localizada na comunidade quilombola São Caetano, que existe a dez anos e tem o apoio do MIQCB. Com participação de dez pessoas, 9 mulheres e um homem. O único homem é José Ribamar Trindade Mendes, 78 anos, conhecido como Seu Zé Ribeiro, é o mais experiente e casado com umas das quebradeiras de coco que também trabalha na Associação. Dona Glória é a presidente e coordenadora do grupo e informa, que por meio do MIQCB conseguiu reformar a Associação com o apoio da Fundação Ford e da ActionAid, doadora da máquina forrageira¹⁴⁹.

Figura 11 - Associação “Produção de Azeite das Mulheres de São Caetano”, Comunidade Quilombola São Caetano, Matinha/MA.



Fonte: Kathiane S. Brito, outubro de 2018.

Dona Glória comenta, que a Associação trabalha na preparação do azeite com a produção de grupo e a produção individual. Ela esclarece, que uma vez por semana a produção do azeite é individual para uma quebradeira e uma vez por mês a produção é de todas elas. Por exemplo, se, no dia a produção do azeite é de uma quebradeira, as outras quebradeiras vão colaborar na produção do azeite para esta. A cada dia da semana, a produção será de uma quebradeira e no fim do mês a produção será de todas.

A Associação “Produção de Azeite das Mulheres de São Caetano” tem a colaboração do MIQCB. No dia da pesquisa, as quebradeiras estavam executando a produção do azeite de babaçu em várias etapas. Observei a produção das etapas do azeite de babaçu.

¹⁴⁹Máquina utilizada para processar o coco depois de torrar; funciona como moinho no qual é retirado o óleo da amêndoa (LUCENA, 2008, p.121).

Inicialmente as amêndoas são levadas ao forno para serem torradas; em seguida são colocadas na máquina forrageira para serem trituradas e transformadas em farinha, que as quebradeiras dão o nome de “massa”. Essa massa tem uma coloração marrom - escura e é levada novamente para a forrageira, tornando-se pastosa; em seguida, é colocada para ferver. As quebradeiras de coco levam a massa pastosa na panela para ferver, adicionando sempre água e enquanto a massa ferve, retiram o líquido superficial da fervura e colocam esse líquido em outra panela.

Figura 12 – Quebradeira de coco coloca a amêndoa do babaçu na forrageira para ser moída



Fonte: Kathiane S. Brito, outubro de 2018.

O líquido retirado é o azeite de babaçu, que fica com uma tonalidade escura. O azeite de babaçu ainda contém certas impurezas e as quebradeiras purificam o azeite. O processo continua, o líquido superficial que está fervendo na panela continua sendo retirado até restar pouco líquido, depois o que sobra na panela é uma borra que é coada e colocada para os porcos, servindo de alimento. Na purificação do azeite, as quebradeiras colocam as amêndoas num cofo, cesto pequeno, em seguida, lavam as amêndoas de babaçu e deixam escorrer a água, depois as quebradeiras colocam as amêndoas dentro da forrageira. Essas amêndoas se transformam em farinha com uma tonalidade branca. Posteriormente, as quebradeiras colocam essa massa dentro de uma panela, adicionam água e deixam de molho por alguns minutos; em seguida, elas pegam a massa e espremem, escorre o líquido da massa, que as quebradeiras dão o nome de vinho. Esse vinho será adicionado ao azeite de babaçu que está em repouso e em seguida esse azeite é levado ao forno, onde as quebradeiras mexem a panela do azeite sem parar até entrar em ebulição. Quando o líquido entra em

ebulição, as quebradeiras param de mexer, deixando-o ferver por trinta minutos. Durante a ebulição, são evaporadas as impurezas do azeite. O aspecto do líquido torna-se mais claro e limpo.

Figura 13 - Quebradeira de coco fervendo a massa da amêndoa para transformá-la em azeite de babaçu.



Fonte: Kathiane S. Brito, outubro de 2018

As quebradeiras tiram do forno a panela de azeite de babaçu, deixando-o em repouso. E depois de algumas horas, está pronto o azeite de babaçu. As quebradeiras vendem o azeite feiras por R\$ 15 reais e na Associação por R\$ 20 reais.

Figura 14- Azeite de babaçu pronto.



Fonte: Kathiane S. Brito, outubro, 2018.

O coco de babaçu, para as quebradeiras é símbolo do processo de resistência, utilizado como fonte de composição de renda importantíssima para as suas famílias, como afirma Nóbrega:

O processo de resistência ocorre em grande parte e muito fortemente por meio da realização diária de sua atividade produtiva, que é realizada de maneira individual e também coletiva, mesmo quando afirmam que o trabalho é individual, ainda assim ocorre através da cooperação e solidariedade, principalmente ao que tange ao processo de produção, pois mesmo que a produção seja em benefício individual há realização de um trabalho coletivo. (NÓBREGA, 2015, p.94)

A autora destaca, que quando as quebradeiras extraem a amêndoa, também se utilizam de estratégias de cooperação e solidariedade. O processo produtivo desenvolvido é realizado segundo esses princípios que remetem a um modelo produtivo autogestionário. A organização coletiva da produção realizada pela Associação das quebradeiras expressam a elaboração e gestão de uma proposta que se traduz em sentimentos de autonomia, cooperação, solidariedade e respeito às culturas e modos de vida dos povos e comunidades tradicionais. Nóbrega prossegue, trata-se de um desafio que é construído a partir da vivência e reflexão com o uso de uma linguagem, capaz de estimular o sentimento coletivo, criativo e afetivo, sem descartar o conjunto de saberes das comunidades envolvidas, em toda a riqueza e diversidade existente. (NÓBREGA, 2015, p.95).

Assim, a exploração do babaçu, seja ela em forma de valor de uso ou valor de troca, está para as quebradeiras como uma estratégia, dentre outras, criada para completar as necessidades de reprodução, que também é colocada no mercado, a fim de ser comercializada (AMARAL FILHO, 1990, p.101).

Dona Glória expõe que a Associação arrecada para comprar as amêndoas de outras quebradeiras que não fazem parte do grupo, são quebradeiras de outros lugares, que coletam o coco, quebram e vendem para a Associação, “uma forma de ajudar outras quebradeiras de lugares mais distantes, porque às vezes elas têm muito coco mas não têm para quem vender e aí a gente vai até onde elas e faz a compra direto delas”, diz.

Dona Glória expressa que a compra do coco babaçu acontece de oito em oito dias, de quinze em quinze dias. As quebradeiras vendem o coco por quilo para a Associação no valor de dois reais. A comercialização acontece nas feiras dos municípios da Baixada Maranhense e os produtos são fornecidos a programas governamentais como PAA, com o objetivo de ampliar o mercado para as quebradeiras de coco.

Na Baixada Maranhense, área de grande conflito devido a presença das cercas elétricas, que impedem o acesso das comunidades tradicionais aos bens naturais como campos e babaçuais, a economia solidária incentivada pelo MIQCB na Associação “Produção de Azeite das Mulheres de São Caetano” fortalece as práticas de produção dos derivados do babaçu para a venda dos produtos nos mercados de maneira sustentável. É a busca do bem viver das quebradeiras integrando a economia e o fortalecimento alimentar (MIQCB, 2019).

Para adquirir o babaçu, as quebradeiras de coco enfrentam dificuldades na Comunidade Quilombola São Caetano, localizada no município de Matinha, pois a maioria dos babaçuais encontram-se em áreas privadas. Seu Zé Ribeiro¹⁵⁰, quebrador de coco, de 78 anos, relata o conflito de terra entre a comunidade e os fazendeiros:

Vou para mata, para todos os lados com as quebradeiras pegar coco na mata, nós traz, bota aí, nós quebra, trazemos aqui pra fábrica, vamo catar, trazer para esses que tão aqui. Uma porção deles [fazendeiros] dizem que são donos. Dizem que a gente é que tá tomando deles [a terra] aí a gente vai pra justiça com eles. Já foram chamados e nunca provaram nada e o advogado falou pra nós, que nós somos donos da terra. Eu tenho essa área aqui, que era dos nossos pais, hoje essa terra é da comunidade, a comunidade quilombola de São Caetano. A terra é de Deus, foi ele que fez a terra, tudo que existe aqui na terra foi Deus que deu e outro vem, diz que é dono e ele não fez nada. Quem deu tudo de graça pra nós foi Deus (TRINDADE MENDES, 31 DE OUTUBRO DE 2018).

Na finalidade de não ceder à expropriação da terra e babaçuais, as mulheres quebradeiras de coco passaram a se reunir para fomentar ações de resistência, com o objetivo de controlar a área da floresta de babaçu. Nesse sentido, elas buscam garantir o controle das áreas onde existem o babaçu, sua produção e beneficiamento, agregando valor aos produtos feitos artesanalmente e visando a entrada desses produtos no mercado (HAGINO, 2007, p.03).

Figura 15- Área cercada por fazendeiro, impedindo o acesso das quebradeiras às palmeiras de babaçu, na Comunidade quilombola de São Caetano, Matinha/MA.

¹⁵⁰José Ribamar Trindade Mendes, conhecido como Seu Zé Ribeiro, 78 anos, quebrador de coco, da Comunidade Quilombola São Caetano, Matinha, município do Maranhão.



Fonte: Kathiane S. Brito, outubro, 2018.

Os procedimentos metodológicos de pesquisa contribuíram, para a compreensão da formação e organização política dos agentes sociais. Estes recursos metodológicos permitiram identificar no MIQCBda Regional da Baixada Maranhense a organização política, social e econômica das quebradeiras de coco babaçu.

Enquanto pesquisadora, minha posição diante dos entrevistados foi cuidadosa, visto que, tinha consciência de que uma ação ou mesmo uma pergunta mal formulada (BACHELARD, 1996) poderia dificultar o andamento dos trabalhos. Atentei-me aos discursos e posicionamentos dos agentes sociais diante das entrevistas, pois nem sempre o que se quer ouvir pode ser dito. Prosseguindo com o autor, é preciso compreender e conhecer o discurso do dito e do não dito. Pois "para compreender o que pode ser dito e, sobretudo, o que não pode ser dito no palco, é preciso conhecer as leis de formação do grupo dos interlocutores - é preciso saber quem é excluído e quem se exclui. A censura mais radical é a ausência" (BOURDIEU, 1989, p. 55).

O trabalho de campo, realizado no MIQCB da Regional da Baixada Maranhense refletiu como as quebradeiras de coco se organizam em movimentos sociais para garantir seu acesso à terra e seus frutos, capazes de prover sua subsistência no meio rural. O MIQCB da Regional da Baixada Maranhense, atua em Viana, Cajari, Monção, Matinha, Penalva, Pedro do Rosário, trabalha na produção e comercialização do azeite e do mesocarpo, que as quebradeiras utilizam para fazer bolo, mingau, biscoito e comercializam os produtos nos municípios de Viana, Matinha, Cajari, objetivando ampliar o mercado para outras regiões.

Um dos objetivos do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense é buscar cada vez mais quebradeiras onde elas estiverem, para terem acesso aos programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos, assim como aconteceu com a Dona Glória, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense. Há dez anos ela faz parte do Movimento. Antes, Dona Glória quebrava o coco e tinha dificuldade para vendê-lo, foi quando ela conheceu o MIQCB através de outras quebradeiras de coco e hoje ela faz o mesmo, busca outras quebradeiras em diferentes lugares. Dona Glória¹⁵¹ relata sua inserção no MIQCB e as ações do Movimento em prol das quebradeiras:

Eu faço parte do MIQCB há dez anos, sempre fui quebradeira mas não conhecia o MIQCB. Antes a gente só quebrava e vendia pouco e o MIQCB chegou até a gente através das coordenadoras mais antigas e hoje a gente faz o mesmo que fizeram comigo, buscando quebradeiras. Quando as coordenadoras mais antigas chegaram até nós, começamos a participar dos movimentos, das reuniões. A gente vai se engajando mais e daí cria os grupos de produção. Os eventos que acontecem através dos apoiadores internacionais que financiam para realizar os projetos sociais. Tem os Vínculos Solidários, é uma instituição que a gente já tá a bastante tempo. É realizado pela ActionAid. A gente vem bastante tempo com essa luta em buscar essas mulheres que tão distantes do comércio, ensinar elas a valorizar o babaçu, aproveitar melhor o babaçu, pois têm muitas quebradeiras que ainda não sabem aproveitar o babaçu; e, a bandeira hoje do MIQCB mais urgente é a luta pelo acesso a terra, que esse é um problema em todas as Regionais: a luta pelo babaçu livre. Não há babaçu livre se não tiver acesso a terra. Isso é o que a gente mais debate porque se a gente tivesse a terra, esse babaçu ia fluir (BELFORT, 31 DE OUTUBRO DE 2018).

A quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense, Maria Antônia dos Santos¹⁵² expõe os objetivos do MIQCB:

Os objetivos do MIQCB é trabalhar, é na luta em prol da melhoria das quebradeiras, na luta pelo desenvolvimento das crianças, educação, lazer, e temos um trabalho muito bonito que é o Vínculo Solidário que é muito bom, é um trabalho educativo com as crianças, a gente trabalha com as famílias e na luta pela terra e o MIQCB se desenvolve, é pau pra toda obra. A gente luta por tudo na nossa convivência, são reuniões, debates e levanta questões da melhoria tanto pras quebradeiras quanto pra população da crianças até o ancião (MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS, 28 DE AGOSTO DE 2019).

Almeida (2008b) destaca que para as quebradeiras, os recursos naturais, sintetizados estão na ideia de “terra” e as mobilizações no sentido de sua conservação, servem de reforço à reivindicação da identidade coletiva delas, essa especificidade faz parte de uma

¹⁵¹ Maria da Glória Trindade Belfort, conhecida como Dona Glória, quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB, da Regional da Baixada Maranhense, moradora da Comunidade Quilombola São Caetano, de Matinha, município do Maranhão.

¹⁵² Entrevista concedida em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar/MA.

interpretação que não pode ser dissociada das mobilizações existentes nas áreas de ocorrência do babaçu, o autor prossegue, são essas mobilizações que passam a compor parte de um conjunto considerado para a reprodução física e social de comunidades inteiras que habitam essas regiões. Essa identidade é reforçada, fortalecendo também os laços de solidariedade que são criados face às ocorrências dos antagonistas sociais.

4.1.3 O “Encontrão” como expressão de resistência nos babaçuais

Na década de 1990, as quebradeiras de coco passam a se reunir para debater formas de melhorar as condições de trabalho. Em 1991, a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, assim denominado até 1995, organiza o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís, Maranhão que ocorreu entre os dias 24 a 26 de setembro do mesmo ano. O segundo Encontro aconteceu de 12 a 14 de outubro de 1993, em Teresina/PI. O terceiro Encontro, ocorreu de 28 a 30 de novembro em São Luís/MA, em 1995. O quarto Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu sucedeu de 11 a 14 de setembro de 2001 em Imperatriz/MA. O quinto Encontro ocorreu na capital do estado do Maranhão, de 08 a 10 de dezembro de 2004; o sexto Encontrão aconteceu de 16 a 18 de junho de 2009, na cidade de São Luís/MA; o sétimo foi realizado de 23 a 25 de setembro de 2014 em São Luís/MA, e o oitavo Encontrão aconteceu de 07 a 09 de fevereiro de 2019 em São Domingos do Araguaia/PA.

Desde 1991, quando ocorreu o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, as edições seguintes passaram a ser denominadas de “Encontrão” por reunirem quebradeiras dos quatro estados MA, PI, PA, TO, que durante o ano realizavam encontros menores conhecidos como “Encontrinhos” (CORDEIRO, 2008).

Quadro 7 - Os “Encontrões”

EDIÇÃO	DATA	LOCAL
1 ^a	24 a 26 de setembro de 1991	São Luís/MA
2 ^a	12 a 14 de outubro de 1993	Teresina/PI
3 ^a	28 a 30 de novembro de 1995	São Luís/MA
4 ^a	11 a 14 de setembro de 2001	Imperatriz/ MA.
5 ^a	08 a 10 de dezembro de 2004	São Luís/MA
6 ^a	16 a 18 de junho de	São Luís/MA

	2009	
7 ^a	23 a 25 de setembro de 2014	São Luís/MA
8 ^a	07 a 09 de fevereiro de 2019	São Domingos do Araguaia/PA.

Fonte: www.miqcb.org

Para realizar o Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, conhecido popularmente como “Encontrão”¹⁵³, as quebradeiras se reúnem três meses antes para realizarem os Encontrinhos que acontecem nas seis Regionais do MIQCB, nos estados: MA, PI, PA, TO, para a eleição das coordenadoras que tomarão posse no dia do “Encontrão” e também para escolherem as delegadas, que poderão votar no dia do Evento (SILVA, Leididaina, 2014).

Durante os dias de programação, do “Encontrão” além da eleição para a coordenação geral e confirmação das coordenadoras regionais eleitas ao longo da realização dos Encontrinhos, são trabalhados eixos estratégicos para o MIQCB, como por exemplo: Acesso Livre ao Território e Babaçu, Educação Contextualizada, Acesso ao Conhecimento e Economia Solidária. As dificuldades e oportunidades levantadas ao longo dos Encontrinhos são consolidadas no Planejamento Estratégico do Movimento com temas sobre o desafio do acesso livre ao território onde estão os babaçuais, a queima das florestas do coco babaçu e das pindovas, as violências físicas e psicológicas sofridas pelas quebradeiras (MIQCB, 2019).

No “Encontrão” são eleitas 24 mulheres¹⁵⁴, quatro representantes por Regional, destas coordenadoras interestaduais, sete formam a coordenação executiva, sendo seis coordenadoras executivas regionais e uma coordenadora geral; 240 delegadas discutem e elaboram as políticas do Movimento num Plano de Ação Interestadual que é articulado e executado em cada Regional conforme especificidades locais, e apresentam o Planejamento Estratégico do MIQCB para os cinco anos seguintes, assim, como o Estatuto do Movimento. A cada “Encontrão”, as quebradeiras do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins debatem e reivindicam seus direitos ao Poder Público como comunidade tradicional, como lhes assegura a Constituição do Brasil de 1988.

Um exemplo deste, se sucedeu, no VI Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, ocorrido nos dias 16 a 18 de junho de 2009, em São Luís/MA, onde elas

¹⁵³ O significado de “encontro”, no léxico dos movimentos sociais, corresponde a um mecanismo de decisão, equivalente a uma assembleia, a uma reunião deliberativa ou a uma consultoria realizada pela coordenação junto àqueles que são por ela representados (ALMEIDA, 2008b, p.23).

¹⁵⁴ Elas são eleitas nos encontros regionais. No Encontro Interestadual é eleita a coordenadora geral e os cargos da Direção Executiva, são compostos por seis coordenadoras.

apresentaram aos poderes executivo, judiciário e legislativo, ao Ministério Público e à sociedade em geral, suas considerações e reivindicações, tais como: Direitos a programas e políticas públicas específicas referentes a Políticas de Promoção da Economia Extrativista; Políticas de Acesso a Terra e aos recursos dos babaçuais; A aprovação e Implantação do Projeto de Lei Federal 231/2007 (Lei do Babaçu Livre); A regularização fundiária e a imediata retirada de todas as cercas elétricas das terras tradicionalmente ocupadas pelas quebradeiras de coco babaçu, com especial menção às terras de quilombos etc.(CARTA DAS QUEBRADEIRAS, 2009).

Em 2014, oVII Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, ocorreu nos dias 23 a 25 de setembro, em São Luís/MA, com o tema: “Cultura viva nos territórios tradicionais”. Teve a participação do poder público, da sociedade civil e de organismos internacionais. Neste evento, as quebradeiras animadas, batiam palmas, entoavam cantos de luta. Debateram a questão da afirmação de identidade; a valorização do trabalho exercido; o respeito ao gênero feminino; as políticas sociais do poder público para a sustentabilidade do ofício das quebradeiras, também alegaram que certos funcionários do INCRA¹⁵⁵, não são capacitados para atuarem com as comunidades tradicionais também comentaram sobre o desejo de que jovens permaneçam na terra, trabalhando com os recursos que existem; elas denunciaram as dificuldades em obter o babaçu, pois, se o babaçu está na área do fazendeiro, não se pode entrar nessa área para trabalhar, para coletar o babaçu, pois os fazendeiros estão pagando pessoas para ajuntarem o coco e assim não sobra nada para elas. Como pode ser observado nas discussões colocadas pelas quebradeiras:

Mortes de agricultores pela luta, pela terra, babaçu preso, cerca elétrica, derrubada e veneno nas palmeiras ainda muito comum, a questão das cercas elétricas principalmente na Baixada, fazendeiros dão a terra pra trabalhar e logo depois coloca o gado pra comer a produção dos agricultores, grupos fortes e fazendeiros ligados ao grupo político do Maranhão e a gente tem discutido, e essas áreas que é desse grupo forte a gente ainda ver com a dificuldade maior de ser regularizada e muitas mulheres ainda estão em comunidades que não estão ligadas a nenhum movimento e isso enfraquece a luta pela terra. E como sugestão né pra esse novo mandato do MIQCB das coordenadoras e assessorias, intensificação a pressão nos órgãos de regularização

¹⁵⁵Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira. Foi criado pelo decreto nº 1 110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de oito mil assentamentos existentes no País. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Nacional_de_Coloniza%C3%A7%C3%A3o_e_Reforma_Agr%C3%A1ria. Acesso em: 11 jun. 2019.

fundiária, no caso o INCRA, INTERMA, O ICMBIO¹⁵⁶; é lutar também pela aprovação das leis babaçu livre nos municípios, ai a gente entende que mesmo não tendo a terra, mas tendo o coco livre pra coletar a gente entende que já é um avanço né, já uma forma de trabalho pra quebradeiras, mapear situação fundiária de todos os municípios né, de atuação do MIQCB porque a gente acha que a nossa situação é ruim, mas ouvindo o depoimento das outras mulheres, elas estão em situação pior do que determinadas regionais e ai que o MIQCB possa tá fazendo esse mapeamento pra que a coordenação tenha uma visão do todo da situação da regional. (VII ENCONTRÃO, SETEMBRO DE 2014)

As quebradeiras no VII “Encontrão, elaboraram cartas direcionadas aos órgãos governamentais, nas quais reivindicam: desenvolvimento de tecnologias adequadas para a utilização integral do coco babaçu; acesso das quebradeiras a programas governamentais que lidam com a saúde da mulher; efetiva implantação das reservas extrativistas; garantia do livre acesso aos babaçuais; punição àqueles que cometem crimes ambientais, devastação dos babaçuais, castanhais e seringais e desapropriação imediata das áreas de conflito que envolvem as quebradeiras de coco.

No VIII Encontrão das Quebradeiras realizado nos dias 07 a 09 de fevereiro de 2019, em São Domingos do Araguaia, no Pará, intitulado “Mulheres quebradeiras de coco: Resistência nos babaçuais”, várias temáticas foram debatidas, entre elas, o Planejamento Estratégico do MIQCB para os próximos cinco anos, a apresentação do novo Estatuto do Movimento e a eleição para a coordenação geral da instituição.

O VIII Encontro Interestadual contou com a participação de representantes das instituições parceiras do MIQCB como União Europeia, ActionAid, Fundação Ford, Fundo de Desenvolvimento para a Biodiversidade, Banco Mundial, Centro de Agricultura Alternativa, projeto DGM¹⁵⁷, Instituto Socioambiental¹⁵⁸ (ISA), Instituto Sociedade População e Natureza

¹⁵⁶O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia em regime especial, criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/oinstituto>. Acesso em: 9 jun. 2019.

¹⁵⁷ Projeto DGM (Dedicated Grant Mechanism for Indigenous Peoples and Local Communities) significa "Mecanismo de Doação Dedicado a Povos Indígenas e Comunidades Locais". É uma iniciativa estabelecida no âmbito do FIP/Fundo de Investimento Florestal, com a finalidade de conceder subsídios destinados a melhorar a capacidade dos Povos Indígenas e Comunidades Locais (PICL). O Programa visa fortalecer a discussão sobre a redução do desmatamento e da degradação florestal (REDD+) - em inglês, Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal -em nível local, nacional e global e está presente em quatorze países do mundo: Brasil, Burkina Faso, Congo, Costa do Marfim, Equador, Gana, Guatemala, Indonésia, Laos, México, Moçambique, Nepal, Peru. O Projeto atua com povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais através de pequenos projetos que abrangem ações diversas como recuperação de nascentes, melhoria na cadeia de produção de artesanato, melhoria na produção

(ISPN), ASW, equipe de professores e pesquisadores da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Cartografia Social da Amazônia, Comissão Pastoral da Terra do Maranhão, Secretaria de Agricultura Familiar do Maranhão, Carta de Belém, participação de instituições como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação de São Domingos, Conselho Nacional de Seringueiros e o Poder Público do município.

Figura16 - Quebradeiras de coco reunidas no VIII “Encontrão”, 2019



Fonte: www.miqcb.org

Neste VIII “Encontrão” foi realizada uma análise de conjuntura política, social e ambiental feita por representantes de várias instituições convidadas, com objetivos de definir o planejamento estratégico para os próximos cinco anos tendo como diretriz os eixos de atuação do Movimento. Representantes da ActionAid, APA-TO¹⁵⁹, ISPN¹⁶⁰ e da CPT além da equipe

agrícola de pequenas áreas, implementação pela comunidade de estratégia de monitoramento e segurança territorial, entre outras iniciativas. No total estão sendo financiadas 64 iniciativas em diferentes comunidades do bioma Cerrado. Disponível em: <http://fip.mma.gov.br/projeto-dgm/>. Acesso em: 3ago. 2019.

¹⁵⁸O Instituto Socioambiental (ISA) é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Desde 2001, o ISA é uma Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – com sede em São Paulo (SP) e subedes em Brasília (DF), Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Gabriel da Cachoeira (AM), Canarana (MT), Eldorado (SP) e Altamira (PA).

Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa>. Acesso em: 5 set. 2019.

¹⁵⁹A Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO) é uma ONG criada em 1992, reunindo representantes do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Tocantins e da Comissão Pastoral da Terra. A ONG surgiu para atender à demanda dos agricultores e das agricultoras familiares que buscavam assessoria técnica para a construção participativa de sistemas produtivos de uso e ocupação do solo que fossem sustentáveis e agroecológicos. Disponível em: <http://www.apato.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 5 set. 2019.

¹⁶⁰Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN) é uma organização da sociedade civil sem fins econômicos com sede em Brasília e escritório em Santa Inês/ MA. Desde 1990 atua pelo desenvolvimento com equidade

técnica do MIQCB conduziram as rodas de diálogos com o público que foram divididos em quatro grupos: Terra e Território, Acesso Livre aos Mercados, Juventude e Educação Contextualizada. No segundo momento foi apresentado o novo Estatuto do MIQCB e debatida e aprovada algumas alterações no documento que regulamenta a instituição. Por meio dos trabalhos da Comissão Eleitoral, foi eleita a nova coordenação geral e o conselho fiscal do Movimento. Maria Alaídes de Sousa da região do Médio Mearim é a coordenadora geral e Helena Gomes do Piauí foi eleita à vice (MIQCB,2019).

A quebradeira Maria Alaídes de Sousa¹⁶¹, eleita coordenadora geral, no VIII “Encontrão”, de 2019, esclarece qual será o foco do MIQCB para os próximos anos:

Uma coisa grave é o agrotóxico. A outra coisa é a organização da produção, a busca de mercado, ainda a formação social com a inserção da juventude, o empoderamento da mulher continua e hoje a luta tá sofisticada, de novo a preocupação das mulheres, até como ameaça de colocar a cara a tapa na resistência pelo território, os grandes empreendimentos tão forçando as mulheres a entrar na frente da luta, a gente tá contra as cercas elétricas na Baixada, os campos cercados, as terras ainda não regularizadas. É um mundo de objetivos de prioridade que o MIQCB tá buscando. Uma outra coisa nova, se a gente não tivesse desequilibrado na questão do Fundo Amazônia¹⁶², que é um recurso, que vem do BNDES¹⁶³. A gente tem começado a fazer empréstimos de repasse de fundo pras mulheres implantar sua agroindústria dentro do desenvolvimento do aproveitamento integral do babaçu, não é uma coisa grande, mas já é um começo. Tem em todo estado, nós temos no Piauí, no Pará, na Baixada, uma indústria oferecendo pro mercado institucional, como PAA e o PNAE (SOUSA, 18 DE SETEMBRO DE 2019).

No VIII Encontrão das Quebradeiras do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, artesanato, biscoitos, azeite e outros produtos derivados do babaçu estiveram expostos na Feira Agroecológica.¹⁶⁴ A organização da exposição ficou por conta da CIMQCB que vem

social e equilíbrio ambiental, por meio do fortalecimento de meios de vida sustentáveis e estratégias de adaptação e mitigação às mudanças do clima e para fortalecer a relação entre pesquisadores e comunidades, com o intuito de qualificar e promover a troca e geração de conhecimentos que possam contribuir com a consolidação do olhar ecossocial pelo desenvolvimento global. Disponível em: <https://ispn.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 5 set. 2019.

¹⁶¹ Entrevista concedida em 18 de setembro de 2019, São Luís/MA.

¹⁶² O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Também apoia o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no restante do Brasil e em outros países tropicais.

Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 20 set. 2019.

¹⁶³ Fundado em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um órgão público federal, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que apoia e financia a longo prazo investimentos em diversos segmentos econômicos como agricultura, indústria, infraestrutura, comércio e serviços, além de investimentos sociais nas áreas de educação, saúde, agricultura familiar e outras. Disponível em: <https://www.significados.com.br/bndes/>. Acesso em: 20 set. 2019.

¹⁶⁴ As Feiras Agroecológicas são espaços em que agricultoras e agricultores familiares comercializam produtos agroecológicos diretamente aos consumidores e consumidoras. As Feiras são estratégias de comercialização que dinamizam a produção do campo, proporcionando alimentação saudável e garantindo o aumento da renda familiar camponesa. As Feiras ainda fortalecem a organização comunitária, pois são realizadas de forma participativa, sendo coordenadas pelos próprios/as agricultores e agricultoras. Disponível em: <http://cetra.org.br/index.php/pt-br/9-noticias/350-feiras-agroecologicas-e-solidarias>. Acesso em: 12 ago. 2019.

consolidando e conquistando espaços nas feiras de vários municípios de atuação do Movimento, além da participação em programas institucionais. Para Rosário Costa Ferreira, diretora da Cooperativa, a visibilidade proporcionada aos produtos e as vendas realizadas durante o VIII “Encontrão” consolidam o mercado solidário do babaçu. “É mais um espaço de divulgação dos produtos que fazem parte da cadeia do babaçu. Existe muita troca entre as próprias expositoras e com a comunidade na qual acontece a feira” (MIQCB,2019).

Figura17- Quebradeiras organizam Feira de Produtos do Babaçu durante o VIII “Encontrão”, 2019



Fonte: www.miqcb.org

No VIII “Encontrão” 2019, realizado nos dias 07 a 09 de fevereiro, em São Domingos do Araguaia, no Pará, as quebradeiras apresentaram sua Carta Política à sociedade civil e ao poder público onde consta suas denúncias e considerações sobre o atual momento político do país. Na Carta Política, as quebradeiras explicam que o MIQCB enquanto maior Movimento da América Latina luta pela garantia da conservação do modo de vida das quebradeiras, que está sendo ameaçado; luta pela manutenção das florestas sagradas; pela conservação da sociobiodiversidade; pela garantia urgente dos direitos das mulheres quebradeiras de coco à terra, território e babaçu livre; à economia solidária e acesso aos mercados; a educação contextualizada e acesso ao conhecimento.

Elas denunciam que seus territórios estão sendo invadidos pelo agronegócio e mineração, que estão sendo expulsas de suas terras, e as palmeiras estão sendo derrubadas e

envenenadas, o acesso aos babaçuais é impedido pelos fazendeiros; as cercas elétricas e búfalos ameaçam sua reprodução; o aumento da compra do coco inteiro pelas empresas de ferro-gusa impede o aproveitamento diversificado do coco babaçu, os mananciais de água têm secado, as companheiras quebradeiras têm tombado pelo acirramento da violência do feminicídio nas comunidades; as lideranças políticas são ameaçadas pelo aumento de conflitos fundiários e impedidas de denunciar as violações de seus direitos, e muitas outras questões que ameaçam seu modo de vida, sua identidade e prejudica a mãe Terra.

Elas afirmam que mesmo diante dessas situações, se manterão firmes em defesa dos babaçuais e dos seus direitos, resistindo nos seus territórios, mantendo e transmitindo sua cultura e seus rituais e fortalecendo a liderança política das organizações em aliança com a sabedoria da juventude e das que vieram antes delas. Assim dizem as quebradeiras: “ Eu existo porque alguém antes de nós existiu, porque alguém antes de nós resistiu” (CARTA DAS QUEBRADEIRAS, 2019).

Quadro 8: Resumo das Cartas dos Encontros de 2009 a 2019

Edição	Ano	Conflitos	Reivindicações
VI	16 a 18 de junho 2009	<p>Devastação dos babaçuais nas terras tradicionalmente ocupadas pelas quebradeiras de coco;</p> <p>Usurpação do coco inteiro pelas carvoarias vinculadas às siderúrgicas que desrespeitam as leis trabalhistas e ameaçam a integridade física das quebradeiras ;</p> <p>A expansão do rebanho bovino que restringe o extrativismo do babaçu;</p> <p>A ausência de políticas adequadas que torna as quebradeiras vulneráveis às ações especulativas de empresas num mercado desregulado etc.</p>	<p>Imediata retirada dos búfalos da Baixada Maranhense;</p> <p>A proibição do cercamento dos babaçuais com cercas elétricas;</p> <p>A aprovação e Implantação do Projeto de Lei Federal 231/2007(Lei do Babaçu Livre);</p> <p>A regularização fundiária e imediata retirada de todas as cercas elétricas das terras tradicionalmente ocupadas pelas quebradeiras de coco babaçu, com especial menção às terras de quilombo etc.</p>

VII	23 a 25 de setembro de 2014	<p>Crescentes ameaças aos territórios por parte daqueles que violam as terras tradicionalmente ocupadas e intensificadas pelos projetos de mineração, plantações de commodities e hidrelétricas e a precariedade do apoio público às comunidades tradicionais e os pendentes processos de regularização fundiária a nível federal e estadual;</p> <p>Vulnerabilidade dos Quilombos reconhecidos e ainda não reconhecidos pela Fundação Palmares, bem como outras formas de territorialização das comunidades tradicionais;</p> <p>A falta de fiscalização que permite a contínua e crescente destruição e envenenamento dos babaçuais e o transporte ilegal de produtos florestais como o coco inteiro, usurpando o sustento das famílias de quebradeiras de coco etc.</p>	<p>Ao Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais a averiguação dos Estudos de Impactos Ambientais e eventuais ações cívicas em desfavor das obras: Eclusa do Rio Araguaia Tocantins, Suzano Papel Celulose, da Usina Hidrelétrica Marabá , OGX NE MPX em Santo Antônio dos Lopes (MA), Elecnor (linhão) e Projetos de Diques da Baixada;</p> <p>Ao IBAMA e Secretarias Estaduais do Meio Ambiente a fiscalização e punição dos infratores das leis ambientais que devastam os babaçuais e exploram insustentavelmente seus produtos, transportando e queimando coco inteiro, envenenamento das pindovas , o uso de cercas elétricas nos campos;</p> <p>Ao Ministério da Justiça e secretarias especiais de segurança pública: estruturação da rede de instituições prevista na Lei Maria da Penha, que garanta as medidas</p>
-----	-----------------------------	--	--

			de proteção aos direitos da mulher etc.
VIII	07 a 09 de fevereiro de 2019	<p>A expansão do latifundiário, da pecuária, da mineração, das barragens, da monocultura da soja, do arroz, do eucalipto, da teca, da cana-de-açúcar, financiadas pelo capital internacional, e pelo Estado brasileiro nas esferas federal, estadual e municipal, aceleração do desenvolvimento agropecuário como o MATOPIBA, o Projeto Grande Carajás, implementação de obras de infraestrutura e logística que pregam um falso desenvolvimento que não contempla as quebradeiras de coco babaçu;</p> <p>Perdas de direitos sociais e de inclusão produtiva, conquistados com muita luta;</p> <p>Os cortes orçamentários ao PAA;</p> <p>Fim das secretarias das mulheres rurais;</p> <p>Desrespeito aos protocolos de consulta previstos na Convenção 169 da OIT, são marcos políticos de falsas soluções para uma suposta crise econômica, que na verdade representam o reforço de uma nova fase de colonização para as quebradeiras de coco babaçu etc.</p>	<p>Garantia urgente dos direitos das quebradeiras de coco babaçu à terra, território e babaçu livre, à economia solidária, acesso aos mercados, educação contextualizada e acesso ao conhecimento;</p> <p>Engajamento da sociedade brasileira em articulação com as quebradeiras de coco babaçu e suas organizações, na defesa dos povos tradicionais, dos biomas sagrados e da autonomia política, econômica e social das mulheres;</p> <p>Defesa dos babaçuais e dos direitos das quebradeiras de coco babaçu etc.</p>

Fonte: Cartas das Quebradeiras (2009,2014 e 2019).

Como observado no resumo do quadro acima, as Cartas das Quebradeiras, como de 2009, por exemplo, as quebradeiras denunciaram à sociedade e aos governos o processo de devastação dos babaçuais, através do desmatamento indiscriminado nas terras tradicionalmente ocupadas por elas, e também a produção de carvão vegetal com a usurpação do coco inteiro vinculadas pela indústria siderúrgica; em 2014 as quebradeiras denunciaram as crescentes ameaças aos seus territórios intensificadas pelos grandes investimentos em projetos de mineração, plantações de *commodities* e hidrelétricas e a precariedade do apoio público às comunidades tradicionais; em 2019 as quebradeiras denunciam a expansão do latifúndio, do agronegócio, da mineração, das barragens, da monocultura da soja, do eucalipto, da cana-de-açúcar financiadas pelo capital internacional, e pelo Governo municipal, estadual e federal brasileiro com o desenvolvimento agropecuário, como o MATOPIBA.

Neste decênio as quebradeiras viveram situações conflituosas com diversos antagonistas que querem expropriá-las de suas terras e suas reivindicações exigem cumprimento do Estado na garantia do seu reconhecimento como comunidade tradicional, regularização de seus territórios, criação da Lei Federal do Babaçu Livre, acesso às políticas públicas, deste modo, as quebradeiras se articulam com as organizações em defesa dos seus direitos, por sua autonomia política, econômica, social e cultural.

Almeida (2019,p.96) destaca que os Encontros reforçam a identidade "quebradeiras de coco", que emerge como força social no processo de luta pelo livre acesso e pela conservação dos babaçuais, num contexto em que a derrubada das palmeiras para a formação de pastagens tem se constituído numa forma de expulsão dos camponeses. As associações de quebradeiras dialogam diretamente com as instâncias formais de decisão. Sua representação tem sido sucessivamente legitimada nos últimos anos.

As quebradeiras de coco além dos “ Encontros” realizados a cada quinquênio, participam também de movimentos sociais pelo país para fortalecer sua identidade coletiva, reivindicar seus direitos como comunidade tradicional, pressionar o Estado ao acesso à políticas públicas como estratégia de resistência e autonomia. Um dos movimentos sociais mais emblemáticos é a Marcha das Margaridas considerada a maior mobilização de mulheres da América Latina, que reúne em Brasília, milhares de trabalhadoras rurais, extrativistas, indígenas, quilombolas para dialogar com o Governo Federal sobre suas reivindicações.

4.1.4 A Marcha pela terra e babaçu livre

As quebradeiras de coco, seja em audiências públicas com autoridades, com a sociedade civil, com os organismos internacionais, seja em eventos, em suas participações para onde vão, elas apresentam o Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais. Um exemplo deste, ocorreu na V Marcha das Margaridas realizada nos dias 11 a 12 de agosto de 2015 em Brasília com participação de trabalhadoras rurais de todo o Brasil. A Marcha das Margaridas sucedeu pela primeira vez em 2000, e teve outras edições: 2003, 2007, 2008, 2015 e 2019 sempre definindo pautas de reivindicações a serem entregues aos representantes dos poderes públicos federais.

A Marcha das Margaridas é uma homenagem a Margarida Maria Alves, trabalhadora rural, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, do estado da Paraíba, assassinada por pistoleiro, a mando de latifundiários da região do brejo paraibano, em 12 de agosto de 1983 e por mais de dez anos à frente do sindicato, Margarida lutou pelo fim da violência no campo, por direitos trabalhistas como respeito aos horários de trabalho, carteira assinada, 13º salário, férias remuneradas. Margarida dizia que “É melhor morrer na luta do que morrer de fome.” A sua morte tornou-se um símbolo político, representativo das mulheres trabalhadoras rurais, que deram seu nome ao evento mais emblemático que realizam (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2015)¹⁶⁵.

Na V Marcha das Margaridas de 2015, foi entregue ao Governo Federal e ao Congresso Nacional, o Caderno de Pauta de Reivindicações com temas sobre desenvolvimento sustentável, democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade, resultado de rodadas de discussões coletivas promovidas pela Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG), em parceria com diversas entidades como a Marcha Mundial das Mulheres, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), União Brasileira de Mulheres, entre tantas outras parceiras. A então presidente Dilma Roussef, acompanhada dos ministros Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para Mulheres; Miguel Rossetto, da Casa Civil; Tereza Campello, do Ministério do Desenvolvimento Social e Patrus Ananias, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, receberam uma comissão da Marcha das Margaridas.

¹⁶⁵ Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/08/marcha-das-margaridas-entenda-o-que-e-e-quem-sao-elas>. Acesso em: 22 abr. 2019.

A participação das quebradeiras de coco babaçu na V Marcha das Margaridas, ocorrida em Brasília nos dias 11 a 12 de agosto de 2015, marcou a diferença em relação à participação das quebradeiras em Marchas anteriores. As quebradeiras usando elementos da simbologia e da identidade do seu cotidiano, ganharam em visibilidade e garantia de sua representação no processo de organização da Marcha, o que foi conseguido com muita reivindicação junto às demais entidades coordenadoras, como explica Cledeneuza Bezerra Oliveira, coordenadora da Cooperativa das Quebradeiras de Coco:

Eu acho que foi a Marcha mais reforçada do que as outras passadas. Nós quebradeiras de coco nos destacamos e fazer sermos vistas, pois antes a gente estava no meio de todo mundo. Hoje, nós estamos destacadas da forma que nos organizamos. E a nossa intenção é surtir um efeito pro nosso trabalho. Antes a gente estava no meio deles, não tinha tanta divulgação do nosso nome, da nossa forma de se apresentar, das nossas bandeiras. Hoje mudou, porque todos os estados que têm as quebradeiras de coco, estão organizados da mesma forma. Mostrou a quantidade que pôde chegar até aqui. A gente tinha os nossos ônibus, mas quando chegava aqui, a gente não tinha destaque (INFO-PNCSA, nº14, 2015, p.03).

Na V Marcha das Margaridas, de 2015, a convite do MIQCB, os pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), apresentaram juntamente com as quebradeiras de coco, o Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais da Região Ecológica do Babaçu, que destaca o papel fundamental do babaçu no modo de vida de mais de 300 mil quebradeiras que, organizadas no MIQCB, buscam conservar a espécie e garantir renda para suas famílias.

Figura 18 - Quebradeiras de Coco Babaçu seguram o Mapa da Região Ecológica do Babaçu, na V Marcha das Margaridas, na Esplanada dos Ministérios, Brasília - 12/08/2015



Fonte: www.novacartografiasocial.com

O Mapa da Região Ecológica do Babaçu é considerado, assim, um instrumento fundamental para a discussão da pauta das quebradeiras, seja pelas entidades que desenvolvem ações a estas relacionadas, seja pela sua maior entidade de representação, conforme ressalta a coordenadora geral do MIQCB Francisca Silva Nascimento (2014 a 2018):

Outra coisa que eu quero destacar na Marcha, que eu acho que é importante assim pra nós, que tá sendo, foi a construção do Mapa através da Cartografia, agradecer aqui a Cartografia. Por que assim talvez aqui a gente sem o Mapa, talvez não tivesse tido essa grande oportunidade de estar aqui e o governo olhar pra nós e dizer que tem uma pauta e que quer discutir com nós o que a gente fez, e que esse Mapa tá trazendo um grande resultado pra nós, que a gente não quer discutir só com governo federal, mas a gente quer discutir com os municípios, com o governo estadual. E essa é nossa ideia através do Mapa, fazer com que esse Mapa, ele sirva pra gente levar e discutir e dizer 'aqui a gente quer que o governo olhe e que veja que esse Mapa foi construído pelas quebradeiras, mas que aqui é a nossa realidade é o que existe de fato' (INFO-PNCSA, nº14, 2015, p.02,).

Como parte da sua presença na Marcha, as quebradeiras realizaram no dia 10 de agosto, na Câmara dos Deputados, em Brasília, o lançamento do Mapa produzido no âmbito do Projeto Cartografia Social dos Babaçuais: mapeamento da Região Ecológica do Babaçu como resultado de pesquisa sediada na Universidade Estadual do Maranhão com a colaboração dos pesquisadores da UFPA, UFMA, UFPI, UNIFESSPA e UFT que estiveram presentes¹⁶⁶ na reunião. Na ocasião, o MIQCB realizou a entrega de carta aos representantes do Governo Federal, com pautas reivindicativas reforçando a criação de políticas públicas que beneficie as

¹⁶⁶Sobre o lançamento do Mapa, na Câmara dos Deputados, publicado em 13 de agosto de 2015. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/?s=mapa+da+regiao+ecologica+do+babaçu>. Acesso em: 11 jul. 2019.

comunidades tradicionais. Durante a apresentação do Mapa, a professora Jurandir Santos de Novaes da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão, coordenadora do Projeto, destacou que o Mapa tem como princípio a autcartografia:

O Mapa não é dos pesquisadores, não é das organizações não governamentais. É um Mapa construído a partir de representações sociais, de identidades coletivas que se organizam em movimentos sociais que vem lutando contra todas as forças que recaem sobre suas vidas. Outro princípio é que ele é realizado a partir de um minucioso trabalho de campo, compartilhado com os agentes que vivem os processos. O Mapa tem como posicionamento político reconhecer processos localizados que não podem vir aqui senão a partir daqueles que estão dentro desses processos (NOVA CARTOGRAFIA, 2015).

Na apresentação do Mapa, a quebradeira de coco, Rosenilde Gregória dos Santos, (Rosa), coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense, ressalta:

O Mapa é muito emocionante, porque a gente começa a fazer algo que não era nosso. A gente aprende a ler o Mapa. Eu moro nessa área, pedaço do município de Viana e Penalva. Eu estou lá casada com um índio. A gente pode mostrar para vocês o que existe lá, uma linha de transmissão sem permissão das comunidades indígenas e que tem afetado os babaçuais. Queria que todos olhassem para isso como uma floresta onde a gente possa respirar (NOVA CARTOGRAFIA, 2015).

Também argumenta sobre o Mapa, a quebradeira de coco, Maria Alaídes Sousa, da Regional do Médio Mearim/MA,

Sou quebradeira de coco assentada. Teve um deputado que falou uma vez que o babaçu é uma praga. Esse projeto MATOPIBA¹⁶⁷ é uma ameaça. Com a soja, com a agropecuária, com a monocultura, quem vai sofrer são as capoteiras¹⁶⁸. O nosso Mapa identifica os conflitos, onde tem os recursos naturais (NOVA CARTOGRAFIA, 2015).

Francisca Silva Nascimento, coordenadora geral do MIQCB, (2014 a 2018) também manifesta sua alegria, pela oportunidade de abordar sobre o Mapa.

¹⁶⁷MATOPIBA resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa expressão designa uma realidade geográfica caracterizada pela expansão de uma nova fronteira agrícola no Brasil baseada em tecnologias modernas de alta produtividade. A delimitação da região foi realizada pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa (GITE) que utilizou como primeiro grande critério as áreas de cerrados existentes nos estados. Foi baseada em informações numéricas, cartográficas e iconográficas, resultando na caracterização territorial dos quadros natural, agrário, agrícola e socioeconômico. Os povos indígenas, quilombolas e as comunidades tradicionais enviaram um documento ao Congresso afirmando que o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA – MATOPIBA) impactará agressivamente o bioma cerrado, além de desconsiderar e tornar invisíveis dezenas de povos que, há anos, buscam a regularização de suas terras, aumentando a grilagem das terras e a violência física e psicológica já existentes contra as populações do cerrado. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2016/01/31/o-que-e-o-matopiba/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

¹⁶⁸Palmeira jovem, considerada virgem, que se encontra no desenvolvimento da palmeira entre a sua infância, quando é considerada pindova, e a idade adulta, quando é chamada curinga. (LUCENA, 2008, p.106)

Esse momento era o que a gente sempre sonhava e queria que acontecesse. Mas a gente sonhava que tivesse mais deputados aqui, para ver o Mapa, o trabalho da Cartografia e ver o que a gente quer dizer com este Mapa aqui hoje. Nós estamos querendo chamar atenção das autoridades, para o governo, que a gente precisa de um olhar diferente para as quebradeiras de coco. Qual é o desenvolvimento que se quer implantar? Somos quebradeiras de coco, mas também vivemos da agricultura familiar e precisamos da roça. Eu fico muito preocupada se chegar o MATOPIBA no Piauí. E a gente vive pensando que governo é esse, será que ele se preocupou com a gente? (NOVA CARTOGRAFIA, 2015).

Manifestaram-se na Câmara dos Deputados, durante a reunião, as demais quebradeiras de coco babaçu presentes: Francisca Maria Pereira (coordenadora do MIQCB-Regional Médio Mearim /Cocais do Maranhão), Jucilene Rodrigues Sousa, quebradeira de coco do Pará, o deputado federal Nilto Tatto (PT/SP), Maurício Gueta (Instituto Socioambiental - ISA), Rodrigo Noletto (Instituto Sociedade População e Natureza - ISPN) a senadora Regina Sousa (PT/PI), e os pesquisadores do Projeto Benjamim Alvino de Mesquita da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Helciane de Fátima Abreu Araujo (UEMA/PPGCSPA), Carmen Lúcia Silva Lima (UFPI), Poliana de Sousa Nascimento e Luís Augusto Pereira Lima ambos do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA, 2015).

Figura 19 - Quebradeiras apresentam o Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais, na Câmara dos Deputados, em Brasília, 10 de agosto de 2015.



Fonte: www.meionorte.com¹⁶⁹

¹⁶⁹ Disponível em: <https://www.meionorte.com/noticias/lancado-em-brasilia-o-mapa-dos-babacuais-276709>. Acesso em: 10 jul. 2019.

As quebradeiras de coco babaçu ao se reconhecerem no Mapa, expressam os conflitos enfrentados diante das dificuldades vividas em seu cotidiano: de derrubada das palmeiras, expulsão das famílias de suas terras, instalação de empresas relacionadas ao babaçu, formação de fazendas e, sobretudo do avanço do agronegócio, que são dentre outras, ameaças à existência social e política delas.

Na 6ª edição da Marcha das Margaridas de 2019, que ocorreu no dia 14 de agosto, em Brasília, cerca de 500 quebradeiras de coco babaçu, organizadas por meio do MIQCB, participaram do evento. Ao longo do percurso do Parque da cidade de Brasília até a Esplanada dos Ministérios, ecoaram as vozes das mulheres que lutam pelo bem viver, por meio da quebra do coco babaçu. Juntas exigiam pelo cumprimento de direitos como acesso livre ao território, valorização da cadeia do coco babaçu, capacitação por meio de uma educação contextualizada, acesso a políticas públicas.

Para a coordenadora geral do MIQCB, Maria Alaides de Sousa, eleita em 2019, no VIII “Encontrão”, ocorrido nos dias 07 a 09 de fevereiro em São Domingos do Araguaia, no Pará, explica que o momento é de fortalecer a resistência em um governo tão desmobilizador dos movimentos sociais. “Viemos até Brasília dizer que as mulheres das águas, das florestas, das cidades não aceitam essa situação de total desvalorização da nossa história de luta, resistiremos e momentos como esses nos unem e nos fortalecem”. Para a VI Marcha das Margaridas de 2019, o MIQCB compareceu com seis ônibus, com cerca de 500 mulheres quebradeiras, dos quatro estados de atuação do Movimento: Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. A delegação do Maranhão foi a maior da Marcha com 73 ônibus enviados do estado.

A Câmara dos Deputados em Brasília foi tomada pelas mulheres, na manhã de 13 de agosto de 2019, numa Sessão Solene que deu início à Marcha das Margaridas. A sessão foi requerida pelas deputadas federais Érica Kokay (PT/DF) e Talíria Petrone (PSOL/RJ) e abriu espaço para as palavras fortes que além de celebrarem a importância da reunião de quase 100 mil mulheres na maior mobilização conjunta de mulheres da América Latina, também abriu espaço para as críticas ao atual momento político vivido no país.

Figura 20 - Quebradeiras de coco participam da VI Marcha das Margaridas, em Brasília, 2019.



Fonte: www.miqcb.org.br

No mesmo dia, aconteceu a abertura da Marcha das Margaridas, no Parque da Cidade. A liderança das quebradeiras, Maria do Socorro Teixeira Lima, do Tocantins, comentou sobre a importância da Marcha. “Esse é um momento de muita emoção. É um momento de novas leituras e reflexões sobre o país. Continuamos firmes na luta, mesmo após a Reforma da Previdência e lutando pela agroecologia”, afirmou. Em uma roda de troca de experiências, Rosenilde Gregória, (Rosa) liderança do MIQCB da Baixada Maranhense, alertava as mulheres sobre a necessidade de todas pegarem nas mãos umas das outras para seguirem juntas na luta. “Antes de não soltarmos a mão de ninguém, é preciso pegar a mão uma da outra”. É importante que estejamos atentas ao retrocesso dos direitos que estamos perdendo”, complementou¹⁷⁰.

O tema da Marcha das Margaridas de 2019, é “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”. As mulheres das florestas, quilombolas, indígenas, extrativistas, seringueiras, pescadoras, quebradeiras reivindicam também reforma agrária, saúde, educação e melhores condições para as mulheres do campo. Esta Marcha das Margaridas de 2019 foi diferente das outras Marchas, pois pela primeira vez a lista com reivindicações não foi entregue ao Governo Federal. O documento

¹⁷⁰ Disponível em: <https://www.miqcb.org/single-post/2019/08/16/Margaridas-quebradeiras-de-cocobaba%C3%A7u-marcam-presen%C3%A7a-em-Bras%C3%ADlia>. Acesso em : 20 ago.2019.

que traz dez propostas tornou-se uma cartilha, que mostra na percepção dessas mulheres como o campo pode ser melhor, como argumenta a coordenadora da Marcha Maria José Moraes¹⁷¹:

Nós não estamos entregando uma pauta para o governo porque nós entendemos que não tem como dialogar com o governo [Governo Jair Bolsonaro] que está retirando os direitos da classe trabalhadora, sobretudo das mulheres e aí a gente tem dentro do Congresso Nacional, parlamentares que podem ser os nossos porta-vozes, que vai está direcionado que é possível fazer a defesa desses direitos da classe trabalhadora (GLOBO RURAL, 2019).

A quebradeira de coco Maria Antônia, de Cajapió/MA, revela sua preocupação com o atual Governo Federal:

Nós mulheres estamos cansadas de morrer lutando e por isso voltamos às ruas de Brasília, para dizer que não nos sentimos representadas por esse parlamento que vota contra as nossas pautas. Nós lutamos pela permanência das mulheres no campo, tendo acesso às políticas públicas (MIQCB, 2019).

A Marcha das Margaridas luta por um desenvolvimento sustentável, centrado na vida humana e no respeito ao meio ambiente, à diversidade racial, étnica, geracional e cultural e à autodeterminação dos povos. Tem a garantia da soberania alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar como estratégias para romper com a lógica do modelo de desenvolvimento capitalista e patriarcal que privilegia a concentração de terra e de riquezas e gera pobreza e desigualdades (MARGARIDAS, 2015,p.05)

Quadro 9: Marcha das Margaridas

Edição	Ano	Tema
I	2000	“2000 Razões Para Marchar: Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”
II	2003	“2003 Razões Para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”.
III	2007	“2007 Razões Para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”

¹⁷¹MARCHA DAS MARGARIDAS reúne milhares de agricultoras familiares em Brasília: elas reivindicam melhores condições de trabalho no campo. Globo Rural. TV GLOBO.18 de agosto de 2019. Duração: 3minutos.Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7852144/>. Acesso em: 19 ago. 2019.

IV	2011	“2011 Razões Para Marchar por Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”.
V	2015	“Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”.
VI	2019	“Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_das_Margaridas

A Marcha das Margaridas ecoa os desafios que as mulheres do campo, das cidades e das florestas enfrentam e clamam principalmente pelo direito à vida. Deste modo, Castells (2013) enfatiza que os movimentos sociais como todo, a exemplo do MIQCB, passaram a adquirir conhecimentos capazes de transformar e formar opiniões, possibilitando novas compreensões sobre a vida social, política, cultural e econômica em que estão inseridos, pois cada grupo mediante suas especificidades e práticas desenvolvem novas maneiras de pensar e de agir estrategicamente, criando suas micro e macro formas de resistência.

As quebradeiras de coco babaçu em sua luta tanto local quanto global se estruturaram interestadualmente em diferentes ecossistemas, fixam fundamentos de uma novamodalidade político-organizativa, recolocando a questão identitária e de gênero como indissociável das lutas econômicas, seja no contexto das atividades extrativistas, estrito senso, seja naquele das atividades agrícolas. O conhecimento do modo de ser e fazer tornou-se um elemento contrastante das quebradeiras de coco face a outras identidades coletivas em suas participações em movimentos sociais e propiciou a consolidação de um repertório de especificidades relativo à sua condição e consciência de si mesmas no reforço de suas pautas reivindicatórias na garantia de seus direitos.

No dia 23 de setembro de 2019, as quebradeiras de coco participaram da Audiência Pública com autoridades políticas, jurídicas e a sociedade civil para reivindicar seus direitos como comunidade tradicional, designada 1ª Audiência Pública da Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Maranhão promovida pelo deputado estadual Adelmo Soares (PCdoB), presidente da Frente Parlamentar, que ocorreu na Assembleia Legislativa do Maranhão, na capital São Luís, em parceria com o MIQCB, reuniu centenas de

quebradeiras e lideranças políticas, para reforçar que o coco babaçu é a grande riqueza do Maranhão e mostrar a coragem e a batalha constante vivenciada por elas no estado.

O evento foi dividido em três mesas de debate com as temáticas: Livre Acesso aos Territórios Babaçuais; Preservação dos Babaçuais: derrubadas e agrotóxicos e Políticas Públicas de Produção e Comercialização para Mulheres Agroextrativistas.

Os debates da 1ª Audiência Pública da Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar Agrária no Maranhão contaram também com a presença da senadora Eliziane Gama (Cidadania), estiveram presentes também no evento a secretária de estado da Mulher e deputada licenciada, Ana do Gás (PCdoB), os parlamentares Helena Duailibe (Solidaridade), Zito Rolim (PDT), Wendell Lages (PMN) e Ariston (Avante). Marcaram presença também na audiência a presidente da Casa da Mulher Brasileira, Susan Lucena; a presidente da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (Agerp), Loroana Santana; a secretária adjunta de Extrativismo, Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Luciene Figueiredo, além de representações dos movimentos sociais, como FETAEMA e MST, pesquisadores e sociedade civil.

Na semana de comemoração do Dia Estadual da Quebradeira de Coco Babaçu, 24 de setembro, as agroextrativistas de diversos municípios maranhenses foram ao parlamento estadual falar dos desafios e necessidades que enfrentam no dia-a-dia no estado e entregaram uma minuta contendo as principais reivindicações das quebradeiras de coco babaçu. A coordenadora do MIQCB de Imperatriz da Região Tocantina, Eunice Costa, denunciou as situações que passam as mulheres quebradeiras de coco:

É revoltante saber que as quebradeiras de coco têm que lidar com situações que nos impedem de fazer o que amamos, nos impossibilitam de ser as quebradeiras de coco de quem tanto nos orgulhamos. É diante disso que nos juntamos ao deputado Adelmo Soares e a todos os outros parlamentares que aderirem à causa, para que sonhos sejam realizados e a luta seja honrada (1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2019)¹⁷².

No documento entregue aos parlamentares, constam reivindicações desde 2015. O livre acesso aos babaçuais, respeito às leis do babaçu livre, educação e saúde de qualidade, alimentos sem agrotóxicos e acesso a políticas públicas estão entre as principais reivindicações das quebradeiras de coco babaçu apresentadas ao parlamento estadual do Maranhão. Durante a Audiência Pública, as quebradeiras de coco expuseram os principais desafios enfrentados no

¹⁷² Disponível em: <http://www.al.ma.leg.br/noticias/38999>. Acesso em: 25 set. 2019 .

Maranhão. A coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense, Rosenilde Gregória¹⁷³, denunciou as cercas elétricas nas fazendas que impedem o acesso das quebradeiras de coco:

Eu espero que essa Frente Parlamentar da Agricultura sirva pra exatamente olhar para esse empreendimento como a destruição de uma população que precisa viver, precisa garantir o seu modo de vida. Eu estou falando da questão dos territórios tradicionais e a gente garantir o nosso modo de vida, precisamos que os nossos territórios sejam legalizados. É preciso que a gente não venha aqui e voltar com o mesmo sentimento do nada. É preciso a regularização dos povos tradicionais. Têm esses outros projetos pra Baixada, além das cercas elétricas, tem que ajudar a gente a falar, pra cobrar. A gente não aguenta mais essas devastações e a legislação desse Estado, além de vocês e outros que levam nosso voto, tem uma responsabilidade com a população e a gente vê os babaçuais sendo derrubado. É preciso a intervenção direta desse Estado por que senão vai ter decretada a falência e a miséria e nos empurram pra periferia da cidade e nós queremos, como se diz a gente não vira, nos empurram e nos levam para a periferia da cidade e a gente quer viver no nosso território, foi lá que a gente nasceu, a gente quer ser quebradeira de coco mas pra isso é preciso que os babaçuais permaneçam de pé e ele vai permanecer de pé no nosso território porque quem vai cuidar dele, somos nós. O legislativo tem que abrir os olhos e tomar consciência da sua responsabilidade política, é olhar pra nós não como coitadinhas, como pobres coitadas. A gente não é isso, a gente é mulher trabalhadora, a gente é mulher tradicional, a gente gosta e a gente é feliz fazendo o que faz, e a gente precisa do Estado pra zelar por ele lá dentro do território. O Maranhão tem terras griladas e eles derrubam as palmeiras porque a propriedade é deles, a gente não consegue contar com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente pra cuidar e defender e pra punir esse tipo de gente. É preciso que esse Estado assuma a Secretaria de Governo e você [Adelmo Soares] como legislador faça com que ele cumpra com esse papel e o dia que a gente ver você fazendo isso a gente vai entender que tem uma Assembleia Legislativa ao nosso lado e defendendo as quebradeiras de coco (1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2019).

Adelmo Soares¹⁷⁴, deputado estadual do PCdoB, comentou sobre o que é uma audiência pública e que os encaminhamentos agora serão trabalhados e refletidos na criação de novos projetos e leis que representem e estejam de acordo com as necessidades das quebradeiras:

Uma audiência pública é ouvir as pessoas, as reivindicações, quem dera se pudéssemos ir a todos os locais ouvir todos, mas como não é possível, fizemos uma audiência. Tá tudo anotado e nós vamos lutar juntos. Nós temos aqui um projeto de lei nosso, aqui nesta casa, que vai criar uma confusão, mas não tenho medo de confusão, assim como dona Eunice, assim como vocês, que dispõe de vedação de pulverização

¹⁷³ Depoimento na 1ª Audiência Pública da Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Maranhão, na Assembleia Legislativa do Maranhão, em São Luís, no dia 23 de setembro de 2019.

¹⁷⁴ Depoimento na 1ª Audiência Pública da Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Maranhão, na Assembleia Legislativa do Maranhão, em São Luís, no dia 23 de setembro de 2019.

aérea de agrotóxico dentro do estado do Maranhão¹⁷⁵. Nós não estamos aqui não só pra ouvir mas também para trabalhar. Fizemos tudo? Não fizemos, mas nós abrimos as portas e o MIQCB e as quebradeiras de coco tiveram oportunidade e eu estou aqui representando todas. Nós estamos juntos na mesma causa, indignados sempre, nunca estar acomodados, lutar sempre juntos, reivindicando. A responsabilidade é de todos nós nessa Frente Parlamentar¹⁷⁶ pra ajudar as companheiras. Já sei o que a quebradeira quer: é terra e território; o que a quebradeira quer? É a palmeira em pé; o que a quebradeira quer? É acabar com o agrotóxico. Vamos trabalhar essa lei, vamos colocar essa lei pra se aprovar, não vai ser fácil, não é tão fácil acabar com o agrotóxico. O Ceará acabou, foi o único estado que conseguiu a aprovação, um deputado do PSOL, deputado estadual Renato Roseno conseguiu. Ele é da Frente Parlamentar do Nordeste, foi ele quem deu a cópia da lei para mim (1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2019).

Diversos meios de comunicação destacaram a participação das quebradeiras de coco na Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Maranhão, dentre eles o jornal JMTV 2ª edição¹⁷⁷, da TV Mirante, matéria exibida no dia 24 de setembro de 2019, terça-feira, informando que o Maranhão tem a maior área de vegetação do babaçu entre os estados do norte e nordeste e cerca de 300 mil mulheres no estado desempenham a atividade de extração do babaçu. As quebradeiras de coco cobram uma atenção maior do poder público e pedem que seja aprovada a Lei do Babaçu Livre para que elas tenham acesso as propriedades privadas para fazerem a coleta do fruto .

Dona Marilene Sousa é quebradeira de coco em Caxias há 25 anos e viajou cerca de 300 km até São Luís para participar de uma audiência pública em que pede uma solução o mais rápido possível. “A gente tendo mais recurso a gente aprende mais coisa, aproveita mais o babaçu tendo mais qualidade e fonte de renda para nós”.

A Audiência Pública foi promovida pela Frente Parlamentar da Agricultura na Assembleia Legislativa e reuniu quebradeiras de coco das regiões Baixada Maranhense, Médio Mearim/Cocais e Imperatriz. “ Nós precisamos ajudá-las a transformar essa grande profissão histórica no nosso estado dando mais visibilidade, condições de trabalho e juntando o

¹⁷⁵ Em 08 de janeiro de 2019 foi sancionada no estado do Ceará, a lei 16.820, de autoria do deputado estadual Renato Roseno(PSOL), que dispõe sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como a fiscalização do uso de consumo do comércio, do armazenamento e do transporte interno desses produtos(CEARÁ. Lei 16.820, de 08 de janeiro de 2019. Diário Oficial do Estado, série 3, ano XI, nº 006. Fortaleza, 09 de janeiro de 2019).

¹⁷⁶Associações de parlamentares de vários partidos para debater sobre determinado tema de interesse da sociedade. Para que seja constituída, a frente parlamentar deve registrar um requerimento, contendo: Composição de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo; Indicação do nome da Frente Parlamentar; e Representante responsável por prestar as informações. Disponível em: www.camara.leg.br/deputados/frentes-e-grupos-parlamentares. Acesso em: 25 set. 2019 .

¹⁷⁷Quebradeiras de coco participam de audiência em São Luís e cobram apoio e atenção. JMTV 2ª Edição da TV Mirante. 24 de setembro de 2019. Duração: 2 minutos. Disponível em:<https://globoplay.globo.com/v/7948654/>. Acesso em: 25 set. 2019.

parlamento estadual para que possamos fortalecer através de políticas públicas do Estado as mulheres quebradeiras de coco” disse o deputado Adelmo Soares (PCdoB).

Figura 21 - Quebradeiras participam de Audiência Pública em defesa dos seus direitos, em São Luís/MA, 23 de setembro de 2019.



Fonte: www.miqcb.org¹⁷⁸

Luciene Figueiredo Secretária Adjunta da Agricultura Familiar falou sobre as quebradeiras: “Pensarmos nessa grande área de babaçuais, trezentas mil quebradeiras de babaçu, isso nos dá a dimensão da importância social, ambiental e econômica do babaçu no nosso estado. A Audiência tem como objetivo dar voz e vez às quebradeiras de coco, para que novos frutos sejam colhidos através de sua resistência e de sua luta.

Max Weber afirma (apud COHN,1997,p.30) que a luta é um tipo de relação social baseada em um comportamento recíproco que é orientado por conteúdos compartilhados por uma pluralidade de agentes em que há uma expectativa que esses mesmos agentes hajam socialmente conforme o conteúdo compartilhado.

Outro evento ocorrido aconteceu no dia 24 de setembro de 2019, data em que se comemora o Dia Estadual das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão, as quebradeiras entregaram pautas de reivindicações ao governo do Estado. A entrega do documento foi

¹⁷⁸ Assembleia Legislativa do Maranhão. Disponível em: <https://www.miqcb.org/single-post/2019/09/24/Pelo-acesso-livre-ao-territ%C3%B3rio-exigem-quebradeiras-de-coco-baba%C3%A7u-na-Assembleia-Legislativa-do-Maranh%C3%A3o>. Acesso em:25 set. 2019.

realizada no Palácio dos Leões, sede do governo, localizado em São Luís, pelo MIQCB¹⁷⁹, representado por quebradeiras de coco babaçu das Regionais da Baixada Maranhense, Mearim/Cocais e Imperatriz. O documento foi recebido pelo Secretário de Estado de Articulação Política e Comunicação, Rodrigo Lago. O evento também contou com a presença do deputado estadual Adelmo Soares do PCdoB, da Frente Parlamentar de Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Estado do Maranhão, da Assembleia Legislativa do Maranhão.

As propostas apresentadas visam fortalecer o extrativismo e a conservação do modo de vida das comunidades tradicionais das quebradeiras de coco no estado. A quebradeira de coco, Eunice da Conceição Costa, coordenadora do MIQCB da Regional Tocantina de Imperatriz, comenta sobre a situação das quebradeiras:

Para nós quebradeiras de coco babaçu, têm sido muito difícil ver a todo instante derrubadas e envenenamento das nossas palmeiras de babaçu. Estamos sentindo a necessidade de ter nossos territórios livres para que a quebradeiras de coco tenha o direito de ir e vir coletar o coco (MIQCB,2019).

A garantia de terra e territórios livres para acesso aos babaçuais por meio de lei estadual, a proteção das palmeiras de babaçu e a criação de programas de subvenção estão entre as reivindicações apresentadas oficialmente em um documento ao governo do Maranhão pelas quebradeiras, a iniciativa tem o objetivo fortalecê-las.

No documento entregue ao governo, constam 19 pautas, algumas, reivindicadas desde 2015 e que ainda não foram atendidas. A quebradeira de coco e coordenadora da Regional Mearim/Cocais, Francisca Maria Pereira expõe o que as quebradeiras esperam do governo do Maranhão:

Esperamos que este documento seja respeitado, que seja lido com bastante atenção, pois temos várias reivindicações. Nós lutamos pelo bem viver e somos as guardiãs da floresta e somos da resistência. Estamos dispostas a lutar e não vamos nos calar. De agora em diante, se precisar fazer manifesto, vamos fazer, pois esta é a única forma de chamar atenção e mostrar que nós existimos (MIQCB, 2019).

Um dos graves problemas enfrentados pelas quebradeiras e que precisa de solução urgente são as cercas elétricas nas áreas da Baixada Maranhense. Por esta razão, elas solicitam

¹⁷⁹ Disponível em: <https://www.miqcb.org/single-post/2019/09/26/Quebradeiras-de-coco-baba%C3%A7u-entregam-pauta-de-reivindica%C3%A7%C3%B5es-ao-governo-do-Maranh%C3%A3o>. Acesso em: 02 out. 2019.

também ao governo, conforme consta no documento, o monitoramento e a retirada de cercas de arame (farpado e elétrica) existentes nos campos naturais da Baixada e que o Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Maranhão seja dotado de equipe e provimentos para efetivar a retirada das cercas.

Para a quebradeira de coco Rosenilde Gregória, da Regional da Baixada Maranhense, não há muito o que se comemorar no dia da quebradeira e expõe a violência contra os babaçuais, o que para ela é também uma violência contra as quebradeiras, devido à ausência de leis e de cumprimento de leis existentes por parte do Estado.

Queremos que este documento seja dialogado com a gente para que seja efetivado de fato. Queremos que o dia da quebradeira de coco babaçu seja um dia de festa, desde que as políticas que a valorize sejam efetivadas. Queremos que os nossos territórios possam ser regularizados para que a gente possa, nós mesmos, cuidar das nossas palmeiras de babaçu. Esta política tem que acontecer para que a gente possa realmente fazer festa no dia das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB,2019).

O Secretário Rodrigo Lago comprometeu-se em encaminhar o documento ao governador do Maranhão, Flávio Dino, “a gente tem que acompanhar o desenvolvimento do estado, mas ao mesmo tempo não podemos permitir que o desenvolvimento atrole a população que está aqui a longas datas e que vive da agricultura familiar e quebradeiras de coco”, disse Rodrigo Lago. Nesta reunião, ficou definido ainda a apreciação e discussão conjunta do documento.

Na carta direcionada ao governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), estão tais reivindicações, como:

- A Criação da Lei Estadual Babaçu Livre, garantindo a preservação e livre acesso aos babaçuais às quebradeiras de coco babaçu. Recordamos que a Lei n.9.428, de 02 de agosto de 2011, criou o dia das quebradeiras de coco babaçu. Ao reconhecer a existência social das quebradeiras de coco babaçu, o Estado se obriga a garantir a sua reprodução física e cultural;
- Criar no âmbito do Estado do Maranhão mecanismo que garanta a consulta prévia e informada aos povos e comunidades tradicionais do Estado, quando da realização de obras, empreendimentos e projetos, que possam afetar os modos de criar, de fazer e de viver dos grupos. Para tanto, sugerimos a criação do Conselho Estadual de Consulta Prévia Permanente, composto pelos povos e comunidades do Estado, bem como representantes das diversas Secretarias de Estado e Ministério Público, sob a coordenação do Secretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular;

- Criação de um Programa de Subvenção do Babaçu para atender as demandas das quebradeiras no Estado do Maranhão. A amêndoa de babaçu é o produto que mais movimenta o programa federal de subvenção, chegando ao montante de 5 milhões no ano de 2018;
- Atuar na proteção às palmeiras de babaçu supervisionando a atuação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente na fiscalização e responsabilização aos devastadores dos babaçuais, conforme a Legislação Estadual; criando normas que proíbam a derrubada, a queimada, o uso de agrotóxicos, efetivando o comando constitucional do uso comunal e familiar dos babaçuais;
- Monitorar a retirada de cercas de arame (farpado e elétrica) existentes nos campos naturais da região da Baixada Ocidental Maranhense, destinando emendas parlamentares, monitorando o uso dos recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente e atuando para dotar o Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Maranhão de equipe e provimentos para efetivar a retirada das cercas;
- Apoiar os movimentos do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroecológica no diálogo com o poder executivo para regulamentação das Leis 10986/2018 de 21/12/2018 Agroecologia e 13122/2018 Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar etc.

Figura 22– Quebradeiras de coco babaçu entregam pauta de reivindicações ao governo do Maranhão



Fonte: www.miqcb.org

As reivindicações das quebradeiras de coco na preservação das florestas de babaçu e a proteção das comunidades tradicionais designa a atenção da necessidade do Estado em garantir o direito das quebradeiras pelo acesso ao babaçu e o uso dos seus territórios. Ao sentarem nestas mesas de negociação, com a autoridade e o peso de seu conhecimento, as quebradeiras escrevem na Amazônia, quanto ao extrativismo, um novo capítulo de economia política (ALMEIDA, 2019, p.27). Essa nova identidade foi sendo construída no processo de mobilização das quebradeiras com o intuito de pressionar representantes do governo federal, estadual e municipal para discutir alternativas de desenvolvimento para as regiões de babaçuais, promovendo o debate sobre agricultura familiar extrativista, além de garantir a preservação do ecossistema dos babaçuais, o acesso às florestas, a posse e uso da terra (HAGINO, 2007, p.4).

5. CONCLUSÃO

A relação do MIQCB com a sustentabilidade e a preservação da natureza está presente em toda a prática cultural das quebradeiras, não só na atividade agroextrativista, mas também no consumo de produtos sustentáveis e na promoção de uma agricultura e alimentações saudáveis, que não prejudiquem o meio ambiente.

As quebradeiras de coco babaçu, organizadas no MIQCB, combinam consciência ecológica, saberes vivenciados pela prática e detenção da autonomia da produção, formando sua identidade coletiva, que se reconhecem como agentes de transformação social (HAGINO, 2007 p.19).

Segundo Mendes (2017), na luta constante das quebradeiras de coco babaçu pela preservação dos babaçuais e pelo acesso a esse recurso, diversas estratégias têm sido desenhadas ao longo dos anos como a criação de associações, cooperativas e do MIQCB que têm sido mecanismos importantes na representação dos seus direitos fundamentais à sua existência. Através dessas organizações as quebradeiras de coco têm apresentado suas pautas de reivindicações e ainda criado e utilizado instrumentos importantes no acesso aos seus direitos. Nos estados do Maranhão e do Piauí as quebradeiras de coco conseguiram leis que as reconhecem como comunidades tradicionais, homenageando-as no dia 24 de setembro como sendo “o seu dia”. Essas leis de reconhecimento são instrumentos fundamentais, pois reforçam e afirmam sua identidade, instrumentalizando-as para conquistas de outras políticas (MENDES, 2017, p.6).

Para Almeida (2005) as relações regulares que as quebradeiras estão mantendo com órgãos governamentais com vistas ao atendimento de suas reivindicações, em termos de categoria, funciona como instrumento de legitimação de uma identidade coletiva, para fazer frente à violação de um direito básico desse segmento que é o acesso aos babaçuais.

É para sair dessa invisibilidade que as quebradeiras lutam pela ampliação dos canais de diálogo com os órgãos governamentais, pleiteando participação nas instâncias de definição de políticas públicas e em espaços públicos. Toda essa articulação que se apresenta em âmbito nacional e, por vezes internacional, com o apoio dos órgãos de cooperação internacional presentes na história desse movimento, não prescinde de uma movimentação local, com vistas a influenciar nas políticas locais (ARAÚJO, 2013, p.72).

Uma das formas de mobilização e de expressão são os encontros interestaduais, espaços de revitalização da memória de lutas e de socialização das diferentes experiências. São momentos de trocas de saberes, em que o conhecimento tradicional dialoga com o

conhecimento científico, que tem como forte característica a aglutinação de pesquisadores em seu entorno. Os encontros são também momentos em que o grupo revitaliza suas crenças, por meio de místicas e promove debates políticos e negociações com o poder público, realiza o comércio solidário e manifesta publicamente suas demandas, sintetizadas nas Cartas das Quebradeiras (ARAÚJO,2013,p.143).

Araújo (2013) ressalta que as quebradeiras ao defenderem o livre acesso ao recurso natural, não só priorizam o direito à vida das famílias que dependem desse recurso para viver, como também abrem um longo debate sobre a privatização de recursos naturais ampliando o entendimento acerca da questão ambiental, tema que passa a ser associado a outras dimensões como o social, o econômico e o cultural, sendo as relações de gênero e de geração centrais nessa discussão.

Conforme Mendes (2017) somado a essas bandeiras essas mulheres lutam por mais, pela igualdade entre os homens e mulheres, por políticas públicas que reconheçam e valorizem suas atividades econômicas, inserção e valorização da juventude no campo, valorização dos seus saberes tradicionais, por melhores condições de saúde, uma luta que rompe uma história de sofrimento e submissão.

Portanto, a luta das quebradeiras pela garantia de territórios se apresenta tão forte quanto o acesso pelo babaçu livre, a luta pelo babaçu livre não inviabiliza a luta por territorialidades específicas, assim como a Região Ecológica do Babaçu que se expande, o movimento social das quebradeiras também e amplia seus laços de solidariedade, ocupando os âmbitos políticos, exercendo cargos públicos, formulando leis municipal e estadual, como a criação da Lei do Babaçu Livre, pressionando o Estado ao acesso às políticas públicas, como comunidade tradicional, e em suas estratégias, autonomia e resistência utilizam o Mapa Nova Cartografia Social dos Babaçuais, um instrumento jurídico para o fortalecimento de sua identidade coletiva.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais**– o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados* 24 (68), 2010.

ACTIONAID BRASIL. **Acesso à terra, território e recursos naturais**: a luta das quebradeiras de coco babaçu. Junho de 2015.

ACTIONAID. Disponível em: <http://www.actionaid.org.br/>. Acesso em: 28 nov. 2018.

AIRES, Nice Machado. **Nice Guerreira**: mulher, quilombola e extrativista da floresta/ Nice Machado Aires; Camila do Valle, Cynthia Carvalho Martins, Patrícia Maria Portela Nunes, orgs. ; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed. – Rio de Janeiro: Casa 8, 2016. 121p. (Coleção Narrativas Quilombolas, nº 2)

AIRES, Geovania Machado. **Mulheres de Luta**: reflexões e conquistas das quebradeiras de coco babaçu. IV SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA: ESCRAVIDÃO E DIÁSPORA NO SÉCULO XIX. 09 a 12 de junho de 2015. Universidade Estadual do Maranhão.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Pesquisa Antropológica. Brasília, 1976.

_____. **Carajás**: a guerra dos mapas. Belém: Seminário Consulta, 1993.

_____. **Quebradeiras de Coco Babaçu**: Identidade e Mobilização. São Luís: III Encontro Estadual das Quebradeiras de Coco babaçu. 1995.

_____. Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos**: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997). BIB, Rio de Janeiro, n. 45, 1.º semestre de 1998, pp. 51-70.

_____. **Amazônia**: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais como fator essencial de transição econômica – pontos resumidos para uma discussão. *Somanlu*, ano 4, n. 1, jan./jun. 2004.

_____. Alfredo Wagner Berno de; MARTINS, Cynthia Carvalho; SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Guerra Ecológica nos Babaçuais**: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAPHIA, 2005. São Luís: Balaios Typographia, 2005.

_____. Alfredo Wagner Berno de. **Conhecimento tradicional e biodiversidade**: normas vigentes e propostas. V 01. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas -UEA/ Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia/Fundação Ford/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008a.

_____. Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto:** terra tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA – UFAM, 2008b.

_____. Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JUNIOR, Emanuel de Almeida. **Povos e comunidades tradicionais:** nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

_____. Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeiras de coco babaçu:** um século de mobilizações e lutas - Repertório de fontes documentais e arquivísticas, dispositivos legais e ações coletivas (1915-2018) / Márcia Anita Sprandel (Coautora) - Manaus: UEA Edições / PNCSA, 2019.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu:** um estudo da organização da extrato- indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís, Siorge, 1990.

ANDRADE, Paula Maristela de. **Mutirões, Empates e Greves:** divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. In: Lusotopie. XII (1-2), 2005, Leiden/Boston. Brill Publishers, 2005.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução. Denise Bottman. Introdução. São Paulo: Companhia das Letras: 2008.

ANIMAÇÃO DOS CRISTÃOS NO MEIO RURAL. ACR. **Documentação.** Disponível em: <http://www.nmspp.net.br/acervo/documentacao/IG%20ACR%202015.pdf>_Acesso em: 10 ago. 2019.

APA-TO.ALTERNATIVAS PARA PEQUENA AGRICULTURA EM TOCANTINS. **Entidades Parceiras. STTRs.** Disponível em: <http://www.apato.org.br/parceiros/entidades-parceiras/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

_____.ALTERNATIVAS PARA PEQUENA AGRICULTURA EM TOCANTINS. **EntidadesParceiras. ASMUBIP.** Disponível em: <http://www.apato.org.br/parceiros/entidades-parceiras/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

_____.ALTERNATIVAS PARA PEQUENA AGRICULTURA EM TOCANTINS. **Quem Somos.** Disponível em: <http://www.apato.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 5 set. 2019.

ARAÚJO, H. de F.; MARTINS, C.; MAGALHÃES, A. C. **As quebradeiras de coco babaçu e a luta pelo fim da sujeição no campo.** In: Direitos Humanos no Brasil: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Fundação Heinrich Böll, 2004.

_____. **Memória, Mediação e Campesinato.** As representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense. Manaus: Edições UEA, 2010.

_____. **Estado/ Movimentos Sociais no campo:** a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão. Manaus: UEA Edições, 2013.

_____. Helciane de Fátima Abreu; NOVAES, Jurandir dos Santos. **Megaempreendimentos e povos e comunidades tradicionais:** a resistências quebradeiras de coco babaçu. Revista de Políticas Públicas, p.1431-1447, maio de 2018.

ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger de; DMITRUK, ÉrikaJukiana; MOURA, João Carlos da Cunha. **A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão.**RevistaSeqüência (Florianópolis), n. 68, p. 129-157, jun. 2014.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Para desenvolver a agroecologia tem que existir a terra diz quebradeira de coco.** Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/2015/07/14/para-desenvolver-a-agroecologia-tem-que-existir-a-terra-diz-quebradeira-de-coco>. Acesso em: 20 mar.2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO. Disponível em:<http://www.al.ma.leg.br/noticias/38999>. Acesso em: 25 set. 2019.

ASSEMA. ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO. ASSEMA. Disponível em: https://assema.org/?page_id=23. Acesso em: 3 ago. 2019.

ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES. **Clubes de Mães.**Disponível em:<http://clubedemaesumarama.org.br/slider-page/sobre-nos/>.Acesso em: 2 ago.2019.

AYRES JÚNIOR, José Costa. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na Microrregião do Médio Mearim maranhense.** 2007,176 fls. Dissertação (Mestrado), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento.** (trad) Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Histórias de trabalhadores rurais no Maranhão: gênero, identidades e mobilização.** XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. São Paulo, 2008.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão.** 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

BARGAS, Janine de Kássia Rocha; CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. **Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 10, n. 2,p. 469-488, maio-ago. 2015.

BARROS, Valderiza.**A concepção de educação das quebradeiras de coco babaçu: um estudo preliminar.** IFMA- Buriticupu, 2013

BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras.** In: TOME LASK (org.). O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Contracapa, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** 2005, p.44 entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar.

BOLONHÊS, A. C.; OLIVEIRAS, P. S.; ABREU, K. D. **Relatório de pesquisa – Projeto Conexão Local “Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco”**. São Paulo, 2013.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/bndes/>. Acesso em: 20 set. 2019.

BELFORT, Maria da Glória Trindade. **Entrevista concedida a Kathiane Santana Brito**. Matinha, MA, 31 de outubro de 2018.

BORGES, Nataliene. **Entrevista concedida a Kathiane Santana Brito**. Viana, MA, 30 de outubro de 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989. Capítulo V, A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região; (p. 107-132).

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRANCO, André Luís de Oliveira Castello. **A Produção de Soja no Brasil: Uma análise econométrica no período de 1994-2008**. Monografia, 54 fls. Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2008.

BRASIL. **Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRITO, Kathiane Santana. **O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB): ações de combate à devastação da região ecológica do babaçu**. Monografia, 72 fls. Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Maranhão, São Luís/MA, 2016.

CADERNO DE TEXTOS PARA ESTUDOS E DEBATES. **Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade**. MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015. Publicação da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG.

CALDAS, B.R.C. **Práticas e Resistências das quebradeiras de coco: lutas pelo livre acesso e uso das palmeiras**, São Luís, IV SEDMMA – Seminário Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente 11 a 13 de novembro de 2015 na UFMA, São Luís, MA.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Deputados/ frentes e grupos parlamentares**. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/deputados/frentes-e-grupos-parlamentares>. Acesso em: 25 set. 2019.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Cáritas**. Disponível em: <http://caritas.org.br/quem-somos>. Acesso em: 3 ago. 2019.

CARTA DAS QUEBRADEIRAS, 2009. **VI Encontro do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.** Carta das Quebradeiras de Coco Babaçu, São Luís, 18 de junho de 2009.

CARTA DAS QUEBRADEIRAS, 2014. **VII Encontro do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.** Carta das Quebradeiras de Coco Babaçu, São Luís, 25 de setembro de 2014.

CARTA DAS QUEBRADEIRAS, 2019. **VIII Encontro do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.** Carta das Quebradeiras de Coco Babaçu, São Luís, 09 de fevereiro de 2019.

CASSÉTE, Mariah. **A democracia “dos que não contam”:** a dimensão do reconhecimento na filosofia política de Jacques Rancière. SPG 23 - Tolerância, Justiça Distributiva e Reconhecimento. 38º Encontro anual ANPOCS, 2014.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. (trad) Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. (prefácio, cap. 06 e 07)

CEARÁ. Lei 16.820, de 08 de janeiro de 2019. Diário Oficial do Estado, série 3, ano XI, nº 006. Fortaleza, 09 de janeiro de 2019.

CENTRAL DO CERRADO. **COPPAESP.** Disponível em: <http://www.centraldocerrado.org.br/comunidades/coppaesp/>. Acesso em: 3 ago. 2019.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA-FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **SUDAM.** Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia-sudam>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA-FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **SUDENE.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>. Acesso em: 23 jul. 2019.

CERRATINGA. **AMTR.** Disponível em: <http://www.cerratinga.org.br/amtr-maranhao/>. Acesso em: 4 ago. 2019.

CERRATINGA. **COPPALJ.** Disponível em: <http://www.cerratinga.org.br/coopalj-maranhao/>. Acesso em: 20 set. 2019.

CETRA. **Feiras agroecológicas e solidárias.** Disponível em: <http://cetra.org.br/index.php/pt-br/9-noticias/350-feiras-agroecologicas-e-solidarias>. Acesso em: 12 ago. 2019.

CIDH. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** Disponível em: <https://cidh.oas.org/que.port.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

COHN, Gabriel. Weber: **sociologia.** São Paulo: Ática, 1997.

COMBATE RACISMO AMBIENTAL. **O que é MATOPIBA**. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2016/01/31/o-que-e-o-matopiba/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CONAB. **PGPM-bio**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/precos-minimos/pgpm-bio>. Acesso em: 11 jun. 2019.

CONTAG. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **CONTAG**. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=1&nw=1>. Acesso em: 4 set. 2019.

CORDEIRO, Renata dos Reis. **Velhos conflitos em novas causas**: um estudo sobre processos de ambientalização nos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, São Luís, 2008.

COSTA, Wagner. **Sob o Signo da Morte**: Decadência, Violência e Tradição em terras do Maranhão. 2000. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Sobre Nós**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em: 5 set. 2019.

CUT. CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Breve Histórico**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>. Acesso em: 2 set. 2019.

DGM BRASIL. **Projeto DGM**. Disponível em: <http://fip.mma.gov.br/projeto-dgm/>. Acesso em: 3 ago. 2019.

DIEHL, Astor. **A cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: Edusc, 2000.

EBC. EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **EBC sobre marcha das margaridas**. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/08/marcha-das-margaridas-entenda-o-que-e-e-quem-sao-elas>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

EMSERH. EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES. **Operação Baixada Livre**. Disponível em: <http://www.emserh.ma.gov.br/secao/operacao-baixada-livre/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

ESCAVADOR. **Leididaina Araujo e Silva**. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/6382030/leididaina-araujo-e-silva>. Acesso em: 10 ago. 2019.

FEITOSA, Antonio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. **Atlas Escolar Maranhão**: espaço geográfico e cultural. João Pessoa-PB. Ed. Grafset, 2006.

FETAEMA. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO MARANHÃO. **Sobre Nós**. Disponível em: <http://fetaema.org/sobre-nos>. Acesso em: 02 set. 2019.

FRASER, Nancy. **A Justiça Social na Globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, outubro 2002. p. 07-20.

FRASER, Nancy. **“Reconhecimento sem ética?”.** Trad. Ana C. F. Lima e Mariana P. Fraga Assis. In: Lua Nova, 70. São Paulo, 2007. p. 101-138.

FUNAI. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Demarcação de Terras Indígenas .** Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoedemarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 10 ago. 2019.

FUNDO AMAZÔNIA. **Fundo Amazônia.** Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 20 set. 2019.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **PNAE.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em 5 ago. 2019.

GLOBOPLAY. **MARCHA DAS MARGARIDAS REÚNE MILHARES DE AGRICULTORAS FAMILIARES EM BRÁLIA:** elas reivindicam melhores condições de trabalho no campo. Globo Rural. TV GLOBO. 18 de agosto de 2019. Duração: 3 minutos. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7852144/>. Acesso em 19 ago. 2019.

GLOBOPLAY. **Quebradeiras que fabricam produtos derivados do babaçu ganham reforço na produção.** JMTV 1ª Edição. 02 de agosto de 2019. Duração: 3 minutos. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7813623/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

GLOBOPLAY. **Quebradeiras de coco participam de audiência em São Luís e cobram apoio e atenção.** JMTV 2ª Edição da TV Mirante. 24 de setembro de 2019. Duração: 2 minutos. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7948654/>. Acesso em: 25 set. 2019.

GONÇALVES, Fátima. **A Invenção do Maranhão Dinástico.** São Luís: EDUFMA; PROINCS, 2000.

GORCZEWSKI, Clovis e MARTIN, Núria Belloso. **A necessária revisão do conceito de cidadania:** movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2011.

GOVERNO DO MARANHÃO. INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E TERRAS DO MARANHÃO. **ITERMA.** Disponível em: <http://www.iterma.ma.gov.br/iterma-institucional/>. Acesso em: 8 de julho de 2019

HAGINO, Córa Hisae Monteiro da Silva. **Quebradeira de Coco Babaçu:** Identidade, conflito sócio-ambiental e subsistência. 31º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, DE 22 A 26 DE OUTUBRO DE 2007, CAXAMBU - MG ST 26 - RECOMPOSIÇÕES DO RURAL: IDENTIDADES, POLÍTICAS PÚBLICAS E TERRITÓRIO. Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós- Graduação em Sociologia.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** SÃO PAULO: ED. CENTAURO, 2004.

HINTERHOLZ, Bruna; RIBEIRO, Vandore de Mattos. **FEIRA AGROECOLÓGICA:** Uma alternativa para comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar orgânica no

município de Medianeira-PR: o caso da AAFEMED. *S y n e r g i s m u s s c y e n t i f i c a*. Universidade Tecnológica do Paraná –U T F P R , P a t o B r a n c o / P R . 0 6 (1) . 2 0 1 1.

HOFFMANN, Maria Barroso. **Mapeamentos participativos e atores transnacionais:** a formação de identidades políticas de reconhecimento na questão agrária. In: **Cartografias sociais e dinâmicas territoriais:** marcos para o debate. ACSELRAD, Henri(Org.). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

IBAMA. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Sobre o IBAMA.** Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/institucional/sobre-o-ibama>. Acesso em: 20 jun. 2019.

IBARRA MELO, María Eugenia. *et al*. **Mujeres em movimento:** género, experiências organizativas y repertórios de acción em Colombia/Maeía. Eugenia Ibarra Melo y otros. Cali: Programa Editorial Universidad del Valle, 2018.

ICMBIO. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Icmbio.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/oinstitutio>. Acesso em: 9 jun. 2019.

_____. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Produção e uso sustentável.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/populacoestradicionais/producao-e-uso-sustentavel/uso-sustentavel-em-ucs/250-reserva-extrativista-extremo-norte-do-estado-do-tocantins>. Acesso em: 3 ago. 2019.

_____. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE **Diferença entre APA e APP .** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/889-diferenca-entre-apa-e-app-nao-e-clara-para-todos-diz-artigo>. Acesso em: 8 ago. 2019.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projeto de Assentamento.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/9609>. Acesso em: 8 jun. 2019.

INFOESCOLA. **Sistema de Informação Gerencial.** Disponível em: https://www.infoescola.com/administracao_/sistema-de-informacao-gerencial/. Acesso em: 10 jun. 2019.

INFOESCOLA. **Floresta Ombrófila.** Disponível em: <https://www.infoescola.com/biomas/floresta-ombrofila/>. Acesso em: 10 set. 2019.

INFORMATIVO PNCSA Nº 14: **Quebradeiras de Coco Babaçu na V Marcha das Margaridas.** Jurandir Santos de Novaes; Helciane de Fátima Abreu Araújo; Carmen Lúcia Silva Lima; Poliana Nascimento Souza; Benjamin Alvino de Mesquita; Luis Augusto Alves Lima, 08 de setembro de 2015.

ISA. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Socioambiental.** Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa>. Acesso em: 5 set. 2019.

ISP.N. INSTITUTO SOCIEDADE POPULAÇÃO E NATUREZA. **Quem Somos**. Disponível em: <https://ispn.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 5 set. 2019.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E TERRAS DO MARANHÃO. **ITERMA**. Disponível em: <http://www.iterma.ma.gov.br/iterma-institucional/>. Acesso em: 8 jul. 2019.

TRINDADE MENDES, José Ribamar. (Seu Zé Ribeiro). **Entrevista concedida a Kathiane Santana Brito**. Matinha, MA, 31 de outubro de 2018.

LANGARO, Jiani Fernando. **Espaço, Região e História Social**. Revista Percurso-NEMO Maringá, v. 1, n. 1, p. 23-48, 2009.

LOPES, J. S.L. (Coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane, SILVA, Gláucia (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio: RelumeDumará, 2004. (com a participação de Beatriz Heredia, Leandro Piquet Carneiro, Silvia Borges Correia, Myriam Mousinho F. Gomes e Ricardo Rosendo).

LORENZINE, H.; SOUSA, H.; COELHO, L. S.; MEDEIROS, J.; NIKOLAUS, B. **Palmeiras no Brasil**. São Paulo, Plantarum, Nova Odessa, 1996. p. 70.

LUCENA, Josete Marinho de. **Uma palmeira em muitos termos: a terminologia da cultura agroextrativista, industrial e comercial do coco babaçu**. Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Letras Vernáculas, Doutorado, Universidade Federal do Ceará. 155f. Fortaleza, CE. 2008.

LUNA, R. **A terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-Maranhão**. São Luís: UFMA/SEMA, 1984.

MA10 DIFUSORA. **Conselho Comunitário comemora dois anos**. Disponível em: <http://www.ma10.com.br/2017/02/22/conselho-comunitario-das-quebradeiras-de-coco-babacu-comemora-dois-anos/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

MARÉS, Carlos Frederico; MARÉS, Theo. **Direito Agrário e Igualdade Étnico Racial**. In Piovesan, Flávia; De Souza, Douglas. *Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2008.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **A afirmação identitária dos grupos étnicos na Amazônia: desafios à pesquisa**. In TERRAS E TERRITÓRIOS NA AMAZÔNIA: DEMANDAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS. Sérgio Sauer, Wellington Almeida (Orgs.). Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2011.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Os deslocamentos como categoria de análise - o garimpo, lugar de se passar; roça, onde se fica e o babaçu nossa poupança**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2012.

MAY, P. H. **Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social na zona de babaçu**. São Luís, EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **A cadeia produtiva do babaçu**: estudo exploratório. Secretaria de Agricultura Familiar, Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais. Curitiba, maio de 2007.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Promoção Nacional da Cadeia de Valor do Coco Babaçu**. Brasília, 2009

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/agricultura-familiar>. Acesso em: 6 ago. 2019.

MDS. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa de Aquisição de alimentos**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/segurancaalimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 13 mai. 2019.

MEIONORTE.COM. **Lançado em Brasília o Mapa dos Babaçuais**. Disponível em: <https://www.meionorte.com/noticias/lancado-em-brasilia-o-mapa-dos-babacuais-276709>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MELUCCI, Alberto. **Códigos desafiadores** - ação coletiva na era da informação. Cambridge: Cambridge University Press, 1996 Challenging codes – collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDES, Ana Carolina Magalhães. **Reflexões e contribuições para a etnografia das práticas cotidianas de resistência das quebradeiras de coco babaçu de Codó**. 2017, 76 fls. Dissertação (Mestrado), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **Estrutura fundiária e relação de produção no babaçu**. In: WAGER, A. et al. **Economia do babaçu**: levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB/Balaios Typografia, 2001.

_____. **O desenvolvimento desigual da agricultura**: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís. EDUFMA, 2011.

_____. **As mulheres agroextrativistas do babaçu**: a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente. Rev. Pol. Públ. São Luis, v. 12, n. 1, p. 53-61, jan./jun. 2008.

_____. Benjamim (et.al). **Grandes Projetos e seus impactos**: A luta das quebradeiras de coco por compensação ambiental nas reservas extrativistas do babaçu. Mimeo. São Luís, 2009.

_____. **Contribuição governamental na ascensão do modelo agroexportador do agronegócio e suas consequências sociais e ambientais** Revista. Políticas. Públicas. São Luís, Número Especial, p. 135-147, novembro de 2016

MIC/STI-Mapeamento e Levantamento do Potencial das ocorrências de babaçuais (Estado do Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Goiás). Brasília: MIC/STI, 1982.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Zoneamento Territorial**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Zonas Úmidas-Convenção de Ramsar**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zonas-umidas-convencao-deramsar.html>. Acesso em: 5 ago. 2019.

MIQCB. MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU. Disponível em: <http://www.miqcb.org.br>. Acesso em: 13 mar. 2019 .

_____. **MIQCB e Governo do Estado inauguram panificadora**. Disponível em: <https://www.miqcb.org/single-post/2019/07/22/MIQCB-e-Governo-do-Estado-inauguram-panificadora-com-al%C3%A9m-de-reformar-e-estruturar-outras-unidades-produtivas>. Acesso em: 15 ago.2019.

_____. **Quando ensinamentos e aprendizados geram**. Disponível em: <https://www.miqcb.org/single-post/2018/10/23/Quando-ensinamentos-e-aprendizados-geram-%E2%80%9CV%C3%ADnculos%E2%80%9D-e-fazem-a-diferen%C3%A7a>. Acesso em: 16 ago.2019.

_____. **Margaridas quebradeiras de coco babaçu**. Disponível em: <https://www.miqcb.org/single-post/2019/08/16/Margaridas-quebradeiras-de-coco-baba%C3%A7u-marcam-presen%C3%A7a-em-Bras%C3%ADlia>. Acesso em: 20 ago.2019.

_____. **Nota de pesar MICB perde uma de suas fundadoras**. Disponível em: <https://www.miqcb.org/single-post/2018/11/08/Nota-de-Pesar-MIQCB-perde-uma-de-suas-fundadoras>. Acesso em: 02 set. 2019.

_____. **Pelo acesso livre ao território**. Disponível em: <https://www.miqcb.org/single-post/2019/09/24/Pelo-acesso-livre-ao-territ%C3%B3rio-exigem-quebradeiras-de-coco-baba%C3%A7u-na-Assembleia-Legislativa-do-Maranh%C3%A3o>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Quebradeiras de coco babaçu entregam pauta de reivindicações**. Disponível em: <https://www.miqcb.org/single-post/2019/09/26/Quebradeiras-de-coco-baba%C3%A7u-entregam-pauta-de-reivindica%C3%A7%C3%B5es-ao-governo-do-Maranh%C3%A3o>. Acesso em: 02 out. 2019.

NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. **Enfrentando a Sucuri Verde: resistência camponesa e o território de uso comum- o caso da comunidades agroextrativistas na Amazônia Maranhense**. Dissertação (Mestrado), 207 fls. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, SP. 2015.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Lançamento do mapa nova cartografia social dos babaçuais dia 8 de agosto em Belém-PA**. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/lancamento-do-mapa-nova-cartografia-social-dos-babacuais-dia-8-de-agosto-em-belem-pa/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

OEA. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Organização dos Estados Americanos**. Disponível em: http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp. Acesso em: 8 ago. 2019.

O ECO. **O que são Unidades de Conservação.** Disponível:

<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/>. Acesso em: 8 jun. 2019.

O ECO. **O que é uma Reserva Extrativista.** Disponível em:

<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/29258-o-que-e-uma-reserva-extrativista/>. Acesso em: 7 ago. 2019.

O ESTADO DO MARANHÃO. **CARVÃO de coco é aproveitado.** São Luís, 05 de fevereiro de 2000. p.4.

O IMPARCIAL. **Encantadeiras quebradeiras de coco babaçu são destaques no museu do amanhã.** Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2018/10/quebradeiras-de-coco-babacu-sao-destaques-no-museu-do-amanha/>. Acesso em: 2 out. 2019.

OLIVEIRA, Fernando José Vianna. **As Quebradeiras de Coco babaçu e a Lei do Coco Livre.** Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 22 jun. 2011. Disponível em:

<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.32532&seo=1>. Acesso em: 14 set. 2015.

OLIVEIRA, Assis da Costa. **DIREITOS E/OU POVOS E COMUNIDADES**

TRADICIONAIS: noções de classificação em disputa. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 27, p. 71-85, jan./jun. 2013. Editora UFPR

OPUS. **Técnicas/ Pesquisa-Survey.** Disponível em:

<https://www.opuspesquisa.com/blog/tecnicas/pesquisa-survey/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

PNCSA. PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Quebradeiras de Coco Babaçu da Baixada Maranhense.** Fascículo 4 . São Luís, 2005.

PORTAL BRASIL CONTEMPORÂNEO PIAUÍ. **Os Novos Movimentos Sociais no**

Piauí. Disponível em: <http://piaui.portalbrasilcontemporaneo.com.br/verbete/os-novos-movimentos-sociais-no-piaui/>. Acesso em: 3 ago. 2019.

PORTFÓLIO GEOGRÁFICO. **Cartografia, Mapas, Cartas e Croquis.** Disponível em:

<http://portalgeograficodalara.blogspot.com/2012/07/cartografia-mapas-cartas-e-croquis.html>. Acesso em: 22 jul. 2019.

PPGCSPA.PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA. **Mapa da Região Ecológica do Babaçu é apresentado pelos pesquisadores e movimentos sociais. Cartografia Social dos Babaçuais.**

Disponível em: <http://www.ppgcspa.uema.br/?p=329>. Acesso em: 20 jul. 2019

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado.** (trad) Ivone C. Benedetti. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. Jacques. **A partilha do sensível.** São Paulo, Editora 34, 2009 (1ª edição 2005).

_____. (2007). **On the shore of politics.** Translated by Liz Heron. London New York: Verso.

_____. O Dissenso. In NOVAES, Adauto. **A Crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte. 1996.

RÊGO, Josoaldo. **A geo-metria do poder**: a condição multiescalar da dinâmica de organização espacial. São Luís, 2004. Monografia (Curso de Geografia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

RÊGO, Josoaldo; ANDRADE, M. P. **História de mulheres**: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Revista Agrária, São Paulo, Nº 3, p. 47-57, 2006.

RELATÓRIO enviado ao DD. Comissário da Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH/OEA. Joel Hernández García. **Ref.: Situação de conflitos em territórios de quebradeiras de coco babaçu**. São Luís/MA, 07 de novembro de 2018. Disponível em: www.miqcb.com.br. Acesso em: 12 abr. 2019.

REYDON, Bastiaan Philip. **O desmatamento da floresta amazônica**: causas e soluções. In. REVISTA POLÍTICA AMBIENTAL: economia verde Desafios e oportunidades. Belo Horizonte: Conservação Internacional, Nº 8 Junho 2011.

RIBEIRO, et al. **A influência da "queimada" na germinação do coco babaçu (orbignyamariniana)**. Cadernos de Pesquisa. São Luís, 1 (2):35 - 38, jul./dez. 1985.

RICKETTS T.H., E. Dinerstein, D.M. Olson, C. Loucks. 1999; **Who's where in North America?** Patterns of species richness and the utility of indicator taxa for conservation. Bioscience 49(5):369-381.

ROCHA, M. R. T. da. **A luta das mulheres quebradeiras de coco-babaçu, pela libertação do coco preso e pela posse da terra**. In: VII Congresso Latino americano de Sociologia Rural. Anais. Quito, 2006. Disponível em: www.alasru.org/wpcontent/uploads/2011/07/05-GT-Maria-ReginaTeixeira-da-Rocha.doc+&cd=2&hl=ptBR&ct=clnk&gl=BR. Acesso em: 4 set. 2014.

ROSA, Jurema R. A. M. **Quebradeiras de coco babaçu: uma atividade sustentável?**. In: I Encontro Pernambucano de Economia, 2012, Recife. I Encontro Pernambucano de Economia. Recife: UFPE, 2012.

SANTOS, Adaildo Pereira dos. **O Bicho está em todo o lugar**: estratégias, políticas de resignação e resistência na Estrada do Arroz. 2015, 115 fls. Dissertação (Mestrado), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015

SANTOS, Maria Antônia dos. **Entrevista concedida a Kathiane Santana Brito**. São José de Ribamar, MA, 28 de agosto de 2019.

SANTOS, G. I. R.; RATTS, A. **Mulheres, territorialidades e conflitos**: gênero na fronteira Cerrado/Amazônia. In: XIV Encontro Nacional da Anpur. Anais... Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3173>. Acesso em: 22 ago. 2014.

SCOTT, S. James. **Formas cotidianas de resistência camponesa**. Trad. Marilda A. de Menezes e Iemuel Guerra. Raízes. vol. 21. n 01, janeiro, 2002.

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/agricultura-familiar>. Acesso em: 6 ago. 2019.

SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/segurancaalimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 13 mai. 2019.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Crise nos padrões jurídicos tradicionais**: o direito em face dos grupos sociais portadores de identidade coletiva. Trabalho apresentado no XIV CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, realizado no período de 3-5 de novembro de 2005, em Fortaleza. Anais. Fortaleza, 2005.

_____. Joaquim. **Leis do babaçu livre**: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas/ Joaquim Shiraishi Neto. – Manaus: PPGSCA – UFAM/ Fundação Ford, 2006.

_____. Joaquim. **O direito das minorias**: passagem do “invisível” real para o “visível” formal? Manaus: UEA edições, 2013.

_____. Joaquim. **Quebradeiras de Coco**: Babaçu Livre e Reservas Extrativistas. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.14 . n.28 . p.147-166 . Janeiro/Abril de 2017.

SILVA, Leididaina Araujo e. **MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU**: mulheres, trabalho e informação. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação. RJ. 2014.

SILVA, Linalva Cunha Cardoso. **Quebradeiras de coco babaçu, organização e mobilização política no Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, região do Médio Mearim (MA)**: a experiência na fábrica de sabonete. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 231 f. São Luís/MA, 2018.

SILVA, Reginaldo Conceição da. **A Amazônia e os Mapas Situacionais**: identidade, conflitos socioambientais e mobilização dos povos e comunidades tradicionais na luta por direitos. Geografia das Redes de Mobilização Social na América Latina: Resistência e Rebeldia desde baixo nos Territórios de Vida. Curitiba,-PR de 1 a 5 de novembro de 2017 VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária.

SILVA NETA, Maria Querobina. **“Sou uma mulher praticamente livre”**/ Alfredo Wagner Berno de Almeida (ed.). – Rio de Janeiro: Casa 8, 2018. 92p. (Narrativas das Quebradeiras de Coco Babaçu nº 1).

SILVA NETA, Maria Querobina. **Entrevista concedida a Kathiane Santana Brito**. São José de Ribamar, MA, 28 de agosto de 2019.

SIMONI, J. **A multidimensionalidade da valorização de produtos locais: implicações para políticas públicas, mercado, território e sustentabilidade na Amazônia.** Tese (doutorado), p. 391, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2009.

SMDH. SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. **SMDH.** Disponível em:<http://smdh.org.br/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

SOBRE O TATAME. **Moquibom-força e resistência quilombola no Maranhão.** Disponível em: <https://www.sobreotatame.com/moquibom-forca-e-resistencia-quilombola-no-maranhao/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

SOLER, Marcia Paisano; VITAL, Alfredo de Almeida; MUTO, Eric Folio. **Tecnologia de quebra de coco babaçu (*Orbignya Speciosa*).** Ciênc. Tecnol. Aliment. out./dez. Campinas, 2007.

SOUSA, Maria Alaídes Alves de. **Entrevista concedida a Kathiane Santana Brito.** São Luís, MA, 18 de setembro de 2019.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás: planejamento da destruição.** Rio de Janeiro: forense, 1989.

VIANNA JUNIOR, Aurélio. **Mais que um Catálogo.** IN. ALMEIDA. Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. **Povos e Comunidades Tradicionais. Nova Cartografia Social.** Manaus: UEA Edições, 2013.

VIANA, Nildo. **Os Movimentos Sociais.** Curitiba: Prismas. 180 p. 2016.

WEBER, Max. Política como vocação. In: **Ciência Política.** Duas Vocações. (trad) Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WIKIPÉDIA. **Georreferenciamento.** Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Georreferenciamento>. Acesso em: 4 jul. 2019.

_____. **Fundação Ford.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Funda%C3%A7%C3%A3o_Ford. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_de_Trabalho_para_o_Desenvolvimento_do_Nordeste. Acesso em: 15 jun. 2019.

_____. **Organização Internacional do Trabalho.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_Internacional_do_Trabalho. Acesso em: 14 jun. 2019.

_____. **ActionAid.** Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/ActionAid>. Acesso em: 8 jun. 2019.

_____. **União Europeia.** Disponível em: https://europa.eu/european-union/topics/development-cooperation_pt. Acesso em: 6 jun. 2019.

_____. **Conselho Indigenista Missionário.** Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_Indigenista_Mission%C3%A1rio>. Acesso em : 26 jul. 2019.

_____. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Nacional_de_Coloniza%C3%A7%C3%A3o_e_Reforma_Agr%C3%A1ria. Acesso em: 11 jun. 2019.

_____. **Comunidades Eclesiais de Base.** Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidades_Eclesiais_de_Base. Acesso em : 5 ago.2019.

_____. **Comissão Pastoral da Terra.** Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o_Pastoral_da_Terra. Acesso em: 5 ago. 2019.

_____. **Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil -CTB.** Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Central_dos_Trabalhadores_e_Trabalhadoras_do_Brasil. Acesso em: 2 set. 2019.

_____. **Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.** Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Superintend%C3%Aancia_do_Developolvimento_do_Nordeste. Acesso em: 10 abr.2019.

WILHELMS, C. **Babaçu:** Riqueza inexplorada; possibilidade para a intensificação das exportações brasileiras através das ofertas. Traduzido por Roberto Tamara. Rio de Janeiro. CACEX, 1964.